UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

SUELEN ROSA PELISSARO

O sertão e suas metamorfoses em *Sagarana* e *Primeiras estórias*, de João Guimarães Rosa

São Paulo
2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

O sertão e suas metamorfoses em *Sagarana* e *Primeiras estórias*, de João Guimarães Rosa

SUELEN ROSA PELISSARO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann

São Paulo
2011

Nome: PELISSARO, Suelen Rosa. **O sertão e suas metamorfoses em *Sagarana* e *Primeiras estórias*, de João Guimarães Rosa**. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

A Maurício, meu pai, sertanejo de coração.

A Suely, minha mãe, primeira sertaneja em minha vida, que me ensinou a admirar o povo dos Gerais.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço ao professor Dieter, orientador da pesquisa. Sua amizade estendida a mim e sua paciência em me ensinar são de enorme quilate, indo muito além da orientação. As prosas com o alemão de alma e chapéu sertanejos me fizeram enxergar o sertão de outra maneira.

À Bárbara, minha irmã, com quem construí este estudo desde o projeto. Reforço que o trabalho foi feito a quatro mãos, graças a ela.

Ao professor Manoel Fernandes, pelas indicações de leitura e por ser sempre solícito.

A Carlos Toledo, por ter contribuído muito durante a banca de qualificação, sugerindo outros rumos e expandindo os horizontes da abordagem do trabalho.

Ao grupo de estudos do Vale do São Francisco – Erick, Zé, Camila e Olívia –, que me acolheu na roda de leitura e debates, navegando rio adentro.

À Clenes, pela grande força e amizade, estando sempre à disposição para ouvir e ajudar.

À Renata, pela prosa, sugestões e advertências para o que estava no texto.

Aos meus pais, pacientes nesses três anos de dedicação ao sertão, à parte sertaneja e cordial da família e aos amigos que acompanharam essa trajetória: Wagner, Marcos, Rafael, Camilo, Lina, Heitor, Carlos, enfim, tantos mais que será impossível continuar mencionando.

Agradeço, por fim, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), por ter concedido bolsa de fomento à pesquisa nos últimos dois anos, tendo acreditado na possibilidade de concretização deste trabalho.

RESUMO

PELISSARO, Suelen Rosa. **O sertão e suas metamorfoses em *Sagarana* e *Primeiras estórias*, de João Guimarães Rosa**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

O objetivo desta pesquisa é fazer uma leitura da obra de João Guimarães Rosa, questionando qual é o sertão o autor aborda, bem como qual é a visão da modernização do país apresentada na ficção. Procurando confirmar que o sertão já nasce moderno, pois se configura como território do capital e se especializa na produção da mercadoria pecuária, permite-se indagar o quanto o escritor se desprendeu da condição de sujeito submisso ao mundo da mercadoria para transpor para sua criação uma reflexão crítica do mundo no qual viveu. O estudo rastreia as possibilidades de diálogo entre literatura e geografia, considerando o quanto a primeira pode contribuir para o segundo e vice-versa.

Palavras-chave: sertão, modernização, Rosa, território, região

ABSTRACT

PELISSARO, Suelen Rosa. **Backland and its metamorphosis in *Sagarana* and *Primeiras estórias*, from João Guimarães Rosa**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

The objective of this research is to make a reading of João Guimarães Rosa's work, questioning which kind of wilderness the writer addresses, as well as what is the vision of modernizing country presented in fiction. Looking confirm that wilderness borns as modern, it is configured as a territory of the capital and specializes in the production of livestock, it's allowed to wonder how the writer broke away from the condition of subordinated subject in merchandising's world to transpose into his artistic creation a critical reflexion in the world in which he lived. The study tracks the possibilities of a dialogue between literature and geography, considering how the former can contribute to the second and vice versa.

Keyboards: wilderness, modernization, Rosa, territory, region

Índice

Apresentação.....09

Introdução.....14

1.Sobre geografia e literatura.....17

1.1.Acerca do espaço e seus movimentos.....17

1.2.Conceitos auxiliares para a análise.....22

1.3.Pequeno panorama da literatura e ideias de formação do Brasil.....27

2.De Viator a Rosa: travessia.....32

3.Analisando a travessia entre *Sagarana* e *Primeiras estórias*.....42

3.1. Introdução.....42

3.2. O sertão em Sagarana.....42

3.2.1.“O burrinho pedrês”.....42

3.2.2.“A hora e vez de Augusto Matraga”.....51

3.3. O sertão em Primeiras estórias.....65

3.3.1.“As margens da Alegria”.....65

3.3.2.“Os irmãos Dagobé”.....72

4.Sertão, sertões: uma “questão de opiniães”.....80

4.1.Travessias do sertão no espaço-tempo.....81

4.1.1.O gabinete e a canoa: dois relatos sobre o sertão dos Gerais que precedem o século XX.....84

4.2.O sertão e a formação do Brasil.....90

5.O sertão na geografia poética de Guimarães Rosa.....105

5.1. O sertão no devagar depressa dos tempos: a modernização.....105

5.2. Sertão: sem lugar, dentro da gente, do tamanho do mundo.....110

Considerações finais – Sertão: “nonada”?.....121

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....124

O sol há de brilhar mais uma vez
A luz há de chegar aos corações
Do mal será queimada a semente

O amor será eterno novamente
É o Juízo Final, a história do bem e do mal
Quero ter olhos pra ver, a maldade desaparecer

Élcio Soares / Nelson Cavaquinho

Apresentação

Após quase 50 anos de sua morte, tanto a vida quanto a obra de João Guimarães Rosa continuam fascinando leitores e estudiosos de diversas áreas do conhecimento, seja pela carreira diplomática exemplar que construiu, pela maneira inovadora com que escreveu seus textos, pela localização escolhida para os enredos, pela abordagem mística que dá à vida, ou por sua incessante, porém paciente, procura por Deus.

Dentre inúmeros estudos sobre um escritor tão fascinante, apresenta-se este, fruto de dissertação de mestrado no Departamento de Geografia da FFLCH da USP. Em meio a tantas pesquisas de alta qualidade, foi difícil selecionar uma bibliografia que atendesse mais diretamente aos problemas que se propôs trabalhar, qual seja, como o sertão é apresentado por Rosa em seus enredos, e como ele, na condição de sujeito do mundo moderno, pensava esse sertão para além de suas ficções.

O interesse pela obra de Rosa vem de muito antes, quando das férias passadas desde a infância no sertão que o escritor imortalizou no papel. Na adolescência, o contato com os livros rosianos causou estranha familiaridade: aquilo que Rosa escrevia, com todas as entonações, vocabulário e assuntos era, para espanto, muito semelhante ao que se ouvia tanto em casa, numa cidade grande qualquer do Sudeste, quanto o que se via e ouvia nas férias passadas nos Gerais sem tamanho. Ainda assim, a cada leitura feita de seu romance, novela ou qualquer um de seus contos, culminava, ao mesmo tempo que no encanto, num grande ponto de interrogação.

Esse ponto de interrogação perdurou. Em 2007, já no final da graduação em geografia na mesma universidade, surgiu a oportunidade de cursar a disciplina Trabalho de Campo em Geografia I, ministrada pelo professor Heinz Dieter Heidemann, que propôs um trabalho de campo de uma semana pelo Circuito Turístico Guimarães Rosa, embalado tanto pela literatura rosiana quanto por textos voltados à geografia. Vislumbrou-se aí uma possibilidade de responder aos pontos de interrogação que já incomodavam: a obra de Rosa seria mesmo uma alegoria do Brasil? O conjunto de sua obra poderia se transformar em uma cronologia do processo de (re)apropriação do sertão? Que sertão é esse que o autor aborda? Seria o sertão rosiano o mesmo que Euclides da Cunha apresentou ao Brasil com a epopeia *Os Sertões*? Rosa transmite aos leitores um sertão atrasado ou moderno? O sertão é ou não um espaço de resistência? E se ele resiste, resiste a quê?

O campo foi feito com a orientação para que se abordasse o sertão e sua modernização nos trabalhos finais. A partir desse momento, nasceu a vontade de continuar atrás das respostas para essas e outras dúvidas que surgiam conforme se lia sobre o escritor, pois o trabalho final e o relatório de campo solicitados pela disciplina acabaram se tornando somente o ponto de partida para mais questionamentos.

No ano seguinte, após o término da graduação, decidiu-se por propor uma pesquisa sobre o assunto. Ela começaria praticamente do zero, no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. A orientação do professor Dieter foi crucial, tanto por ter apresentado os textos de Robert Kurz – sobre os quais, é bom deixar claro, ainda engatinha-se na compreensão – quanto para alimentar esse misto de vontade e necessidade, pois estudar a ficção de Rosa parecia também uma busca pessoal pelo entendimento das raízes familiares sertanejas. Mas os questionamentos não se esgotaram; eles continuam a cada vez que os textos de Rosa são relidos, e mais interessante ainda se torna o assunto quando se sabe de algum detalhe sobre sua vida que denote relevância para a sua criação.

Mas a necessidade não se limita às indagações pessoais. Durante a graduação, sentiu-se falta de professores que apresentassem esse diálogo enriquecedor entre geografia e arte, pois, enquanto ciência, a geografia parecia presa dentro de seus invólucros conceituais sem, de fato, criticar a realidade que existe nem expandir seus horizontes de discussão e contribuição. Daí, talvez, alguma importância possa ser dada às próximas páginas, advertindo para o fato de que muita coisa não foi possível ser analisada, seja pelo tempo curto, pela imaturidade da pesquisa ou mesmo porque é preciso que mais pessoas se importem e contribuam com o assunto.

Pensando na relação entre geografia e literatura, foi desenvolvido o capítulo inicial, *Sobre geografia e literatura*, dividido em três subcapítulos: o primeiro, “Pequena consideração sobre o espaço e seus movimentos”, preocupa-se, de modo geral, entender de modo geral a produção do espaço no mundo moderno, considerando o sistema produtor de mercadorias e a reificação dos indivíduos pela transformação desses em sujeitos do dinheiro, os quais preservam apenas a consciência imanente à valorização. O segundo, “Conceitos auxiliares para a análise”, se debruça sobre os conceitos em literatura e em geografia e busca entremeá-los para enriquecer a abordagem. Já o terceiro, “Pequena relação entre literatura e ideias de formação do Brasil”, faz um passeio despretensioso sobre as estéticas literárias desenvolvidas no Brasil e os modos que as elites intelectuais associam a criação artística ao sentido de nossa formação social.

O segundo capítulo, *De Viator a Rosa: travessia*, tentou desenvolver a relação entre a vida do escritor e do sujeito (sujeitado) Rosa e os textos por ele criados. Após ler suas cartas trocadas com o pai e o tio, bem como trechos de seus diários sobre o cotidiano no estrangeiro e as viagens ao sertão, julgou-se ser importante mostrar o quanto Rosa, imerso no mundo moderno, conseguiu (ou não) criar criticamente sua ficção, vasculhando as possibilidades do escritor ter feito algum comentário ou crítica acerca do sertão que desenvolve nos enredos. Este caminho levou a analisar se para ele o sertão era ou não moderno, assim como sua vontade de transformar a literatura e, quem sabe, dialogar com os grandes ensaístas da formação do Brasil, contemporâneos a ele.

O capítulo três, *Analisando a travessia entre* Sagarana *e* Primeiras estórias, aprofunda a análise sobre os contos selecionados para o estudo, buscando o sertão em todos eles. Dividido em dois subcapítulos, um para *Sagarana* e outro para *Primeiras estórias*, cada qual se subdivide em dois itens ("O sertão em *Sagarana*" se separa em "O burrinho pedrês" e "A hora e vez de Augusto Matraga", enquanto "O sertão em *Primeiras estórias*" se reparte em "As margens da alegria" e "Os irmãos Dagobé"). Nesses textos, crê-se que o sertão moderno, tido como uma particularidade dentro do sistema produtor de mercadorias que se apropria de territórios distintos para, por meio da violência, impelir os indivíduos a produzir riqueza, fica mais evidente, pois os excertos dos contos denunciam a problemática do trabalho, qual seja: a relação entre os coronéis, detentores da terra e do capital, e, naquele contexto, a personificação do poder; os jagunços, homens livres pobres que, por meio da relação de favor com os coronéis, executam a violência para garantir a ordem produtora de mercadorias; e o capiau, homem livre pobre, na base da pirâmide social, que sofre as arbitrariedades da violência para ser obrigado a produzir riqueza para outrem. Todos, enfim, personagens sertanejos que constróem essa região em particular.

O quarto capítulo, *Sertão, sertões: uma "questão de opiniães"*, divide-se em dois subcapítulos. No primeiro, "Travessias do sertão no espaço-tempo", procurou-se reconstituir um pequeno panorama das transformações sofridas pela palavra "sertão" ao longo do tempo, dos lugares e dos interesses, voltando à Idade Média ocidental, trazida na bagagem pela navegação portuguesa, e adentrando no Novo Mundo e sofrendo, conforme os projetos de civilização e modernização, metamorfoses no significado. Ainda dentro desse subcapítulo, apresenta-se o texto intitulado "O gabinete e a canoa: dois relatos sobre o sertão dos Gerais que precedem o século XX", no qual se apresenta uma singela análise de dois documentos históricos forjados em

momentos distintos: o primeiro, do jesuíta Antonil, trata das minas de ouro do século XVIII e seu sertão consequente, dentro de um quadro de colonização da América Portuguesa; o segundo, do viajante Richard Burton, remonta à segunda metade do século XIX, com o Brasil já independente, apontando, em viagem realizada de canoa por dois rios sertanejos, uma paisagem particular, interpretada como atrasada, mas portadora de belezas sem fim. Daí, passa-se para o segundo subcapítulo, "O sertão e a formação do Brasil"; nele tentou-se construir o processo de formação do sertão do norte de Minas Gerais enquanto território dominado pela demanda da reprodução capitalista, bem como sua regionalização por meio da produção de mercadoria específica: o gado. Para dar conta dessa construção, procurou-se fazer um recorte temporal que remonta ao século XVII até meados do século XX, estabelecendo do texto um diálogo entre alguns dos teóricos que se debruçaram sobre a formação do Brasil – mais especificamente Caio Prado Junior e, em menor grau, Sérgio Buarque de Holanda – e as produções recentes mais relevantes sobre o sertão dentro da geografia contemporânea. Assim, abre-se espaço para discutir alguns conceitos geográficos e interpretações acerca do sertão, complementando as ideias ou apenas introduzindo uma crítica pertinente a eles.

O capítulo que encerra o trabalho, *O sertão na geografia poética de Guimarães Rosa*, é em dois subcapítulos. O primeiro, "O sertão no devagar depressa dos tempos: a modernização", busca fazer uma leitura crítica da formação do sertão abordado na pesquisa, preocupando-se também com as alienações do sistema produtor de mercadorias e a imposição da modernização recuperadora, que esmagam dia a dia sertão e sertanejos. É nesse momento do trabalho que reaparecem alguns conceitos genéricos sobre literatura, para dar respaldo ao tratamento do sertão rosiano. Mais uma vez, o recorte temporal aparece, mas opta-se por partir para uma reflexão mais acurada para poder chegar ao que seria o sertão para Rosa, conteúdo que aparece no subcapítulo "Sertão: sem lugar, dentro da gente, do tamanho do mundo". Nesse momento, a interpretação abarca de relance outros contos do escritor presentes nos dois livros escolhidos, junto ao pequeno material referente a entrevistas que concedeu e cartas trocadas, para tentar descobrir o que é de fato o sertão para Rosa. Ainda arriscou-se a discutir se ele, enquanto sujeito imerso nas amarras do mundo moderno, alcançou uma crítica emancipatória do processo de modernização ou se apenas se limitou a documentar artisticamente a tragédia da imposição da produtividade sobre um sertão que, antes dele, era estereotipado na sua forma mais pejorativa.

Coube, então, especular se ele conseguiu antever muito do que viria a acontecer após “ter-se encantado”.

Espera-se que a leitura das páginas seguintes leve adiante todas as inquietações e incompletudes que este trabalho deixa escapar, podendo tornar-se um ponto de partida para a continuação dos estudos sobre algumas das questões propostas.

Introdução

O estudo que se apresenta a seguir é fruto do esforço por unir geografia e literatura em uma despretensiosa interpretação do sertão e, quiçá, do Brasil. Procurando partir da poesia para a tessitura de uma reflexão crítica sobre a leitura de Rosa, abdicou-se de linhas de pesquisa que têm seguido um viés ontológico ou metafísico, pois, num empenho em entender, a partir dos textos de Robert Kurz, que a perspectiva ontológica é afirmativa ao moderno sistema produtor de mercadorias e seu fetiche, ela acaba por não contribuir para a libertação dos indivíduos da sua forma de sujeito sujeitado nem os permite desenvolver a subjetividade que não seja aquela imanente à forma do valor.

Por isso o trabalho, que é sobre Rosa, começa não se debruçando diretamente sobre o tema. Se o Brasil, descoberto e ocupado, de acordo com o "sentido da colonização", já nasceu moderno e funcional a um capitalismo ainda concatenado a outras relações de fetiche tidas como pré-modernas[1], acreditou-se ser preciso esboçar as ideias de que a própria trajetória de formação desse país tropical já estava constituída no desempenho das modernas relações de valor-dissociação. Foi necessário pensar sobre os indivíduos e como se dá a produção do espaço, quando feita em nome do lucro e por sujeitos constituídos dentro dessa lógica. Assim, após tal especulação, seria possível vislumbrar tanto quem foi o escritor do qual a pesquisa propôs tratar quanto como seriam abordados os contos selecionados.

Ao partir desse ponto, e considerando que o externo (ou social) importa como elemento que desempenha certo papel na constituição da obra literária, passando então a ser interno (Candido, 2008, 13-14), debruçou-se sobre o problema de como o escritor, como sujeito moderno, tornava as relações sociais reais vividas em elementos internos transmitidos, por sua vez, ao papel. Foi por meio da busca nos contos selecionados que procuraram-se vestígios de como Rosa interpretava o mundo e se há no autor o prelúdio a uma crítica implicitamente radical

[1] O pensamento deste trabalho é adepto à ideia da história como uma longa relação de fetiche, entendida como relações de dominação, apesar de distintas à moderna relação de fetiche da mercadoria – pois, ao que parece, nas relações pré-modernas a matriz é mediada pessoalmente (sobretudo quando se trata da religião como fetiche), enquanto nas modernas relações de valor-dissociação a mediação é objetiva. "Para um entendimento teórico-crítico da modernidade é necessário também um certo conceito, ainda que necessariamente insuficiente, pelo menos daquelas relações pré-modernas, a partir das quais os começos da sociedade do valor-dissociação se desenvolveram, ou seja, às quais esta de algum modo remonta (...). Aqui se mostra de novo, de resto, a forçosa necessidade de uma unidade dialética de continuidade e ruptura / descontinuidade, em todas as relações temporais" (Kurz, 2006). Ou seja, pelo que se entende, as relações sociais nunca estiveram libertas dos fetiches e de sua dominação, o que explica em parte o sofrimento no qual o homem vive e também a necessidade de uma nova teoria da história.

ou apenas uma interpretação do mundo presa nos invólucros da modernidade – adverte-se que o escritor não pretendia nem tinha o compromisso de buscar respostas para os sofrimentos do mundo real.

Pensando em como Rosa e sua literatura inovadora viam o sertão e o mundo, também se pensava em como a geografia os vê. O que se tem percebido até agora é que sua obra, numa fala que vem *do* sertão, tem muito a contribuir com um conhecimento que, enquanto absorto em seu estatuto científico, fala *sobre* os lugares e, não raro, produz estereótipos infelizes, solidários ao sistema produtor de mercadorias e ao que lhe é mais vantajoso.

O que se pode afirmar até aqui de forma genérica é que, não se sabe ao certo ancorado em que tipo de crítica ou modo de pensar o mundo – pois Rosa era por demais misterioso –, o escritor não simpatiza com a modernização. Isso está presente em suas ficções que, ao menos no quesito relações sociais modernas, possuem verossimilhança incrível. Há uma denúncia implícita aos problemas trazidos pela modernização: ao sertão deve ser imposta a nova técnica para produzir riqueza e descartar gente. Assim, as relações sociais de antes, já bem problemáticas, se tornam num relance incompreensíveis para quem está dentro dela, pois se antes o sertanejo, apesar de todo o sofrimento, era parte crucial das relações de produção, agora ele é, num piscar de olhos, cuspido das novas formas de obtenção de lucro a todo custo, sobrando-lhe vagar, como faz há muito, mas agora fora do vasto sertão: buscar, quem sabe, uma seara alhures, na rispidez da cidade grande.

A geografia de hoje afunda gradualmente na incumbência de interpretar o mundo de forma esquizofrênica, produzindo um conhecimento que não se posiciona criticamente à produção do espaço voltada para a forma do valor. Acredita-se que seu estatuto científico, montado nos invólucros do Esclarecimento, abandona passo a passo a possibilidade de compreensão das propriedades sensível-sociais dos indivíduos, incumbindo-se de dar respaldo a ações totalitárias sobre os espaços, em nome da técnica, da produtividade e do lucro.

A literatura, quando consegue captar tais propriedades e refletir sobre elas, torna-se não apenas uma ferramenta importante para uma virada na produção do conhecimento, mas também o ponto de partida para uma nova geografia. O trabalho presente carregou esse pensamento durante todo o tempo de sua confecção, sem ter a audácia de propor uma transformação no fazer geográfico. Assim, confirma-se que Rosa e a literatura ficcional permanecem importantes para se pensar o Brasil e os rumos da produção do conhecimento, pois “Situar um fenômeno literário em

seu espaço específico – e mapeá-lo – não é a conclusão do trabalho geográfico; é seu início" (Moretti, 2003, 17).

1. Sobre geografia e literatura

1.1.Acerca do espaço e seus movimentos

Para os geógrafos, que consideram a geografia uma ciência do espaço, este é apreendido como um construto social do homem, entendido como sujeito que realiza trabalho. Para Marx, o trabalho é uma necessidade natural de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana (1985, 50). Ao realizá-lo, ele cria valores de uso e produz o espaço para além das materialidades, cheias de intenções, funções e significados voltados à sua reprodução, o que torna o trabalho o momento em que se fundem existência e sobrevivência, no qual se processa a relação entre subjetividade e objetividade (Martins, 2007, 45). Citando Henri Lefebvre, Rogério Haesbaert afirma que na existência e na realização do trabalho, o homem, enquanto corpo vivo, "é um espaço e tem seu espaço: ele se produz no espaço e produz o espaço" (2007, 277)[2].

O trabalho aparece como o resultado do desprendimento do ser humano de seus instintos, que o faz saltar da sua "primeira natureza", biológica, para construir a "segunda natureza", de ordem social. Desacoplando-se do plano natural, o ser humano se contrapõe à natureza, mesmo que ainda a integre, e só faz tal contraposição na condição de sujeito, enquanto só lhe é dado fazê-lo como ser humano, ou seja, como ser social, integrado num "sistema" que é o de relações entre os seres humanos.

Em tal "sistema" social, a conversão do ser humano em sujeito não se consolida de modo firme: depois de longa e contraditória história de desenvolvimento constituída por muitas formações, o ser humano é, por seu turno, constituído como sujeito sujeitado[3]. Como animal desacoplado da "primeira natureza", ele só pôde nascer assim e só o é na ordem social porque já não o tinha no plano biológico. Eis, portanto, a constituição mais antiga do fetiche do ser

[2] De acordo com estas interpretações, o trabalho é apresentado como um apriorismo ontológico. Equivocadamente, ele não é compreendido como elemento e parte integrante do sistema fetichista da mercadoria, mas como essência eterna da humanidade, a qual foi violentamente modificada pelos sujeitos "exploradores", ou seja, os capitalistas (Kurz, 1992, 45).

[3] "Em verdade, o sujeito não é outra coisa que a forma que a moderna relação de valor impõe aos indivíduos (...). O sujeito não é nada mais que o portador consciente (tanto do ponto de vista individual quanto institucional) do movimento de valorização destituído de sujeito" (Kurz, 2010, 88), lembrando-se de que essa forma de consciência mencionada é aquela presa à forma do valor, a qual só consegue agir no interior dessa mesma forma.

humano, que se desenrola ao ponto de mostrar-se em sua forma pura no sistema produtor de mercadorias da modernidade, o qual se sobrepõe sobre as constituições fetichistas anteriores (Kurz, 2010, 250-251; 268)[4].

É com o Esclarecimento e sua razão, definido por Robert Kurz como uma "ideologia de imposição" do moderno sistema produtor de mercadorias (2010, 40), que se desenvolveram ideais ontológicos, os quais passaram a reivindicar a existência do sujeito – bem como de sua liberdade e autonomia – na sociedade moderna. Na verdade, o que se fundamentava teoricamente, desde o Absolutismo, era o puro e moderno sujeito do dinheiro e do Estado[5]. A partir de então, o Esclarecimento forja uma perspectiva ontológica que divulga equivocadamente a liberdade e a autonomia dos indivíduos, enquanto estes permanecem presos à forma de sujeitos sujeitados à relação de valor. Na verdade, tais ideais ilusórios são impostos aos indivíduos, uma vez que a forma do sujeito já é constituída dentro da lógica absurda do dinheiro. Desvenda-se, dentro desse movimento, o fomento a uma ontologia negativa, defensora de sujeitos "conscientes", ativos e sensíveis, mas que não percebeu ainda a grande ilusão sobre a qual tem construído suas ideologias. Ela ainda não se deu conta de que a mobilização em busca da libertação não pode começar pelo sujeito, e que é impossível construir esse caminho enquanto ela, a ontologia, for erguida sobre as bases de uma individualidade abstrata do homem produtor de mercadorias, que é justamente a escravizante forma do sujeito dos indivíduos modernos, na qual eles se torturam tanto a si próprios como uns aos outros (Kurz, 2010, 93)[6].

---

[4] "A relação entre indivíduo e sociedade é marcada por esse desencontro entre os 'indivíduos sensível-sociais' e sua 'forma negativa das constituições do fetiche'. A crítica ampliada do fetichismo chega à conclusão de que aparentemente nunca houve sociedades sem formas de fetiche, as quais implicam necessariamente em sofrimento. Para a crítica das constituições de fetiche, enquanto o desencontro entre indivíduo e sociedade, numa formação social dirigida pela religião, se dá por meio da vida heterônoma, guiada pelo *corpus* de crenças, rituais e interdições produzido pelos homens, mas autonomizado no desenrolar do processo social, no capitalismo o 'invólucro coercitivo' ao qual há que dolorosamente se amoldar é o valor, a presente configuração de fetiche em que o indivíduo está subsumido" (Kurz, 2010, 17).

[5] "Que este pensamento, o qual pela primeira vez formulou explicitamente a forma valor enquanto uma exigência totalitária feita ao homem e à natureza, tenha legitimado-se mediante um paradoxal e repressivo conceito de liberdade e de progresso, eis o que se converteu numa cilada para o desejo de emancipação social. Com isso, precisamente, a crítica foi instrumentalizada sempre apenas com vistas à imposição subsequente da destrutiva forma do valor, assim como da subjetividade que lhe é inerente" (Kurz, 2010, 42).

[6] Robert Kurz considera que nas sociedades anteriores à modernidade havia formas correspondentes de relações humanas diante da natureza e da sociedade, pois qualquer comunidade humana produz uma relação ativa e consciente com os objetos que constituem o seu mundo. Mas "*tal relação não deve ser retroativamente projetada sobre a inteira história humana a partir da realidade e do correspondente aparato conceitual do moderno sistema produtor de mercadorias. Justamente nisso consiste, no final das contas, a ontologização ideológico-esclarecida das determinações sociais básicas engendradas pela moderna relação de valor e da cisão*. Antes do século XVI não

Assim, se o sujeito é submisso ao mundo da mercadoria, não há outra subjetividade senão aquela inerente à forma do valor e, sendo assim, a consciência é falha. Isso porque, desacoplando-se da "primeira natureza" e contrapondo-se a ela nesta situação, o ser humano a vê como algo estranho, não conseguindo integrá-la nem apropriar-se dela, do ponto de vista subjetivo. Tudo passa a ser, sob o seu olhar, externo a si mesmo, o que invoca o problema da consciência. Nesse quadro, houve o adensamento dessas condições a partir das novas formas de organização social, que engendraram o Estado moderno e desencadearam no sistema capitalista, que tem, em si mesmo, um fim irracional. A partir de então, os homens se sujeitam diretamente à valorização do dinheiro[7].

Nessa realidade, imersa no moderno sistema produtor de mercadorias, que impele os homens ao "puro gasto da força de trabalho" sem levar em consideração suas necessidades e vontades, a existência se torna alienada, pois a energia humana é o tempo todo transformada em dinheiro. Coisifica-se o meio, bem como as relações sociais, que se tornam cada vez mais dominadas pelo princípio abstrato de formação de valor. A reificação se dá a partir do momento em que o trabalho é separado do restante do contexto social – incluindo o espaço produzido socialmente – e passa a obedecer a uma racionalidade abstrata e funcional voltada para a economia além das necessidades (Kurz, 1992, 27-28).

Nesse contexto, aprofunda-se e explicita-se a já antiga condição de sujeito sujeitado e de inconsciência nos homens. Todos, mesmo os chamados "dominantes", se encontram submetidos ao processo de abstração de valor e ao fetichismo. O trabalho, visto na perspectiva ontológica como produção consciente de si próprio e como produção material da vida, perde o sentido, pois o ser humano, desarmado e reduzido no fetichismo da modernidade, não consegue protagonizar mais nada.

Considerando-se que o conceito de sujeito só surgiu no contexto de moderna constituição de fetiche – o que marca o seu caráter histórico –, um equívoco comum implica na afirmação de que o homem, enquanto sujeito "livre", só pode se apropriar do espaço "ao reconhecer o estatuto

---

havia trabalho nem economia, nem Estado nem política, e muito menos um sujeito (estruturalmente 'masculino'): tais conceitos foram, em parte, redescobertos e completamente reciclados em termos de seu significado; e, talvez, isso tenha ocorrido de modo mais claro no que se refere ao conceito de subjetividade" (2010, 89; grifos meus).

[7] "O progresso técnico, outrora festejado como redentor da civilização, tornou-se ameaça para a vida e a sobrevivência, para o ser, o estar e o bem-estar. A emancipação da natureza, por muito tempo pensada e propalada como fonte da felicidade, acorrentou o homem e levou à subordinação da própria natureza humana. Nos caminhos novos, marcados pela alta tecnologia, tudo parece novo: o que o homem hoje pode fazer, e faz, seguindo o irresistível poder da mercadoria, do mercado e do estado não tem igual na história social" (Heidemann, 1994, 3).

ontológico da esfera da consciência e da subjetividade" (Moraes, 2008, 24). Ora, na relação social fetichista da dissociação-valor, dá-se o inverso:

> relativamente ao seu próprio contexto social e aos seus "processos de metabolismo com a natureza", as pessoas não são mestres de obras, mas praticamente "abelhas". Por meio dessa inversão, fabrica-se uma estrutura na qual já não há unidade entre "concepção" e "execução" na ação (nem mesmo "experimental"), pois esta última é pressuposta *a priori* de acordo com sua forma, tal como no caso das abelhas (...)
> Por outro lado, assim o pensar acaba por deixar de ser um ato conceitual "livre", para se ligar à pressuposta forma de agir "apiária" da reprodução social e material, de acordo com a sua própria forma condicionada por essa estrutura (...) (Kurz, 2007).

O supostamente concreto passa a ser tão só a forma de aparência e de expressão do que é abstrato (da forma valor), de sorte que só pode ser invocado no mal sentido ideológico contra o universal vazio e negativo, cujo conteúdo existencial em realidade o constitui. Assim, o fetichismo, como componente da socialização desde a origem, pré-forma as consciências e, justamente por isso, não é consciente. E se intensificam-se o homem inconsciente e o meio coisificado e estranho, a vivência, se é que existe de fato, se torna alienada, e a melancolia aparece como uma reação diante da "perda 'desconhecida' que escapa à consciência" (Agamben, 2007, 43-45), criando fantasmas incapazes de explicar o que se perdeu e o que não faz mais sentido no mundo em crise.

A partir da constatação de que o ser humano tem reduzido o potencial de ser consciente e de indagar criticamente sobre o mundo e a realidade em que vive, abre-se espaço para questionar como se dá a relação entre geografia e literatura a partir desse impasse. A geografia pode ter participação crucial na literatura, produto social oriundo das percepções da (sobre)vivência, vulnerável às falhas do ser humano dentro do mundo da mercadoria. Então, até que ponto o escritor, enquanto indivíduo imerso na lógica perversa do valor, é capaz de aproveitar as frestas do mundo fechado da alienação e criar criticamente suas ficções? Até onde seus escritos se tornam tristes ou neutras alegorias deste mundo, apenas testemunhando o quanto está mergulhado nele?

Tais questões são levantadas porque, partindo-se da constatação de que o "sistema" social não tem nada de ontológico, este estudo discorda da perspectiva ontológica de uma geografia atual, que crê cegamente na existência e autonomia do sujeito e em sua consciência de abarcar totalmente o espaço, como se houvesse uma linha evolutiva entre a "primeira natureza" e a

“segunda natureza”, que conduzisse ao progresso da sociedade sem contradições[8]. Ou seja, produz-se um discurso que naturaliza as relações sociais inerentes ao moderno sistema produtor de mercadorias, sem se fazer a devida crítica ao problema do sujeito, de autonomia e de consciência e de como isso está posto no espaço[9].

O discurso desta geografia atual se encontra absorto em uma crítica teórica que é afirmativa à moderna sociedade do fetiche, ao invés de fazer a necessária ruptura com a ontologia capitalista. Enquanto boa parte dos geógrafos se limita a reproduzir teoricamente o permanente tratamento da contradição do capitalismo[10] – o que revela uma forma de consciência reificada e que confirma o quão mergulhado nisso se encontra o indivíduo –, este campo deixa de discutir a raiz do problema, o fetiche, dando lugar à ideologização. A ideologia, compreendida como forma reflexiva de tratamento afirmativo da contradição na luta pela interpretação real do capitalismo (Kurz, 2007), tem se tornado o tema principal de debate entre alguns geógrafos, o qual desenvolve a ilusão do homem como sujeito livre e consciente que produz o espaço, sem sequer duvidar da sua condição de sujeitado em um mundo onde impera a lógica da abstração de valor. Assim, a crítica geográfica interpretativa do sistema produtor de mercadorias se limita a explicar as relações com e no “mundo capitalista”, naturalizando-as, bem como o próprio “sistema”, desprezando a historicidade de sua própria gênese e desenvolvimento. Assim se dá, por exemplo, quando se considera a área deste estudo – o sertão – uma ideologia geográfica.

---

[8] “O conceito de fetichismo assim interpretado indica que a formação da segunda natureza segue uma lógica cega: se os sujeitos individuais ganham progressivamente consciência face à primeira natureza, a segunda natureza, o plano dos sistemas simbólicos, permanece uma zona não tematizada. Os ‘conceitos de fetiche e de segunda natureza’ permitem apontar que ‘há algo (...) que, por si mesmo, não é nem sujeito nem objeto, senão que constitui essa própria relação’. Esse algo, a forma social plasmada irrefletidamente no íntimo dos homes, é a própria dominação em processo: a ‘inexistência de sujeito não é, de seu lado, um sujeito que se poderia ‘dominar’, senão que constitui dominação, determinando-se, paradoxalmente, como algo a um só tempo próprio e estranho, interno e externo” (Kurz, 2010, 21).

[9] O enfoque ontológico aparece, por exemplo, nos seguintes excertos do artigo “Geografia e ontologia: o fundamento geográfico do ser”: “Agora a geograficidade está aí em sua identidade e diferença. Identidade enquanto subjetivação do apreendido, diferença a partir da realidade em sua história (...) Existe, e Existir é existir para a consciência. Mas o que existe é o meio, na medida em que é consciência para o homem. E por existir é que possui Geografia; algo que emergiu da relação entre homem e meio (...) Enquanto extensão de si mesmo, do homem, no duplo sentido da apropriação, ao designar a Geografia do meio, ficam estabelecidas as bases objetivas da Geografia do homem. *E a Geografia do homem, enquanto fundamento ontológico do seu ser, estabelece-se como subjetividade*” (Martins, 2007, 42-43; grifos meus). Ao fim do mesmo artigo (na página 49), o autor menciona a alienação da ciência geográfica enquanto imersa na sociedade moderna do fetiche, colocando o trabalho – e a consequente produção do espaço – como apriorismo ontológico que só vem a ser corrompido com a exploração capitalista, como se ele, antes de tal corrupção, não integrasse a forma do fetiche.

[10] “A reprodução do capitalismo também é sempre tratamento da contradição e interpretação real progressiva do mundo como si mesmo – com isso, contudo, também é uma transformação do mundo ela própria permanente, e nomeadamente bem interpretativa” (Kurz, 2007).

Outro questionamento posto se refere à geografia enquanto ciência e à geografia enquanto produto espontâneo de observação e (de esforço de) apreensão da realidade, e a relação de ambas com a literatura. Optou-se por adotar o segundo tipo de conhecimento, visto que o primeiro é fruto da institucionalização científica pautada nos moldes da razão ocidental, oriunda do sistema de abstração de valor. Se se adotasse este último viés, correria-se o risco de concordar com a perspectiva ontológica do conhecimento geográfico, reduzindo a possibilidade de se fazer uma leitura crítica da ficção.

Para completar a lista de questionamentos – que certamente não se esgota aqui –, indaga-se acerca do sujeito na produção do espaço e na ficção. Conforme tentou-se mostrar, há, na realidade, um sujeito sujeitado, sobretudo no mundo moderno. Parte-se da concepção que se constrói um espaço cada vez mais voltado para a produção de valor, um espaço no qual as relações sociais são cada vez mais independentes dos indivíduos, posto que todos se encontram cada vez mais dominados pelo fetiche da mercadoria e, seguindo a razão esclarecida, iludidos de seu protagonismo no espaço e na vida, crendo que a técnica consegue resolver tudo. Como se torna urgente adquirir uma consciência que supere essa dominação, procurou-se atentar em como isso se dá na ficção, seja especulando sobre o autor, seja nas leituras dos contos, vasculhando nos textos se há a possibilidade de tal transgressão. Crê-se que, por mais que a alienação contamine todas as esferas sociais, existem frestas, dentro das propriedades sensíveis dos homens comuns, por onde é possível haver um mínimo de lucidez para que se faça a crítica ao real, e a literatura, aparentemente em desapego a esse real, pode ser a manifestação de uma delas, ou, na expressão de Nicolau Sevcenko, o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos (2003, 30)[11].

1.2. Conceitos auxiliares para a análise

Pretende-se esclarecer três pontos sobre a relação entre geografia e literatura:

- apesar das fontes basais da pesquisa classificarem-se como textos de conteúdo extra-geográfico, a literatura ficcional, com as suas "verdades ficcionais", torna-

[11] É interessante a afirmação de Sevcenko, pois seu encaixe na interpretação da criação literária de Euclides da Cunha é perfeita: o escritor do alvorecer do século XX divulga um sertão bárbaro, colocando a modernização como um "mal necessário".

se uma ferramenta de análise para a geografia, que visa deslindar o sertão em um determinado momento da formação brasileira;

- a interpretação da obra literária ficcional, apesar de refletir momentos selecionados e transfigurados da realidade empírica, torna-se representativa para algo além dela, principalmente além da realidade prática, o que sugere ao olhar geográfico certo cuidado com tais "verdades" (Rosenfeld, 2007, 15);
- procurou-se em não se limitar à verificação esquemática da transposição do plano geográfico e histórico para o literário, mas, antes, apreender o significado novo que brota desses mesmos espaços e personagens a partir da manipulação pessoal e artística da palavra[12].

A relação proposta apresenta-se como um desafio, pois apesar do espaço e sua ambientação serem indispensáveis ao enredo, é a personagem de ficção que capta as vivências mais profundas do espaço em que está inserida, transmitindo suas impressões e sensações aos leitores, sobretudo quando se trata de produção artística (literatura de ficção) que não é autobiográfica ou apresenta o escritor como tal, falando diretamente aos leitores. Os limites entre personagem e espaço tornam-se turvos, visto que aquele é a encarnação deste e que também suas recordações, e até as visões de um futuro feliz, vitória e fortuna flutuam em algo que, simetricamente ao tempo psicológico, designa-se como espaço psicológico. Tudo na ficção sugere a existência do espaço – mesmo a reflexão, oriunda de uma presença sem nome (narrador), evoca o espaço onde é proferida e exige um mundo do qual cobra sentido; nada mais do que o resultado da existência do escritor transposta para a sua criação.

Para entender o espaço na obra de ficção, deve-se desfigurá-lo em certa medida, isolando-o dentro de limites arbitrários (Lins, 1976, 69). Para tal, o conceito de *verossimilhança*[13] se torna essencial, explicável pelo confronto entre seres humanos de contornos definidos e definitivos, integrados num denso tecido de valores de ordem moral, religiosa, político-social e cognoscitiva, revelando momentos em que a vida empírica não os apresenta de modo tão nítido e coerente, mas torna-se inspiradora para enredos. A personagem de ficção é um ponto forte de percepção do

[12] Tomando os devidos cuidados com os limites que as modernas relações sociais impõem, adota-se a palavra enquanto objetivação do pensamento e sua materialização por meio da obra criada, já que qualquer criação humana é cheia de significados, porque revela a temporalidade e seu contexto, as ideias e o modo de ver o mundo.

[13] Segundo o *Houaiss da Língua Portuguesa*, significa "1 qualidade do que é verossímil ou verossimilhante 2 LIT ligação, nexo ou harmonia entre fatos, idéias etc. numa obra literária, ainda que os elementos imaginosos ou fantásticos sejam determinantes no texto; coerência". 2001, 2.849.

homem no espaço em foco, pois seus conflitos traduzem a interação social em espaço particular que pretende-se trabalhar nos contos "O burrinho pedrês" e "A hora e vez de Augusto Matraga", de *Sagarana* (1946 / 2006c), e "Os cimos" e "Os irmãos Dagobé", de *Primeiras Estórias* (1962 / 2006b), de Rosa.

Partindo-se da hipótese de que a geografia também investiga a produção do espaço e seus desdobramentos pela sociedade, busca-se refletir sobre um determinado espaço em textos aparentemente não geográficos, mas que resguardam certa fidelidade ao real e não se prendem a cortes tradicionais ou arbitrários.

Aventura-se a afirmar que a pesquisa dialoga com o pensamento geográfico[14], pois este não se prende às formas acadêmicas instituídas no século XIX. Ao buscar o movimento de uma geografia não limitada aos moldes científicos nos textos ficcionais, tem-se em conta que esta parcela do conhecimento é a revelação de como os homens, na condição de sujeitos sujeitados, conseguem ou não se perceber dentro da realidade em que se encontram imersos – considerando que é preciso buscar traços de uma realidade que vá além daquela que os limites do fetiche permitem enxergar, já que tudo se encontra pré-formado pelo capitalismo.

O que se busca comprovar a partir de então é que as fontes extra-geográficas, vistas como um produto social das sobrevivências em determinados recortes espaço-temporais, podem revelar uma geografia que vai além do concreto e do aparente, induzindo a reflexões complexas acerca do que pode estar por trás do mascaramento da sociedade produtora de mercadorias na criação do espaço e, em particular neste estudo, incitam a indagar como se dá esse movimento no Brasil, condenado desde a "era dos descobrimentos" à imposição de uma modernização sem regresso.

Conforme aponta Maria Geralda de Almeida (2009, 2-3), é difícil definir uma pesquisa como geografia da literatura ou geografia literária. Enquanto geografia da literatura, interessa aqui o contexto de produção da obra – já iniciado a partir da relação entre a vida do escritor e a sua produção –, ao mesmo tempo que, como geografia literária, tenta-se também uma

[14] Por pensamento geográfico entende-se um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções de que uma dada sociedade, num dado momento, possui acerca do seu meio e das relações com ele estabelecidas. Trata-se de um acervo histórico e socialmente produzido, uma fatia da substância da formação cultural de um povo. Nesse entendimento, os temas geográficos distribuem-se pelos variados quadrantes do universo da cultura, emergindo em diferentes contextos discursivos, como imprensa, literatura, pensamento político, ensaística, pesquisa científica, entre outros (Moraes, 2008, 32).

interpretação do texto literário, "baseando-se em categorias, conceitos e análises geográficas e até o aspecto social incorporado"[15].

Para estabelecer a relação entre geografia e literatura, é preciso buscar o movimento geográfico presente nos textos ficcionais, utilizando as categorias de análise pertinentes à geografia para refletir sobre os escritos rosianos e atar os laços com o contexto da obra. Esclarece-se que para este trabalho a categoria espaço, vaga demais para as delimitações exigidas por este estudo, será entendida tal como Henri Lefebvre a interpreta n'*A produção do espaço* (2006), ou seja, como *território*, pois, para o filósofo, é a produção do primeiro que forma o segundo. É o território fruto das relações de poder entre os homens, que, no mundo moderno, não podem ser entendidas sem a relação com o sistema produtor de mercadorias e a organização dos espaços apropriados para o capital.

Sendo o território um conceito mais preciso, o qual leva em conta a conjugação entre ação concreta e valorização simbólica, essa escolha se deu porque, ao tornar necessário discutir o que é o sertão tanto para a geografia quanto para a literatura rosiana, é preciso levantar as variadas concepções do termo, refutando as comumente estereotipadas, que afirmam ser ele um vazio demográfico ou uma área sem fluxos. Adotando a ideia de que o território é uma porção do espaço apropriada ou dominada por um grupo[16], tornando-se um construto social a partir das relações sociedade-natureza, é inconcebível a dissociação entre população e território, para concordar com Rogério Haesbaert (2007, 339), já que todo espaço apropriado supõe, no mínimo, um sujeito – ainda mais no mundo moderno, quando esse sujeito, na condição de submisso à lógica da mercadoria, avança sobre os espaços a serem territorializados porque há demandas acima de tudo econômicas.

A adoção do território para esta análise procura não se deter somente em sua concepção materialista, pois ao considerar a literatura um produto social vinculado à arte, é preciso integrar outros entendimentos acerca do seu conceito. Poder-se-ia dizer que o território, enquanto relação de dominação e apropriação sociedade-espaço desdobra-se ao longo de um *continuum*, que vai

[15] Apesar de se estar ciente das limitações que a geografia enquanto ciência apresenta para interpretar as produções literárias.

[16] Lefebvre distingue "dominação do espaço" de "apropriação do espaço", sendo o primeiro uma ação pela transformação técnica e prática sobre a natureza, nascendo com o poder político e se desdobrando com o econômico. Já o segundo tem dimensão simbólica, é mais uso do que troca.

da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação cultural e simbólica (Haesbaert, 2007, 96; 270), atentando para o fato de que tais esferas não se separam[17].

Se não há indivíduo ou grupo social sem território, ou seja, sem dominação ou apropriação do espaço, seja o seu caráter material ou simbólico, o que interessa é o seu movimento, dotado de um significado determinado para quem o constrói ou para quem dele usufrui. É justamente o que Rosa parece retratar entre seus personagens: o território para os sertanejos diante do território para os que aparentemente exercem funções dominantes nas relações sociais.

Além do território, outros conceitos geográficos fazem-se presentes. Um deles é *região*. Emprestando a concepção de Francisco de Oliveira (1977, 29), seria "o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e, por consequência, uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição". Tal entendimento endossa a importância de se discutir o território nas mais variadas dimensões de poder. Neste caso, a região que se configura a partir do século XVII como produtora de mercadorias específicas voltadas para o abastecimento interno, com produção organizada e apresentando uma divisão regional do trabalho, é denominada sertão mineiro.

E, ainda, o *lugar*, definido como confluência entre o particular e o universal, sendo essa particularidade necessária para identificar o grau de inconsciência e sofrimento dos homens concomitantemente às suas qualidades sensíveis. Categoria mais solta das amarras teóricas da geografia – mas também presa à sociedade do valor –, que se volta para porções do território em que os homens constroem sua identidade e sua memória a partir de experiências e rotinas profundamente localizadas.

[17] Deve-se fazer a ressalva de que a subjetividade se encontra num campo complicado de discussão hoje: se o sujeito só pode ser admitido na condição de sujeitado, visto que está mergulhado na alienação da lógica da mercadoria, a subjetividade não tem outra condição de existir que não seja aquela constituída dentro da forma do valor. Quanto à cultura, entendida como conjunto de práticas, técnicas, símbolos e valores transmitidos às novas gerações para garantir um estado de coexistência social (Bosi, 2006, 16), parece ser admitida somente dentro de qualquer sociedade mergulhada em seus fetiches, antes e depois daquele do capital, sendo inerente a ele.

1.3. Pequeno panorama da literatura e ideias de formação do Brasil

Procurando ir além das determinações puramente econômicas do espaço produzido, as sensibilidades, as auto-imagens e demais motivações passam a interessar à geografia. Com base nisso, pretende-se investigar a realidade espacial a partir da ficção, ou seja, apreender nos textos ficcionais a representação de um território historicamente produzido[18], numa visão que o expande com relação ao universo estrito da geografia em seu estatuto científico, tendo como pressuposto que a literatura ficcional também é um tipo de produto social[19]. A relação entre geografia e literatura parte de duas ideias: primeiro, de que o escritor, até onde consegue escapar da inconsciência do mundo moderno, indaga por meio de seus escritos, crítica e criativamente, sua existência, e, segundo, de que na geografia o espaço não se apresenta como um recipiente inerte, mas como uma força ativa, que impregna o campo literário e o forma em profundidade (Moretti, 2003, 13).

Tal processo se verifica, sobretudo, em países com passado colonial, nos quais a legitimidade territorial pede respaldo geográfico e literário para dominação dos territórios e sua funcionalização econômica. Antonio Candido, em *Literatura e Sociedade* (2008), mostra o quanto a literatura brasileira teve influência na formação do pensamento nacional, a começar pelo século XVIII, quando as frentes de apropriação territorial[20] se intensificavam na Colônia, e surgiam conflitos que ansiavam por independência e começavam ver na literatura um meio de divulgação. Com a emancipação do país já estabilizada, a visível falta de incentivo governamental para constituir um corpo científico e político que respaldasse ideologicamente a ideia de nação seria compensada por uma literatura ficcional que consolidasse a formação de uma "consciência" nacional, ao menos por parte das camadas sociais mais abastadas, que eram letradas e inseridas no sistema político.

Diante disso, determinadas obras ficcionais brasileiras são arrebanhadas dentro de um conjunto de textos considerados de formação do Brasil, a começar pelos românticos, pois o

---

[18] As concepções de espaço e de território para esta análise são discutidas mais adiante.

[19] Concordando com a visão de Antonio Candido, para quem a literatura como fenômeno de civilização depende, por se constituir e caracterizar, do entrelaçamento de vários fatores sociais: "Os elementos da ordem social serão filtrados através de uma concepção estética e trazidos ao nível da fatura, para entender a singularidade e a autonomia da obra" (2008, 21-24).

[20] Estas frentes são, na concepção de Demétrio Magnoli, movimentos comandados pela Coroa portuguesa na segunda metade do século XVIII, visando demarcar e dominar áreas fronteiriças da América Portuguesa que ainda não estavam efetivamente sob sua jurisdição. "O Estado em busca do seu território", 2003.

gênero se difundiu entre as elites intelectuais dos Oitocentos e prosseguiu visando formar o panorama de país territorialmente coeso, desdobrando-se mais tarde em estéticas que procuravam discutir profundamente os problemas sociais. Concomitantemente ao campo dos textos ficcionais, a preocupação com a formação do Brasil está expressa também nos textos de linha científica daquela centúria, sob a forma de ensaios. Todos tratavam da malformação brasileira, vislumbrando uma evolução que estava além mar. O propósito desses ensaios era, seguindo as palavras de Paulo Arantes, "dotar o meio gelatinoso de uma ossatura moderna que lhe sustentasse a evolução. (...) o horizonte descortinado pela ideia de formação corresse na direção do ideal europeu de civilização relativamente bem integrada – ponto de fuga de todo espírito brasileiro bem formado" (1997, 12).

De acordo com Walnice Nogueira Galvão (2008, 92-93), a preocupação histórica com o sertão e os projetos de construção da nação deram origem ao Regionalismo literário[21]. Este, conforme descreve Ligia Chiappini (1995, 155), acompanhou o processo de formação do Brasil e modificou, mediante os variados contextos sociais, sua forma de representar o mosaico territorial do país:

> Uma das conclusões que se pode tirar dessa história do regionalismo brasileiro é que a transição difícil nos reajustes sucessivos da nossa economia aos avanços do capitalismo mundial se trama de modo específico e a literatura tende a recontar o processo ora como decadência ora como ascensão, ora com pessimismo, ora com otimismo, dependendo de que lado está: da modernização ou da ruína. Quando consegue superar o otimismo autocentrado das elites ganhadoras ou o simples ressentimento das frações perdedoras, expressando o modo como o pobre "paga o pato" em um e outro caso, ela supera também os limites estreitos da ideologia, para virar *forma de conhecimento e vivência solitária* dos diferentes problemas do homem pobre brasileiro[22] (grifo meu).

A primeira manifestação da literatura regionalista no Brasil foi denominada Sertanismo, um desdobramento da estética romântica dos Oitocentos. O discurso sertanista, aparentemente otimista, defendia um Brasil autêntico encravado no interior do imenso território, rico em

[21] Ideia simpatizada também por Lígia Chiappini: "O regionalismo é um fenômeno universal, como tendência literária, ora mais ora menos atuante, tanto como movimento – ou seja, como manifestação de grupos de escritores que programaticamente defendem sobretudo uma literatura que tenha por ambiente, tema e tipos uma certa região rural, em oposição aos costumes, valores e gostos dos citadinos, sobretudo das grandes capitais – quanto na forma de obras que concretizem, mais ou menos livremente, tal programa, mesmo que independentemente da adesão explícita de seus autores". CHIAPPINI, 1995, 153-154.

[22] Os termos grifados são, dentro do contexto deste trabalho, interpretados como dualistas: a adoção do texto literário como forma de conhecimento do regionalismo possui uma visão embutida de análise do outro, tido como exótico, além da classificação da solidão, que em si já revela o afastamento e mesmo a ideia de alteridade a partir de quem se coloca a analisar o tema regional.

recursos naturais e portador de uma gente "pura", a despeito de um litoral deslumbrado com a Europa[23].

Em fins do século XIX, com a estética do Naturalismo, nasce um "segundo" Regionalismo, de cunho científico e determinista, o qual culminou em um Regionalismo pré-modernista, representado principalmente por Euclides da Cunha. A epopeia *Os Sertões* é, segundo Nísia Trindade Lima (1999, 13), o marco das ciências sociais no país, com persistência da matriz dualista de interpretação da sociedade brasileira.

Essa interpretação, fruto da convivência de matrizes românticas e iluministas oriundas da Europa, torna mais complexo o entendimento das diferentes vertentes de abordagem do sertão no pensamento social brasileiro. Com a forte influência dos moldes teóricos de civilização europeia, adotou-se entre os intelectuais brasileiros uma ideia de Brasil dividido em dois, que tenderia a ser vista a partir de uma concepção linear de tempo histórico, geograficamente representada pela concepção de uma parcela de território estagnada, atrasada, e de outra mais suscetível a receber influência de correntes modernizantes (Lima, 1999, 27). Na literatura desse período, os sertanejos se tornaram inspiração para personagens, tematizados como indolentes, miseráveis, degenerados e ignorantes, denunciando o olhar exógeno do escritor, comumente letrado e citadino, sobre a gente do sertão naquele momento[24].

A representação denegrida do sertanejo e do sertão prosseguiu, sendo tema menosprezado na Semana de Arte Moderna, que simplesmente o ignorou, pois o Regionalismo era considerado de má qualidade estética e equivocado demais para dar a conhecer o Brasil. No entanto, posteriormente, a corrente se desdobrou em uma nova concepção.

Com as duas grandes guerras mundiais e as experiências fascistas, as características do romance e da literatura em geral sofreram transformações. Surge, sobretudo entre os norte-americanos, uma literatura de crítica (interpretativa) à perversidade do capitalismo e à sociedade de valores burgueses, tomando como tema central o coletivo e a denúncia dos problemas sociais. Com textos jornalísticos, os escritores não só buscavam alcançar um público maior, como também conquistar uma fatia da crescente indústria cultural.

---

[23] Ou seja, como se verá, desde a sua gênese, o Regionalismo sempre se apresentou com viés dualista.

[24] Concepção que Robert Kurz, em seu artigo "Razão sangrenta: vinte teses contra o assim chamado Esclarecimento e os 'valores ocidentais'" (2010), denuncia como a perversa razão esclarecida masculina e branca ocidental, ainda frequente nas leituras de mundo.

O Brasil recebeu tais influências estrangeiras associadas à particularidade histórica pela qual passava naquele momento – tratada mais adiante. Elas se tornaram visíveis no Regionalismo da década de 1930, de caráter social e engajado[25]. Como uma corrente crescente dentro da nova fase modernista, a denúncia da injustiça social como resultado do sistema capitalista se tornou assunto de primeira importância. O discurso, mais uma vez, dividia o país em dois opostos: um sertão atrasado e miserável e um litoral moderno e rico. Ficava clara a tensão entre nação e região, oralidade e letra, campo e cidade, estória romanesca e romance, visão nostálgica do passado e denúncia das misérias do presente[26].

O debate sobre progresso e autenticidade compõe outra dimensão dos textos literários e científicos, assumindo nitidez na literatura de cunho regionalista e a revelando, portanto, como um fenômeno moderno. O equívoco de grande parte das interpretações acerca dessa literatura está na classificação do Regionalismo como uma manifestação em conflito com a modernização, a industrialização e a urbanização, enquanto ele é apenas mais um fruto desse processo[27].

Assim como o país recebeu influência do estilo norte-americano para tecer seu novo Regionalismo, também se produzia aqui uma literatura de tipo psicológico ou espiritualista, mais

---

[25] Arrisca-se a atribuir essa característica de denúncia social ao fato de alguns escritores, como Graciliano Ramos e Jorge Amado, nutrirem forte simpatia pelo comunismo e até terem se filiado ao Partido Comunista, numa fase em que a União Soviética ascendia com a sua modernização recuperadora.

[26] Portanto, fica evidente que o dualismo, que nada mais é que uma composição de opostos, é fruto da moderna relação de valor. Em seu artigo "Ontologia negativa: os obscurantistas do Esclarecimento e a moderna metafísica da história", Robert Kurz desenvolve o problema da identidade negativa entre os opostos, cuja polaridade é imanente ao sistema produtor de mercadorias e responsável por seu movimento: "Em si, a relação do valor é uma identidade negativa, sendo que, enquanto tal, não pode permanecer somente consigo mesma. Por isso, vê-se obrigada a cindir-se permanentemente em oposições imanentes e polarizadas, tal como seu próprio pressuposto baseia-se, já, numa clivagem, a saber, justamente na cisão sexualmente determinada de todos os objetos, momentos e vida etc. que não são absorvidos pela forma do valor. Como relação de cisão, a relação do valor é, já de si, uma identidade cindida, instituída enquanto polaridade. Essa identidade negativa forma a raiz a partir da qual novas clivagens crescem mais e mais, e, com elas, novas polaridades.

Não se trata, aqui, de dualismos em si mesmos estáticos e complementares, tais como, por exemplo, aqueles que se encontram nas formas misticamente expostas das culturas pré-modernas, senão que de *polaridades hostis e exasperadoras, que travam uma permanente luta de aniquilação*, em que pese o fato de constituírem apenas dois lados da mesma identidade. Nessa medida, tais polaridades formam o modo em que se manifesta o impulso à morte da subjetividade do valor: a luta de opostos hostis, levada ao esgotamento e, por fim, à aniquilação, é a única forma possível de existência e de movimento imanente da relação do valor e da cisão. Nesse processo, as oposições polarizadas terminam por se transmudar reiteradamente umas nas outras, revelando sua identidade negativa até coincidirem, no ponto final da história da modernização, imediatamente nesta identidade destruidora. Isso vale tanto para a estrutura quanto para a dinâmica histórica da relação global, em si mesma fraturada", KURZ, 2010, 104-105 (grifos meus).

[27] A crítica é feita, sobretudo, à análise de Lígia Chiappini, a qual afirma que "Na verdade, a história do regionalismo mostra que ele sempre surgiu e se desenvolveu *em conflito com a modernização, a industrialização e a urbanização*. Ele é, portanto, um fenômeno moderno e, paradoxalmente, urbano" (1995, 155; grifos meus).

voltada para o simbólico e desinteressada das denúncias sociais. A inspiração para essa nova corrente veio majoritariamente da França, de onde vingou no entre guerras. Seu caráter universalizante, focado nos mistérios e no "subjetivo", refuta ao máximo a cor local e o pitoresco, formulando questões mais introspectivas. Ainda assim, sua criação mantém os laços com os quadros daquela realidade, que lhe servem como fonte de inspiração.

Observa-se que em nenhum momento a literatura brasileira deixou de representar ou questionar a formação do país, mesmo nos períodos em que as estéticas literárias são mais avessas ao assunto. Num país de violento passado colonial e escravista, inserido desde cedo no mundo da mercadoria que torna a dominação de territórios o imperativo para a exploração de riquezas, a literatura se apresenta como mais uma forma de entender tal movimento. E o Regionalismo literário, assim como marcou o próprio pensamento social brasileiro – vide a importância de Euclides da Cunha e *Os Sertões* –, pode ser aqui entendido como a mimese de um país construído dentro da lógica do lucro, que fragmenta território e indivíduos e regionaliza a produção de riqueza e os consequentes modos de vida. E, como ponto crucial de sua caracterização, coloca o "outro", o sertanejo, como tema central, seja como o guardião da brasilidade autêntica, seja como um retardatário ou um anemiado. Em ambos os pontos de vista, interpretações sobre o Brasil e seus sertões, tanto no pensamento social quanto na produção literária, aparecem impregnados pelo modo de pensar esclarecido.

Em Rosa, a "síntese feliz", no dizer de Walnice Galvão (2008), entre o Regionalismo de denúncia social e o romance psicológico, permite buscar na sua ficção tanto as transformações percebidas no sertão como um modo de interpretar o Brasil no mundo moderno, quanto o sofrimento dos indivíduos que nele habitam, representados por personagens. É preciso, porém, descobrir por meio de pistas no texto o quanto o escritor esteve consciente desses processos ao testemunhar a realidade dos fatos que transpôs para a sua obra. Depara-se então com a forte dúvida acerca do seu pertencimento a rótulos literários, devendo-se essa reflexão ao próprio movimento do escritor enquanto homem que mudou a sua percepção de mundo nas linhas de suas ficções. Seria Rosa um escritor regionalista, "ultrarregionalista", como o classificou Antonio Candido, ou "regionalista cósmico", como determinou Davi Arrigucci Jr.? Teria ele mudado sua forma de interpretar o sertão e o Brasil ao longo de sua produção literária?

2. De Viator a Rosa: travessia

Já que, ao buscar uma leitura crítica sobre a ficção a ontologia negativa acaba por ser relevante, mantém-se a dúvida se a consciência do escritor Rosa foi capaz de indagar e criar criticamente a partir do que ele próprio viveu, ainda que tenha nascido, vivido e morrido dentro de um mundo marcado pela imposição da abstração de valor.

Tal preocupação se dá por considerar tanto as leituras variadas que o espaço propicia – cabendo, entrementes, a geografia e a literatura – quanto o homem que exprime sua cultura, sua época e seu meio. Ambas as preocupações estão interligadas, pois, conforme já afirmado, por mais que *todos* vivam dentro da mesma lógica irracional da produção de riqueza abstrata, sendo igualados como mera força de trabalho, são seres sensíveis que sobrevivem em variadas particularidades espaciais, suscetíveis a encontrarem fissuras que os possibilitem perceber, mesmo que debilmente, que estão trancafiados. Por isso, as distintas leituras do real só podem se tornar compreensíveis se levarem em conta o contexto em que se movimentam os homens. Considerar a trajetória de Rosa como decisiva e marcante para a criação de suas ficções e interpretação do sertão enquanto mais um espaço onde o capital se afirma e embrutece a vida, é relevante, e somente na reminiscência transposta para o papel é que se pode vislumbrar isso.

Sem detalhar sua biografia, Rosa, filho de comerciante e dona de casa, nasceu no alvorecer do século XX, na pequena Cordisburgo. Passou parte da infância no sertão mineiro, ouvindo estórias de jagunços e caçadas contadas pelo pai. Adolescente, mudou-se para Belo Horizonte para estudar em colégio de padres. Cursou medicina num momento em que a *intelligentsia* brasileira[28], de origem social nas camadas dominantes e médias (e presente nas escolas de direito, medicina e engenharia e academias militares), desenvolvia justificativas para o atraso do sertão com base em ideias sanitaristas e higienistas. Promovendo expedições pelo interior do país para embasar a posição que defendiam, divulgavam um interior atrasado e pobre,

[28] Emprestando o termo russo – que aparece primeiro em Sérgio Buarque de Holanda, referindo-se aos intelectuais brasileiros embasados na corrente positivista (1995, 159) –, conforme Nísia Trindade Lima (1999), a *intelligentsia* brasileira seria um grupo composto de intelectuais ativos entre as três últimas décadas do século XIX e a três primeiras décadas do século XX, entre os quais havia uma diversidade de justificativas para explicar o atraso do vasto interior do Brasil, todos adeptos da razão dualista.

onde reina a indolência e a febre, para defender a ideia de fortalecer a nação livrando o sertão das doenças[29].

Rosa exerceu a profissão de médico visitando a cavalo enfermos em muitas cidadezinhas do interior de Minas Gerais, relacionando-se com ciganos, moradores de roças, doentes de malária e trabalhadores da estrada São Paulo-Belo Horizonte. Depois, morando em Barbacena, conviveu com o manicômio, que recebia pacientes transportados em vagões especiais de trem[30].

Enquanto exercia sua profissão, num momento em que a visão negativa sobre o sertão imperava, iniciou na década de 1930 os escritos que dariam origem à *Sagarana*[31]. Ao mesmo tempo em que compunha contos, inicialmente para um concurso literário, buscava nas lembranças do passado a fonte de inspiração para lugares, personagens e enredo. O próprio Rosa, em entrevista concedida a J. Borba, em 19 de maio de 1946, no calor da publicação de *Sagarana*, afirmou: "Comecei a escrever motivado pela saudade do interior de Minas", tornando evidente que é possível rastrear tais reminiscências em suas obras (Lara, 1996, 28). Em entrevista publicada meses antes de falecer, confirmou mais uma vez a importância de tudo que viveu para o que escreveu: "Todos os meus personagens existem. São criaturas de Minas: jagunços, vaqueiros, fazendeiros, pactários de Deus e do Diabo, meninos pobres, mulheres belas, moradores do Urucuia e redondezas"[32].

A criação de *Sagarana* se deu em meio ao sucesso que o terceiro Regionalismo literário vinha alcançando no país. Seu conjunto de contos, inicialmente intitulado *Sezão*, foi trocado por *Contos*, até surgir com o título tal qual é conhecido para a publicação pela José Olympio. Rosa o publica, inicialmente, utilizando o pseudônimo Viator:

---

[29] Já que no Ocidente, o sistema produtor de mercadorias, bem como a concorrência no mercado mundial apresentavam um nível de desenvolvimento avançado, "todo novo impulso de modernização nas regiões ainda pouco desenvolvidas" – no caso o Brasil, Estado formado recentemente – "tinha de assumir o caráter de um desenvolvimento *recuperador*, particularmente forçado (...)" (Kurz, 1992, 35). No Brasil, a *intelligentsia* é mais um esforço desse impulso forçado rumo ao desenvolvimento do moderno sistema produtor de mercadorias: ela integra um corpo científico esclarecido que elabora projetos de Estado para o território, que, visto como atrasado, só poderia se desenvolver nos moldes modernos com a participação estatista em peso.

[30] Experiência que, mais tarde, lhe inspirou escrever o conto "Soroco, sua mãe, sua filha", 2006b.

[31] Sabe-se que o escritor já havia escrito contos anteriormente aos que comporiam *Sagarana*, mas os enredos em nada remetiam ao sertão ou prenunciavam o estilo que Rosa adotaria a partir do livro que se examina nesta pesquisa.

[32] "GR segundo terceiros". *Realidade*, junho / 1967 apud ROSA, 2006a, 79.

> O título escolhido era *Sezão*; mas, para melhor resguardar o anonimato, pespeguei no cartapácio, à última hora, este rótulo simples: "*Contos (título provisório, a ser substituído)* por *Viator*." Porque eu ia ter de começar longas viagens, logo após.[33]

De maneira geral, os contos expõem um sertão fortemente marcado pelo coronelismo e pelas rugosidades[34] do Antigo Sistema Colonial – atentando-se para a particularidade na forma de ocupação do território estudado –, fortes disputas políticas entre fazendeiros, a vida em torno da economia pecuária, a miséria que condena os sertanejos e a violência cotidiana, muito marcada pela defesa da honra pessoal e pela presença de jagunços. Nesse sertão, o poder do Estado, ainda não autonomizado, está implicitamente embutido e personificado no poder dos grandes latifundiários, majores e coronéis, ligados a um poder central que ainda precisava do apoio local para consolidar o Estado. Todos inseridos num processo de modernização, ainda não muito claro para o próprio autor.

Mesmo que percebendo, ainda que de maneira nebulosa ou muito parcial, as metamorfoses do sertão mineiro, após o lançamento de seu primeiro livro, Rosa manifestou em carta ao seu tio Vicente, o desejo de transformar a literatura regionalista (Galvão, 2008, 114), que surgia no país entrelaçada à interpretação científica e social de um Brasil dividido entre litoral e sertão. Esse desejo se tornou constante sobretudo após ingressar na carreira diplomática, quando pela primeira vez saiu do Brasil. "Porque eu ia ter de começar longas viagens, logo após" parece marcar uma divisão entre o seu primeiro livro e os demais: ao iniciar longas viagens e conhecer outros lugares do mundo, parecia previsível que a ideia que tinha sobre o sertão poderia se transformar.

É curioso notar que o escritor intensificou as mudanças na sua percepção do mundo a partir do momento em que saiu do sertão e presenciou, como funcionário do Itamaraty na Alemanha, a Segunda Guerra Mundial. "Somos acossados de pedidos, rogos, prantos, ameaças, o diabo! Tenho visto e ouvido coisas absurdas, impossíveis. E... nem sempre a gente pode atender", escreveu, de Hamburgo, ao amigo Pedro Barbosa, em 1939. Sabe-se que o diário mantido durante a estadia na cidade alemã transmite uma atmosfera pesada, com o registro de

---

[33] "Carta de JGR a João Condé". *A Manhã*, suplemento "Letras e Artes, Rio de Janeiro, 21/07/1946 apud COSTA, 2006, 16.

[34] "Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. (...) as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas, os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho." SANTOS, 2000, 140.

perseguições a judeus, racionamento e bombas caindo pela cidade. Em 1941, a casa na qual estava hospedado e o prédio do consulado onde trabalhava foram atingidos por bombas; em 1942, Rosa e o corpo diplomático brasileiro foram confinados pelos nazistas em Baden-Baden[35], só recebendo liberdade por meio de trocas e negociações.

Em contato com um mundo que apresentava muitas das mesmas mazelas de seu torrão natal, Rosa teria voltado ao Brasil disposto a dar novo tratamento às suas obras, preocupado, pelas cartas enviadas ao tio, em se desprender dos moldes do Regionalismo literário que, como visto, sempre esteve fortemente ligado a uma ideia de sertão como o lócus do atraso, da barbárie e do isolamento. Teria ele discordado da visão dualista do Brasil tão marcada no Regionalismo de sua geração? Teria sido esse o momento em que, descobrindo o sofrimento além sertão mineiro e o quanto a civilização deixara de existir onde inicialmente era considerado o seu berço, sua obra toma dimensão universal? E até que ponto Rosa, se consciente dessas transformações, as captou naquilo que percebeu enquanto vivia?

Algumas pistas levam a enveredar por esse pensamento, pois o autor chegou a afirmar: "Não sou romancista; *sou um contista de contos críticos*. Meus romances e ciclos de romances são na realidade contos nos quais se unem ficção poética e realidade"[36]. Rosa pode ter tido um mínimo de consciência das alienações e dos sofrimentos que vivera e presenciara. O contexto histórico se torna importante porque muitas transformações que se dão no espaço são datadas, o que confere a este um movimento, sobretudo para o sertão (a despeito das ideias de atraso, que o tomam como estagnado). Como sua obra é, acima de tudo, ficcional, resta buscar o espaço histórico-geográfico entranhado em seus personagens, para especular até quando o autor se prendeu a uma corrente regionalista ou se concretizou o universal.

Procurando um estilo literário distinto do que era corrente em seu período, escrevia ao pai, ao tio e a amigos pedindo detalhes sobre a natureza do sertão e o modo de vida do povo sertanejo, com seu "linguajar precioso" e estórias fabulosas (Costa, 2006, 21), viajando à terra natal e suas imediações quando podia, para visitar os lugares que anos depois estariam em suas ficções.

Considerando as leituras feitas pelo próprio Rosa importantes para compreender a interpretação que fazia da realidade na qual estava inserido, nota-se entre seus livros que o

[35] COSTA, 2006, 16-18.
[36] LORENZ, 1965, 35-60 apud ROSA, 2006a, 80; grifos meus.

apreço por temas esotéricos acompanharam a vida do autor e tiveram peso sobre toda a sua obra. Suzi Sperber, em seu estudo sobre a biblioteca particular de Rosa, a qual teve acesso logo após sua morte, chegou a classificar *Sagarana* como "realismo ontológico" e *Primeiras estórias* como "epifanicidade filosófica" (1976, 154) a partir das anotações do escritor em livros de filosofia, esoterismo e religião[37]. Infelizmente a autora não aponta quais livros de Rosa versavam sobre o que ela denomina geografia (conforme escreveu em seu livro, na página 17), apesar de se saber que o escritor tinha bastante interesse nessa área do conhecimento: em abril de 1946, foi aceito como sócio titular da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e, em 1951, tornou-se sócio-efetivo da Sociedade Brasileira de Geografia. Infelizmente, não foi encontrado nenhum trabalho sobre o que há de geografia em sua biblioteca particular, mas reproduz-se, a seguir, seu discurso de posse como membro desta Sociedade:

> Grande é, agora, a minha satisfação, grande a distinção que me conferis, neste momento. Honra e alegria, indizíveis; porque, à falta de outros títulos, com dois dêles me reconheço, ao ser empossado no cargo de sócio titular desta agremiação: como velho admirador da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, e como velho amoroso da Geografia. Admirador desvalioso amoroso ignorante, certo; mas rico de entusiasmo e de sinceridade. E é assim que vos agradeço. Aos que propuzeram o meu nome, aos que aprovaram proposta, aos que ora me recebem.
> Devo explicar-me. De inicio, o amor da Geografia me veiu pelos caminhos da poesia – da imensa emoção poética que sobe da nossa terra e das suas belezas: dos campos, das matas, dos rios, das montanhas; capões e chapadões, alturas e planuras, ipuêiras e capoeiras, caátingas e restingas, montes e horizontes; do grande corpo, eterno, do Brasil. Tinha que procurar Geografia, pois. Porque, «para mais amar e servir o Brasil, mistér se faz melhor conhecê-lo»; já que, mesmo para o embevecimento do puro contemplativo, pouco a pouco se impõe a necessidade de uma disciplina científica.
> Desarmado da luz reveladora dos conhecimentos geográficos, e provido tão
> só da sua capacidade receptiva para a beleza, o artista vê a natureza aprisionada no campo punctiforme do momento presente. Falta-lhe saber da grande vida, evolvente, do conjunto. Escapa-lhe a majestosa magia dos movimentos milenários: o alargamento progressivo dos vales, e a suavização dos relêvos; o rejuvenescimento dos rios, que se aprofundam; na quadra das cheias, o enganoso fluir dos falsosbraços, que são abandonados meândros; a rapina voraz e fatal dos rios que capturam outros rios, de outras bacias; o minucioso registro dos ciclos de erosão, gravado nas escarpas; as estradas dos ventos, pelos vales, se esgueirando nas gargantas das serranias; os pseudópodos da caàtinga, invadindo, pouco a pouco, os «campos gerais», onde se destrói o arenito e onde vão morrendo, silentes, os buritís; e tudo o mais, enfim, que representa, numa câmera lentíssima, o estremunhar da paisagem, pelos séculos.

[37] A autora analisou os seguintes livros e autores, contidos na biblioteca de Rosa: o Antigo Testamento e os Evangelhos, um livro do Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento, Christian Science, o Chándogya Upanishad, e livros de Sertillanges, Romano Guardini, Plotino, Sócrates, Platão, Henri Bergson, Kant, Kierkegaard, Maquiavel, Nietzsche, Sartre, Schopenhauer, Teilhard de Chardin, entre muitos outros, de acordo com o que sua pesquisa procurava como referências para o escritor, ou seja, os elementos ontológicos e místicos.

> Ainda agora, faz menos de uma semana, acabo de regressar de uma excursão de férias, extenuante mais proveitosa, realizada apenas para matar saudades da minha região natal e para rever velhos poemas naturais da minha terra mineira.
> Quanta beleza! Ávido, fiz, num dia, seis léguas a cavalo, para ir contemplar o rio epônimo – o soberbo Paraopeba – amarelo, selvagem, possante. O «cerrado», sob as boas chuvas, tinha muitos ornatos: a enfolhada capa-rosa, que proíbe o capim de medrar-lhe em tôrno; o pau bate-caixa, verde-aquarela, musical aos ventos; o pao santo, coberto de flores de leite e mel; as lobeiras, juntando grandes frutas verdes com flôres rôxas; a bôlsa-de-pastor, brancacenta, que explica muitos casos de «assombrações» noturnas; e os barbatimãos, estendendo fieiras de azinhavradas moedinhas. Os campos se ondulavam, extensos. Sôbre os tabuleiros, gaviões grasniam. A Lagoa Dourada, orgulho do Município, era um longíquo espêlho. A Lagoa Branca, já hirsuta de juncos, guarda ainda o segredo do seu barro, que, no dizer da gente da terra, produz, na pele humana, intensa e persistente comichão. Buritís, hieráticos, costeiam, por quilômetros, o Brejão do Funil, imenso, onde voam os cócos e se congregam, às dezenas as garças. E, enfim, do «Alto Grande», mirante sem prêço, a vista se alongava, longíssima, léguas, até azulado das montanhas, por baixadas verdes, onde pedaços do rio se mostravam, brilhantes, aqui e ali, como segmentos de uma enorme cobra-do-mato.
> Dois dias depois, estava eu visitando, em Cordisburgo – meu torrão inesquecível – a maravilha das maravilhas, que é a Gruta do Maquiné. E aqui, confesso, muita coisa se revelou a mim, pela primeira vez. Certo, eu já pensava conhecer, desde a infância, os feéricos encantos da Gruta e as suas deslumbrantes redondezas: môrros, bacias, lagoas, sumidouros, monstruosos paredões de calcáreo, com o raizame laocôontico das gameleiras priscas, e o róseo florir das cactáceas agarrantes. Mas, era que, desta vez, eu trazia comigo um instrumento precioso – bússola, guia, roteiro, óculo de ampliação o trabalho que devemos à minuciosa operosidade, ao sentimento poético, à capacidade científica e ao talento artístico do meu saudoso amigo Afonso de Guaira Heberle: o reconhecimento topográfico «A Gruta de Maquiné e os seus Arredores». Deu-se a valorização da estesia paisagística, graças às lições da ciência e da erudição. Prestígio da Geografia!
> Mas, meus senhores, estou começando mal, por um abuso, e devo sustar esta longa explicação. Do que disse, de modo tão imperfeito, podereis avaliar o que sinto, perfeitamente.
> Rogo-vos apenas crer na sinceridade da minha emoção e no fervor dos meus propósitos, ao ser recebido, como sócio titular desta douta e abnegada Sociedade, que, em labor silencioso e diuturno, há tantos anos vem servindo o Brasil.[38]

Levando em conta a experiência que adquiriu ao longo da vida, seja na carreira diplomática e período no estrangeiro, seja nas viagens pelo sertão, o que fica cada vez mais claro é a visão do autor sobre o sertão, e quiçá sobre o Brasil, atento às transformações bruscas e explícitas que ambos passavam entre a década de 1930 e o ano em que veio a falecer, em 1967, período em que produziu toda sua obra.

Se os homens nunca são os mesmos porque o tempo e o espaço mudam as maneiras (limitadas) de percepção do real em cada um, arrisca-se então dividir a produção literária de

[38] Extraído de BEZERRA & HEIDEMANN, 2006, 16-17. A versão ortográfica foi mantida original.

Rosa em dois momentos distintos: um primeiro revelado na tessitura de *Sagarana*, presente até a década de 1930, e um segundo após este livro[39].

O "primeiro" Rosa, aquele ainda médico do interior, expõe sua visão de mundo nas entrelinhas de sua ficção de estreia, que aparece com um primeiro nome, muito sugestivo: *Sezão*. Sezão significa febre, palavra muito utilizada pelos médicos sanitaristas e intelectuais da *intelligentsia* brasileira para definir o sertão brasileiro, que era atrasado porque, entre outros motivos, a febre que o mosquito da malária provocava não permitia a fixação da civilização naqueles confins. Um sertão dominado por poderes personificados em agentes integrantes de uma estrutura gestada ainda no império – a Guarda Nacional, que se desdobra no coronelismo –, com disputas políticas entre os mais poderosos, estes medidos pelas posses (terra e gado). Um sertão onde ainda aparecem as senzalas e as casas-grandes, onde os coronéis moram e por onde transitam vaqueiros, boiadeiros e capiaus, sãos ou doentes da maleita (malária), representando os homens livres pobres e os jagunços, sujeitos que viviam dos favores de violência prestados fielmente ao seu coronel.

Mas assim como sezão significa febre, outros significados antônimos a este também lhe são atribuídos, como momento oportuno, força, vigor, vitalidade. Estaria o autor jogando com as contradições presentes no sertão a partir do título de seu livro? A especulação aponta para essa possibilidade, pois Rosa apresentava a partir desse conjunto de contos um sertão ambíguo e teria considerado o conto que fecha a obra – "A hora e vez de Augusto Matraga" – aquele que inauguraria o seu estilo de escrever, que oferece várias interpretações – uma delas está neste estudo.

Ao enveredar por este pensamento, é necessário considerar a importância da literatura ficcional de Rosa num momento em que o país ainda assistia à institucionalização das ciências entre suas fronteiras. Conforme Antonio Candido aborda em seu livro já citado, a literatura ficcional brasileira foi gestada para ocupar um vazio que as ciências ainda não tinham condições de preencher, sendo produzida por literatos preocupados com a ideia nacional. A ficção, ao abordar o homem no seu momento e no seu espaço, se torna também difusora do pensamento e do modo de ver o mundo e encarar seus problemas naquele período histórico[40]. Crê-se, de acordo

[39] Esta divisão é apenas mais uma especulação corrente neste trabalho; sabe-se que ela pode incorrer em muitos equívocos.

[40] "O debate sobre, por assim dizer, a americanicidade da experiência histórica brasileira esteve sempre acompanhado por um duplo movimento – situar as fronteiras entre o Brasil tradicional e o Brasil moderno e resgatar

com as ideias apontadas por Antonio Candido, que a literatura teve peso decisivo no debate sobre o país até o fim da primeira metade do século XX, recorte temporal em que Rosa se insere.

O "segundo" Rosa aparece depois da experiência de correr o mundo. Um homem que saiu de sua terra natal para vivenciar a miséria que explode com o monstruoso desenvolvimento da técnica esmagadora de homens (Benjamin, 1994, 115). Essa experiência parece fazer com que o escritor questione o que é bárbaro e o que é civilizado, num mundo misturado, onde Bem e Mal andam juntos e dificilmente podem ser rotulados. Por mais que as experiências do século XX tenham sido desmoralizadas – pois são marcadas por guerras, fome e crises econômicas –, elas são incorporadas como experiência negativa e reforçam a miséria. A imposição da produtividade, sempre a favor da geração de lucro a qualquer custo, conduz a um processo de modernização que se espalha por todas as frestas e condena todos os homens, diluindo as antigas mazelas em novas formas de sofrimento, compreendidas por uma literatura que reforça a tragédia real por meio da criação.

Esse "segundo" Rosa, que pelo tempo e pelo espaço observa o movimento da realidade, sugere, nas entrelinhas dos textos criados após *Sagarana*, um breve entendimento daquilo que presenciava, do sertão e suas consecutivas dominações, que continuariam a reproduzir a miséria. Sua visão, antes (aparentemente) em parte condizente àquela difundida pela *intelligentsia* brasileira – pois a própria intitulação de *Sezão* para o livro sugere uma brincadeira que coloca esse corpo de intelectuais confusos e contraditos –, agora parece indagar mais claramente o que é civilizado e moderno, enquanto vê a barbárie brotar das próprias demandas da modernização econômica sobre o seu sertão. O autor parece criticar implicitamente uma modernização que fragmenta o homem, apaga sua consciência, torna sua existência sem sentido e o lança a um estado melancólico difícil de ser recuperado[41].

---

ou inventar o que seria o fundamento autêntico da nacionalidade. Nesse sentido, pode-se perceber uma confluência entre o discurso dos cientistas e a literatura produzida em fins do século XIX e início do século XX. Ademais, naquele momento, a delimitação de identidades profissionais era ainda incipiente, e talvez possamos falar com mais acerto em cientistas-literatos e numa literatura que se pretendia científica." CANDIDO, 2008, 52.

[41] "A ser assim, a individualidade não significa outra coisa que a tensão entre os seres humanos reais, individuais e sensíveis e a forma social neles gravada a ferro e fogo, como a 'lacuna' penosamente vivida, a retenção das necessidades e sensações no interior de tal invólucro coercitivo. Mediante diversas formações sempre há de transparecer novamente o elemento agonizante, doloroso e abusivo ínsito a essa contradição, enquanto a sociedade for guiada por cegas formas de fetiche, nas quais os indivíduos não se põem de acordo enquanto tais em relação a uma sociabilidade autoconsciente, senão que agem irracional e destrutivamente, tal como, por assim dizer, numa espécie de transe da objetivação por eles mesmos criada, no sentido de suas próprias necessidades e possibilidades." KURZ, 2010, 89-90.

É interessante frisar a suposição de uma crítica implícita ao papel do Estado nas obras pós-*Sagarana*. O Estado só é mostrado nas ficções quando aparecem as estreitas relações de interesses entre os coronéis do sertão e o poder central ou quando a presença do governo começa a se fazer efetiva para levar a modernização a cabo – em ambos os casos, o povo sertanejo é vítima da associação drástica entre o Estado e o capital. Sugere-se, mais uma vez, a importância da experiência de vida do autor, particularmente em meio à política, para refutar a ideia de "dois Brasis", na qual o sertão seria um território à parte: em janeiro e junho de 1958, viajou à Brasília para acompanhar a construção da nova capital, o que lhe rendeu inspiração para os contos de *Primeiras estórias*. Em 1962, Rosa foi eleito chefe do Serviço de Demarcação de Fronteiras do Itamaraty, função que continuou a exercer após o golpe militar de 1964, chegando a inspecionar a demarcação das fronteiras entre Brasil e Paraguai para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu. Cumprindo essas funções e estando mais próximo das transformações profundas que o governo JK exercia nos territórios interiores do país, o escritor pôde ver de perto a atuação de um Estado autoritário, que esmaga as territorialidades do povo do sertão para atender às demandas da *modernização recuperadora*[42].

É a partir da identificação dessa passagem, de um primeiro a um segundo Rosa, que as dúvidas acerca da classificação de literatura regionalista de sua obra se colocam, visto que o próprio autor, ao longo de sua produção, se sentia incomodado com a sua associação ao Terceiro Regionalismo literário, de denúncia social e flerte com o pensamento socialista, ao mesmo tempo em que criava de dentro do sertão os questionamentos do mundo. Nisso, Rosa se define dizendo "Sou regionalista porque o pequeno mundo do sertão (...) este mundo original e cheio de contrastes, é para mim o símbolo, diria mesmo o modelo de meu universo" (Rosa, 2006a, 77). Em 1963, tendo Haroldo de Campos se encontrado com ele, reproduziu:

> (...) depois que terminava o expediente, Guimarães Rosa mudava de personalidade, e passava a falar dele próprio na terceira pessoa. Mas não por vaidade, era uma espécie de respeito que ele tinha, uma objetivação que ele fazia da sua própria obra. Ele dizia: "O Rosa faz isso, o Rosa faz aquilo". Então, ele falava: "Dizem que o Rosa é regionalista" – e dava uma risadinha típica dele. "Ah! Eu me divirto muito com isso... Porque dizem

[42] Entende-se por *modernização recuperadora* o impulso forçado de desenvolvimento econômico nas regiões ainda pouco desenvolvidas – ou seja, os países do hemisfério Sul, pós-coloniais –, no qual o elemento estatista impõe-se frente ao monetarista para possibilitar processos de industrialização e modernização. Nesse processo, mantêm-se os grupos parasitários no comando, ao mesmo tempo em que a grande massa da população fica de fora da produção para o mercado mundial, perpetuando a miséria (Kurz, 1992, 35, 166-167).

> que eu fiz uma paisagem, um crepúsculo mineiro, e não é nada de crepúsculo mineiro, é um crepúsculo que eu vi na Holanda, misturei com umas coisas de Minas, misturei tudo aquilo e joguei lá – e as pessoas dizem que eu estou fazendo uma cena do interior de Minas, e eu estou fazendo um omelete ecumênico. O Rosa é como uma ostra: projeta o estômago para fora, pega tudo que havia pegado, de todas as fontes possíveis, e introjeta de novo no estômago, mastiga tudo aquilo e produz o texto". Isto eu achei uma explicação fantástica, eu nunca vi isso em parte alguma, e é a melhor explicação que eu conheço do estilo roseano, que incorpora todas as coisas.[43]

Se a crítica literária atual vem cada vez mais enfatizando a ideia seminal de que o sertão de Rosa é uma reconstrução alegórica do mundo, vale-se aqui do pensamento de que quando se está identificando "elementos geográficos" ou "determinações geográficas" no texto literário, se está apontando para uma forma de ver a realidade percebida, pois, no caso em questão, a poesia é o ponto de partida para tal. O escritor designa e conceitua a realidade que o cerca, bem como a sua alteridade (Martins, 2007, 38-39). Diante disso, levantam-se as seguintes dúvidas: como delimitar geografica / materialmente esse sertão? Como tratar da região numa literatura que supõe ir além, alcançando o universal? Parte-se do princípio de que a experiência do autor leva essa análise à totalidade e à particularidade[44], na medida em que é possível tal apreensão, seja por parte do escritor, seja por parte desta pesquisa. Sobre a sua consciência da vida mais as limitações e os conflitos do homem no espaço com o qual interage, menciona-se a reflexão de Rosa por meio de um boi, personagem de "Conversa de bois", de *Sagarana* (2006c, grifos meus):

> – Eu acho que nós, bois, – Dançador diz, com baba – assim como os cachorros, as pedras, as árvores, somos pessoas soltas, com beiradas, começo e fim. *O homem, não: o homem pode se ajuntar com as coisas, se encostar nelas, crescer, mudar de forma e de jeito... O homem tem partes mágicas... São as mãos... Eu sei...*

[43] COSTA, 2006, 44-45.

[44] Estas dúvidas, apesar de mais restritas aos estudos de crítica literária, aparecem também no estudo de Ana Paula Pacheco (2006,16-17): "Supus ser mais verossímil pensar que 'sertão' é sujeito que não apenas equivale ao predicativo, mas submete-o a um ponto de vista: assim, o sertão é o mundo tal qual este *seria* a partir de uma ótica que quer vê-lo *do* e *no* sertão, inclusive quando se faz o salto universalizante à 'experiência humana'. Por um lado, teríamos a região como o espaço em que se expressam as contradições que são do país, na percepção de um modo de ser local, de um ritmo social e cultural que é e não é o mesmo de outras partes do Brasil, pois apreendido sob uma ótica particular. Por outro lado, essa ótica particular (supostamente própria do *outro*, o sertão) inclui o olhar do escritor que, sem abandonar o 'mundo da cultura', recria a realidade social, seja a do fazendeiro, seja a do homem pobre do interior ou do sertanejo".

3. Analisando a travessia entre *Sagarana* e *Primeiras estórias*

3.1. Introdução

Este capítulo se debruça diretamente sobre os contos de Rosa escolhidos para estudo. Iniciando por *Sagarana*, a análise começa com "O burrinho pedrês" e vai adiante com o conto mais famoso do livro, "A hora e vez de Augusto Matraga". Depois, segue com "As margens da alegria" e "Os irmãos Dagobé", de *Primeiras estórias*, completando o estudo pretendido dessas ficções.

Procurou-se interpretar o sertão e as relações sociais contidos nos contos, bem como as mudanças nesta vasta área e no modo de vida sertanejo ocasionados pelo Estado centralizado e ansioso de modernização, que personagens e narradores sutilmente deixam o leitor notar.

3.2. O sertão em Sagarana

3.2.1. "O burrinho pedrês"

O conto que abre o livro *Sagarana* narra a saída de uma boiada da Fazenda da Tampa, situada no vale do Rio das Velhas, até o arraial onde o gado deveria ser alojado em um trem de ferro, que levaria a mercadoria para longe.

Apesar de o foco da história ser um velho burrinho – Sete-de-Ouros –, o enredo se desenvolve nos diálogos entre os vaqueiros Francolim, Badú, João Manico, Silvino, Raymundão, Benevides, Sinoca, Tote, Leofredo, Zé Grande e Sebastião e o Major Saulo, fazendeiro e dono da boiada durante o trajeto. A conversa entre eles gira em torno da apreciação do gado, da experiência de vaqueiros e suas histórias e da tensão, corrente em todo o conto, entre Silvino e Badú, porque o último conquistou a namorada do primeiro, que agora quer vingança.

A comitiva despacha o gado num ano de grandes chuvas no sertão. Com o coronel ficando no arraial com a família, os vaqueiros decidem voltar para a fazenda à noite mesmo, mas

ao atravessarem o córrego da Fome, uma enchente violenta acaba matando oito vaqueiros e seus cavalos, restando a salvo apenas o velho burrinho Sete-de-Ouros, Francolim e Badú. A pressão constante entre os dois vaqueiros que brigavam por mulher e por honra acaba se desfazendo diante da tragédia inesperada.

***

Se o processo de territorialização se dá a partir da forma mercadoria, a qual, por sua vez, define quem personifica a terra e de que forma capital e trabalho são mobilizados no processo, torna-se necessário considerar que a formação de uma região é também oriunda desse processo, o de expansão territorial do capitalismo, o qual revela o processo de imposição das relações mediadas pela forma mercadoria (Toledo, 2008, 16-17; 38; 151) numa porção particular do espaço. Sendo assim, o espaço regional nada mais é do que materialidade transformada pelo processo particular de acumulação de capital.

> Alta, sobre a cordilheira de cacundas sinuosas, oscilava a mastreação de chifres. E comprimiam-se os flancos dos mestiços de todas as meias-raças plebéias dos campos-gerais, do Urucuia, dos tombadores do Rio Verde, das reservas baianas, das pradarias de Goiás, das estepes do Jequitinhonha, dos pastos soltos do sertão sem fim.
> (...)
> Nos pastos de engorda, ainda havia milhares deles, e até junho duraria o êxodo dos rebanhos de corte. E, como acontecia o mesmo em todas as fazendas de ali próximo, e, com ligeiras variantes, nas muitas outras constelações de fazendas, escantilhadas em torno das estaçõezinhas daquele trecho, era a mobilização anual da fauna mugidora e guampuda, com trens e mais trens correndo, vagões repletos, atochados, consignados a Sítio e Santa Cruz. Depois, nos meados da seca, os pastos se esvaziavam, e os boiadeiros tinham de espalhar-se em direção aos longínquos centros de cria, para comprar e arrebanhar gado magro. Pelas queimadas, já estariam de volta. Repouso. Primeiro sal. Primeiro pasto. Ração de sal todos os meses, na lua nova. E, pronto, recomeçar (2006c, 11; 20-21).

Os excertos acima descrevem o sertão mineiro como uma formação regional voltada para a produção da mercadoria pecuária[45], formação esta que vem sendo engendrada desde o período colonial, conforme o "sentido da colonização" de Caio Prado Júnior (2006). Considerando-se uma realidade já mundializada, as formações regionais no território colonial expressam uma divisão internacional do trabalho, pois o capitalismo, como formação global, estabelece uma

[45] "(...) privilegia-se aqui um conceito de região que se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral. Desse ponto de vista, podem e existem 'regiões' em determinado espaço nacional, tanto mais determinadas quanto sejam diferenciados os processos assinalados" (Oliveira, 1977, 27). Atenta-se para o fato de que nesse período, no sertão, as classes sociais ainda estavam em formação.

interface de modo que regionalizar implica territorializar, pois, se não há uma divisão regional do trabalho interna nos séculos iniciais da formação da América Portuguesa, deve-se considerar que a atividade comum e existente nesses "arquipélagos econômicos" está na realização da valorização externa. Portanto, a produção e o comércio de carne e couro inclui o sertão como parte da divisão do trabalho organizada com a mediação das mercadorias, tornando-a parte da estrutura que permitiu, tempos atrás, a exploração do ouro como produto valorizado no Velho Mundo que, no contexto deste conto, já estava em decadência[46].

Pela breve sinopse do enredo, já se sabe que há um fazendeiro com a patente de major, que personifica a terra, que é, no caso, a mencionada Fazenda da Tampa,

> onde era tudo enorme e despropositado: três mil alqueires de terra, toda em pastos; e o dono, o Major Saulo, de botas e esporas, corpulento, quase um obeso, de olhos verdes, misterioso, que só com o olhar mandava um boi bravo se ir de castigo, e que ria, sempre ria – riso grosso, quando irado; riso fino, quando alegre, e riso mudo, de normal (2006c, 10).

Mas a patente de major, como é informado quase ao fim do conto, não foi gratuita. Narrando uma experiência de sua juventude ao buscar gado magro para a engorda "no fundo do sertão", o vaqueiro João Manico conta sobre seu patrão, o Major:

> – Para o meu compadre seô Major Saulo mesmo... Só que ele era moço e magro, nesse tempo, e a gente falava "seu Saulinho"... Ele já estava casado, casado de novo, e terras dele eram só as do Retiro, mais uns alqueires de pasto de brejo, no Pontilhão, que todo o mundo chamava só de Jatobá... (2006c, 60).

Ou seja, o personagem galgou a patente de coronel conforme acumulava riqueza, materializada em terra e gado. Para ganhar a patente de coronel era preciso provar alta renda e propriedades, sobretudo da terra. Conforme o próprio Major conta:

> Nunca estive em escola, sentado não aprendi nada desta vida. Você sabe que eu não sei. Mas, cada ano que passa, eu vou ganhando mais dinheiro, comprando mais terras, pondo mais bois nas invernadas. Não sei fazer conta de tabuada, tenho até enjôo disso... Nunca assentei o que eu ganho ou o que eu gasto. O dinheiro passa como água no córrego, mas deixa poços cheios, nas beiras. Gosto de caminhar no escuro, João Manico, meu irmão! (2006c, 41).

[46] A dependência da articulação da pecuária com a exploração de metais preciosos leva à conclusão de que a autonomia regional é uma dimensão de aparência do sistema produtor de mercadorias (Toledo, 2008, 203), pois, na verdade, a região depende de articulações maiores (a totalidade).

O coronelismo surgiu no país com a criação da Guarda Nacional em 1831, pois, como as regiões se configuraram durante o período colonial e originaram grupos dominantes[47] com interesses específicos, o quadro territorial encontrado após o processo de independência do Brasil era de fragmentação[48]. No período regencial, compreendido entre as décadas de 1830 e 1840, revoltas provinciais encabeçadas em boa parte pela população livre pobre deixaram evidentes as fraquezas de um governo que não conseguia controlar a totalidade territorial do novo Estado, que se apresentava, acima de tudo, como um mosaico de peças muito distintas[49].

A Guarda Nacional apareceria como tentativa de manter o controle das convulsões sociais regionais, bem como trazer para o governo central os apoios das elites regionais, na verdade, as grandes responsáveis pela produção de mercadorias que o jovem país exportava para o mundo. E o apoio se daria assim: aos grandes proprietários de terra era concedida a patente de coronel, para que esse fosse o representante do poder imperial na localidade onde exercia influência, para "manter a ordem" das relações sociais calcadas na produção[50]. Portanto, é impossível compreender o fenômeno do coronelismo sem se fazer referência à estrutura agrária do país, a qual forneceria a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil[51].

---

[47] Aproveita-se este momento para concordar com a ideia de Robert Kurz (2010), que afirma no artigo "Dominação sem sujeito" a submissão dos sujeitos ao sistema produtor de mercadorias, o que, por sua vez, leva à conclusão de que na verdade não existem dominantes no sistema, são todos dominados pela alienação provocada pela abstração de valor.

[48] Para se ter maior compreensão de tal situação, Maria Odila Dias afirma que com a vinda da família real em 1808, as capitanias, a partir de então províncias, não ficaram satisfeitas em ter que se submeter ao Rio de Janeiro que, até há pouco tempo, era uma capitania igual às outras. Antes disso, cada capitania se dirigia diretamente à Metrópole, o que evidenciava a especialização na produção de mercadorias em cada uma e estimulava a fragmentação territorial (2005).

[49] Tal problema é desenvolvido em JANCSÓ & PIMENTA, 2000.

[50] Em 1850, o Império decide pela centralização do poder, tornando a Guarda meramente honorífica e decorativa: "com as suas patentes, distribuídas somente a correligionários, preveniam-se rebeldias ou premiavam-se devoções. O prestígio do título passou a constituir sedução muitas vezes infalível na técnica de captação dos chefes locais. E a República continuaria a utilizar o processo durante muito tempo" (Leal, 1975, 215-216).

[51] Conforme aponta Victor Nunes Leal (1975, 20), o coronelismo é "*resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada*", no qual "é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras" (grifo meu). A frase grifada é, para o ponto de vista deste trabalho, um equívoco: o coronelismo se apresenta, na verdade, a uma estrutura econômica e social bastante adequada, tanto para o governo federal, que precisava dos apoios locais e regionais naquele momento para se legitimar politicamente, quanto para os coronéis, que precisavam da garantia de seus interesses econômicos no plano político interno e externo.

Mas tal quadro, o de incumbir os senhores de terra da manutenção da ordem territorial local e regional, não aparece apenas após o processo de independência do país. Victor Nunes Leal afirma que essa estrutura já era aplicada desde o período colonial, com as ordenanças. Estas se desenvolveram, sobretudo, à margem da lei "Como imposição das condições econômicas e sociais do país (...) pode-se afirmar que são elas que tornaram possível a ordem legal e administrativa neste território imenso" (1975, 211-212), num arranjo no qual a Metrópole não opôs o seu poder ao dos senhores locais. A formação dessa tropa auxiliar revela que as condições da Colônia[52] impunham um compromisso entre a Coroa e os senhores rurais, que, à sua volta, formavam os centros do poder econômico e social do período, reunindo, além dos escravos negros e dos índios reduzidos, um grande número de agregados. "Dessa população dependente é que saía o grosso dos exércitos particulares que tornavam efetiva a autoridade do senhor e tão importante papel desempenharam nas lutas de famílias" (Leal, 1975, 213).

Essa situação só confirma a análise de Robert Kurz sobre a associação entre o Estado moderno e o sistema produtor de mercadorias, tendo no Absolutismo o seu exemplo mais remoto, do qual a América Portuguesa e suas ordenanças compõem um adendo: era preciso planejar a produção de mercadorias, com Estado e mercado se condicionando mutuamente (1992, 29; 39). Para a hinterlândia colonial, que produzia na maioria dos casos gêneros para o mercado interno, também se fazia necessário o controle territorial: são as formações regionais que conduzem à formação nacional, na qual prossegue a associação entre Estado moderno e capital, bem marcados nas alianças representadas pelo coronelismo, que não deve ser considerado uma forma política e econômica arcaica[53].

> A Guarda Nacional assume as tarefas de forçar as condições regionais no sentido de produzirem excedentes produtivos. A forma como isto é feito é o objeto de estudo da região. Não explorar estas formas de organização social levando em conta seu sentido de acumulação de capital implica em naturalizar este sentido. Esta naturalização autonomiza a região da totalidade capitalista permitindo compreendê-la como território, formado por relações sociais específicas à área (Toledo, 2008, 227).

[52] Ou seja, grande extensão territorial, com áreas interiores ainda carentes da presença efetiva da Coroa e que precisavam ser dominadas para que houvesse contingente desapropriado de terras a ser impelido à produção de riquezas.

[53] O coronelismo se apresenta como uma forma moderna de controle regional da produção de riqueza abstrata. Por mais que esse fenômeno ocorra ainda no processo nacional de transição do trabalho escravo para o assalariado, não pode ser considerado como uma relação pré-capitalista.

É interessante notar que antes da boiada partir, o Major Saulo sempre se dirige aos seus subordinados da varanda da casa de fazenda. Estes, todos homens livres pobres[54], destituídos da propriedade privada da terra, vendem ao Major sua força de trabalho e acabam se tornando dependentes do coronel, que, como ocorre muitas vezes, passa a ser visto como benfeitor ou mesmo encarna o dominante que amedronta seus empregados, conforme o vaqueiro Manico comenta com o patrão: "Só vejo que esse povo vaqueiro todo tem mais medo de um pito do senhor do que da chifrada de um garrote, comparando sem quebrar seu respeito, meu compadre seô Major" (2006c, 42).

Os homens livres pobres surgiram ainda na América Portuguesa como um contingente considerado inútil dentro do Sistema Colonial, haja vista a utilização do trabalho escravo para obtenção de mais-valia. Considerados "desclassificados" socialmente, os livres pobres compunham uma camada destituída de posses, impelida à aventura no sertão em busca de sobrevida, e chegariam ao Estado independente como contingente usado na transição do trabalho escravo para o assalariado, havendo como única saída a submissão aos grandes latifundiários e coronéis, vendendo sua força de trabalho[55]. Margarida Maria Moura (1988), em estudo sobre os sertanejos lavradores do norte de Minas na segunda metade do século XX afirma[56]:

> Estou sugerindo, portanto, que cessada a possibilidade de existir como "desclassificado do ouro", aos livres pobres abrem-se duas alternativas no meio rural: conformar-se à existência social na fazenda, formada ou em implementação, ou manter-se livre, o que pressupunha o afastamento social das áreas nas quais a fazenda tinha interesse em se estabelecer. Esta hipótese se apóia no fato de que, anteriormente à Lei de Terras de 1850, quem possuía *terra de sesmaria* ou *data* para mineração constituía-se em classe

[54] Tão pobres que um dos vaqueiros, Sebastião, aparece no início do conto com os pés descalços (2006c, 20). Ter sapatos naquele período indicava a qual camada social a pessoa pertencia.

[55] Sobre a origem e a mistura étnica destes homens livres pobres, Guimarães Rosa dá alguns detalhes por meio de alguns dos vaqueiros: Francolim, mulato; "Raymundão, o branco de cabelo negro: (...) Com Sinoca, das Taquaras, que já teve pai rico: (...) Daí Leofredo, magrelo, de cara bexiguenta, (...) Benevides, baiano importante, que tem os dentes limados em ponta, e é o único a usar roupa de couro de três peças, além do chapelão, que todos têm" (2006c, 16; 18).

[56] Havendo uma fonte externa de trabalho (o escravo), origina-se aqui a formação de homens livres e expropriados, que não foram integrados à produção mercantil. "Esta situação – a propriedade de grandes extensões ocupadas parcialmente pela agricultura mercantil realizada por escravos – possibilitou e consolidou a existência de homens destituídos da propriedade dos meios de produção, mas não de sua posse, e que não foram plenamente submetidos às pressões econômicas decorrentes dessa condição, dado que o peso da produção, significativa para o sistema como um todo, não recaiu sobre seus ombros. Assim, numa sociedade em que há concentração dos meios de produção, onde vagarosa, mas progressivamente, aumentam os mercados, paralelamente forma-se um conjunto de homens livres e expropriados que não conheceram os rigores do trabalho forçado e não se proletarizaram. Formou-se, antes, uma 'ralé' que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade. A agricultura mercantil baseada na escravidão simultaneamente abria espaço para sua existência e os deixava sem razão de ser" (Franco, 1997, 14).

> dominante territorial, excluindo as posses ou afastando seus habitantes para as grotas íngremes e veredas distantes. Depois de 1850, "os ocupantes de terras e os possuidores de títulos de sesmarias ficaram sujeitos à legitimação dos seus direitos, o que foi feito em 1854, através do que ficou conhecido como registro paroquial" (Moura, 1988, 17, grifos da autora).

Já que o conto, inspirado em uma história verdadeira, provavelmente se passa entre o fim do século XIX e o início do XX[57], coincide com o período em que se inicia o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Tal transição "é apresentada como autonomização do trabalho da propriedade do capital e, sendo assim, trata-se de um processo que depende da formação da família regional" (Toledo, 2008, 24)[58]. No diálogo seguinte, o vaqueiro Raymundão conta ao Major Saulo como começou a trabalhar como vaqueiro. É interessante notar que a profissão passa de pai para filho e é estimulada pelo progenitor.

> – (...) Meu pai, que era vaqueiro mestre, achou que era o dia de experimentar minha força... Dei certo, na regra, graças a Deus...
> – Você pensou alguma coisa na hora, Raymundão? Que foi que você sentiu?
> – Só, na horinha em que o bicho partiu em mim, eu achei que ele era grande demais, e pensei que, de em-antes, eu nunca tinha visto um boi grande assim, no meio dos outros... Mas isso foi assim num átimo, porque depois as mãos e o corpo da gente mexem por si, e eu acho que até a vara se governa... Quando dei fé, a festa tinha acabado, e meu pai estava me dando um cigarro, que ele mesmo tinha enrolado para mim, o primeiro que eu pitei na vista dele... E foi falando: – "Meu filho, tu nasceu para vaqueiro, agora eu sei"... (2006c, 46-47).

Apesar do conto não relatar situações explícitas de violência – algo que será melhor visto e analisado em "A hora e vez de Augusto Matraga" –, sabe-se que ela é um meio para se fazer com que a população livre pobre produza riqueza, a qual só se reproduz por meio da instituição familiar. Concordando com Carlos Toledo (2008, 192), para quem a família é uma instituição historicamente determinada, é ela que revela a função estrutural da classe trabalhadora, e a reprodução da família foi crucial para resolver o problema da força de trabalho regional, que se apresenta como uma particularidade diante da homogeneização do sistema capitalista brasileiro,

---

[57] Período deduzido a partir de carta do autor a João Condé, a qual revela os segredos de *Sagarana*. Sobre "O burrinho pedrês", ele escreve: "peça não-profana, mas sugerida por um acontecimento real, passado em minha terra, há muitos anos: o afogamento de um grupo de vaqueiros, num córrego cheio" (2006, 394). Como o escritor nasceu em 1908, estima-se que o fato se deu nesse recorte temporal.

[58] Embora tenha aparecido apenas uma vez em todo o conto, não se poderia deixar de mencionar o papel da mulher no enredo. Nele, está Maria Camélia, preta que trabalha na cozinha da casa de fazenda, "onde arranchavam ou labutavam três meninas, quatro moças e duas velhas" (2006c, 17). De acordo com o estudo de Margarida Maria Moura sobre o sertão mineiro, toda a família de agregados da fazenda trabalha para o latifundiário, cabendo às mulheres o serviço dentro da casa do patrão.

dado que ainda naquele momento as relações de trabalho não se autonomizaram na forma salarial.

Caracterizado como um dos primeiros tipos de emprego a soldo desde o período colonial, inicialmente os vaqueiros recebiam como pagamento pelo trabalho uma cabeça de gado, que colocavam para pastar em um pedaço de terra do patrão ou mesmo em um pedaço próximo do seu próprio roçado. Conforme a modernização valoriza mais e mais as terras sertanejas, nem mesmo o acesso ao pasto o vaqueiro adquire, pois toda a terra disponível deve se tornar, aos olhos do latifundiário, funcional à pura geração de riqueza. Assim, o vaqueiro e sua família são, aos poucos, expulsos das dependências da fazenda. Sem contar que, com a introdução da pecuária semi-intensiva, o vaqueiro passou a receber o pagamento em moeda, o que só o empobreceu ainda mais (Soares, 1968, 53; Ribeiro, 1995, 346).

O que se nota é uma crescente dependência do vaqueiro ao coronel latifundiário e seu patrão. Mesmo nas relações de compadrio, o grande proprietário não abre mão de levar vantagens, conforme o diálogo entre o Major Saulo e Raymundão sobre o outro vaqueiro, Silvino, que desiludido por ter perdido a noiva, decidiu vender o gado que tinha para voltar à terra natal. Raymundão dá a notícia:

> – Também já sossegou, seô Major. A ver, porque ele contou que está pensando em voltar para o Curimataí, terra dele, e se casar também, com outra noiva que tem lá... Ainda ontem, ele vendeu as quatro vacas que tinha...
> – Vendeu? Agora que sobrou campo do melhor, e que sei que uma estava para dar cria?
> – Essa foi a quatrocentos... As outras, a trezentos e cinqüenta e trezentos...
> – Do de baixo! Por esse preço, a obrigação dele era de vender para mim, que dou pasto de graça, e só cobro à meia quando passam de doze cabeças... Mesmo que ele levasse aquele gadinho para a terra dele, fazia outro negócio...
> – Avoamento, seô Major, sem ser por mal. Ele tinha pressa, decerto, e se acanhou de falar com o senhor a respeito.
> – Deve de ter sido isso, Raymundão. Mas, mal-feito é mal feito!... (2006c, 48).

A tensão que atravessa todo o conto reside nesse conflito: Badú, vaqueiro recém-chegado à fazenda da Tampa, roubou a noiva de Silvino, que agora quer vingança. Francolim, vaqueiro "secretário" do Major Saulo, é quem acaba o tempo todo levando ao patrão as notícias do desentendimento entre ambos e pede sempre para que ele medie o conflito[59]. Inconscientemente, a importância da reprodução da instituição família se coloca: a sua própria formação também é,

[59] Situação comum: assim como o coronel comumente é visto como benfeitor, no coronelismo, aquele que ordena a localidade acaba se tornando o mediador das relações conflituosas entre seus subordinados.

para o homem livre pobre, questão de honra, uma vez que o próprio sistema capitalista tratou de naturalizar uma instituição historicamente formada. De acordo com o "código do sertão" de Maria Sylvia de Carvalho Franco[60], o povoamento de pequenos grupos pelo vasto interior, destituídos de qualquer possibilidade de êxito econômico, define um modo de vida seminômade e instável, sem o desejo de fixação: "a mobilidade lhes aparece como o único recurso contra condições adversas de existência: problemas com patrão, salário baixo, trabalho insalubre, desavenças, desgostos resolvem-se ainda hoje com transferência de domicílio" (1997, 31-32), e é a saída de Silvino para tal impasse, mas antes desejoso de acertar as contas com o companheiro, para sentir a sua honra justiçada.

Conforme os vaqueiros se aproximam do arraial onde o gado deve ser despachado, nota-se uma paisagem típica do sertão mineiro, na qual o trem de ferro seria o grande objeto moderno que levaria a mercadoria do sertão para alhures. São nesses arraiais que os coronéis vivem, mantêm suas famílias e se fazem representar socialmente, de acordo com a patente adquirida. Ao entregarem toda a mercadoria, o Major Saulo decide não voltar junto dos empregados para a fazenda da Tampa e fica no arraial, descrito assim:

> Já se avista, lá muito embaixo, o arraial: a igrejinha, boneca branca, no tope do outeiro; as casas, da Rua-de-Baixo e da Rua-de-Cima; e a estação, com os trens parados, no meio da fumaça das locomotivas.
> (...)
> Passam a ponte do ribeirão. Agora, um subúrbio do arraial, com as cafuas mais pobres. Lavadeiras, espaventadas, de trouxas nas cabeças, como lava-pés agredidas em seu formigueiro, fugindo com as ninfas e ovos brancos (53-54).

Aos vaqueiros, que retornam do penoso trabalho, não há em nenhum momento o mínimo de noção ou átimo de consciência de sua condição de total exploração[61]. O que conversam entre si são experiências advindas da lida nos pastos e caminhos, as quais o tempo todo colocam em xeque suas capacidades de dominar os ímpetos da mercadoria bovina, resultando, como em um caso narrado – o do Vadico, nas páginas 49 e 50 –, na morte ou, como em outros momentos do

[60] Termo criado pela autora (1997), trabalhado especialmente no segundo capítulo de seu livro. Ele serve para caracterizar as relações sociais entre os homens livres pobres, em que se misturam laços de solidariedade e momentos de violência.

[61] "A forma de consciência presa à forma do valor constitui as duas coisas simultaneamente: objeto ou existência objetivada anterior a toda reflexão; um ser que já se encontra cegamente numa forma determinada e que, enquanto tal, não é refletivo, nem sequer percebido como um ser distinto – e, por outro lado, é um portador consciente de ações no interior dessa mesma forma e que se vê obrigado a executar suas 'leis'." KURZ, 2010, 91-92.

texto, na vitória do desafio que a mercadoria lhes coloca: a capacidade de encantar o gado, amansá-lo, deixar a boiada unida, e por aí em diante.

Apesar de a pesquisa apontar *Sagarana*, o primeiro livro de Rosa, como aquele que revela melhor as formas tradicionais de domínio dos Gerais, este conto já mostra a modernização no sertão mineiro: um território da mercadoria, que configura uma região moderna, especializada na produção de gêneros para o mercado interno, com *aparente* isolamento do mundo. Nele transparece o desgaste de trabalhadores que vendem seu tempo de vida que, não se percebendo presos num sistema produtor de riqueza abstrata, são inconscientemente impelidos a um trabalho sofrido, mas que, por sua total provisoriedade e pobreza, demonstram solidariedade e tensão uns com os outros. No burrinho, mais um objeto de posse pouco apreciado – pois, por ser velho, já seria "obsoleto" para as demandas da fazenda de gado –, destaca-se o manso olhar observador sobre o que o rodeia, num pensamento assustador e racionalmente humano de conformidade com o descarte de tudo que já não serve mais para a geração de riqueza no mundo moderno.

3.2.2. "A hora e vez de Augusto Matraga"

O conto "A hora e vez de Augusto Matraga" encerra o livro *Sagarana* e foi considerado por Rosa aquele que representaria o seu estilo de contar histórias a partir de tudo o que escreveria adiante[62].

O enredo apresenta a personagem principal Nhô Augusto, filho do falecido coronel Afonsão Estêves. Nhô Augusto é um homem autoritário, que abusa do poder que o *status* de coronel lhe confere nas cercanias – nos arraiais das Pindaíbas, Saco-da-Embira e Virgem Nossa Senhora das Dores do Córrego do Murici. Como muitos valentes donos de posses, anda acompanhado de um recadeiro e capangas, característica que lhe confere mais poder, a ponto de procurar desfeitas e brigas por onde passa, como no episódio do leilão, em que arremata uma prostituta na frente de todos, só para mostrar poder e humilhar um capiau apaixonado por ela.

[62] "História mais séria, de certo modo síntese e chave de todas as outras, não falarei sobre o seu conteúdo. Quanto à forma, representa para mim vitória íntima, pois, desde o começo do livro, o seu estilo era o que eu procurava descobrir." Carta de Guimarães Rosa a João Condé, revelando os segredos de *Sagarana*, transcrita do livro *Relembramentos: João Guimarães Rosa, meu pai*, de Vilma Guimarães Rosa, para *Sagarana*, 2006c, 395.

A personagem principal, assim como muitos coronéis de pequenas cidades sertanejas, possui inimigos de longa data: neste caso, o inimigo é o Major Consilva, rival ainda de seu pai. Estando à beira da falência – seus desmandos e extravagâncias o conduziram ao fracasso nos negócios e à perda das fazendas –, Nhô Esteves perde a família – com a qual nunca se importou –, vê seus jagunços se debandarem para o lado de seu inimigo e, a mando do rival, é espancado até quase a morte.

Jogado num barranco e dado pelos capangas como morto, Nhô Augusto é socorrido por um velho casal de pretos pobres, que cuidam dele por muito tempo. Sofrendo pelos graves ferimentos e arrependido pelo comportamento que sempre teve, a personagem, escondida de tudo, persegue a ideia de ir para o céu, buscando maneiras de se redimir de suas covardias para conseguir o que quer. Passa então a trabalhar muito, procurando os serviços mais pesados, a rezar o tempo todo, a assistir pobres doentes e a suportar com determinação e sem esforço algum todas as tentações que lhe aparecem.

Um dia, o bando de jagunços comandado pelo famigerado Seu Joãozinho Bem-Bem, que estava vingando um coronel e se desviando da maleita e das tropas de soldados de Diamantina, passa pelo povoado do Tombador, onde Nhô Augusto estava morando com os pretos. De prontidão, este lhe oferece abrigo, e acaba caindo nas graças do chefe do bando, que percebe que, por trás daquela carapaça de capiau, havia um valente. Nhô Augusto é convidado por Seu Joãozinho Bem-Bem a partir com o bando para "fazer uso" de sua valentia, mas resiste à tentação.

Passado um tempo e convicto de que deveria seguir sozinho o seu destino de encontro ao céu, Nhô Augusto monta num jumento e parte sem direção, sertão adentro, observando – como se descobrisse – as belezas das paisagens sertanejas e os tipos sociais variados com quem esbarra. Curiosamente, vai parar no povoado do Rala-Coco, onde o bando de Seu Joãozinho Bem-Bem faz parada, já pronto para vingar a morte de um comparsa e de lá seguir para Pilão Arcado para prestar favores a fazendeiros políticos e em fuga das tropas da polícia. A vingança não cairia exatamente sobre quem matou o jovem jagunço, mas sobre toda a sua família. Nhô Augusto, presenciando tudo, pede ao chefe para que não faça tamanha covardia, mas Seu Joãozinho Bem-Bem, preocupado em manter sua fama de jagunço valente, desconsidera o pedido.

Crente de que aquela era a sua hora e a sua vez de se arrepender dos pecados e ir para o céu, Nhô Augusto desafia o chefe jagunço a matá-lo antes de partir para cima da família indefesa. Inicia-se, então, uma luta sangrenta, a ponto de restarem os dois homens, por morrer, no meio da rua. Nhô Augusto pede ao jagunço que se arrependa de seus pecados, e termina morrendo, com um sorriso nos lábios.

***

Sabe-se que o processo de independência do Brasil acabou por revelar um país territorialmente fragmentado, pois a divisão regional da produção de mercadorias, que vinha se configurando desde o período colonial, reforçava essa desagregação, bem como os interesses dos grupos dominantes regionais[63]. A criação da Guarda Nacional em 1831 pelo Império, aparece como uma tentativa de coesão territorial, sobretudo do interior, dados os levantes havidos no período regencial, os quais mostravam insatisfações regionais. O Estado moderno brasileiro teria que ser construído às pressas para que, organizado internamente, pudesse garantir seu lugar no sistema produtor de mercadorias no mundo.

> Durante quase um século, em cada um dos nossos municípios existia um regimento da Guarda Nacional. O posto de "coronel" era geralmente concedido ao chefe político da comuna. Ele e os outros oficiais, uma vez inteirados das respectivas nomeações, tratavam logo de obter as patentes, pagando-lhes os emolumentos e averbações, para que pudessem elas produzir os seus efeitos legais. Um destes era da mais alta importância, pois os oficiais da Guarda Nacional não podiam, quando presos e sujeitos a processo criminal, ou quando condenados, ser recolhidos aos cárceres comuns, ficando apenas sob custódia na chamada "sala livre" da cadeia pública da localidade a que pertenciam. Todo oficial possuía o uniforme com as insígnias do posto para que fora designado. Com esse traje militar, marchavam eles para as ações bélicas, assim também tomando parte nas solenidades religiosas e profanas da sua terra natal.

[63] Victor Nunes Leal comenta que em todo o período colonial as câmaras municipais sofriam com os desmandos dos grandes proprietários rurais, que representavam na Colônia a própria Coroa: "Entre as causas dessa usurpadora extensão de atribuições, que perdura pelo menos até meados do século XVII, ocupa lugar de relevo a insuficiência do aparelhamento administrativo no território extenso, inculto e quase despovoado, ou seja, a fraqueza do poder público. Em outras palavras, o fator básico dessa situação era o isolamento em que viviam os senhores rurais, livres, portanto, de um elemento efetivo de contraste de sua autoridade. Além disso, como constituíam a vanguarda da Coroa na ocupação da terra nova, (...) não era muito considerável a margem de conflito entre o poder privado da nobreza territorial e o poder público, encarnado no Rei e em seus agentes" (1975, 67-68). Com a descoberta de ouro, a Metrópole decidiu reforçar seu poder sobre as câmaras municipais. Para isso, prestigiou, melhor aparelhou seus agentes coloniais e chegou a nomear autoridades locais de investidura eletiva.

> Eram, de ordinário, os mais opulentos fazendeiros ou os comerciantes e industriais mais abastados, os que exerciam, em cada município, o comando-em-chefe da Guarda Nacional, ao mesmo tempo que a direção política, quase ditatorial, senão patriarcal, que lhes confiava o governo provincial. Tal estado de coisas passou da Monarquia para a República, até ser declarada extinta a criação de Feijó. Mas o sistema ficou arraigado de tal modo na mentalidade sertaneja, que até hoje recebem popularmente o tratamento de "coronéis" os que têm em mãos o bastão de comando da política edilícia ou os chefes de partidos de maior influência na comuna, isto é, os mandões dos corrilhos de campanário (...) (Leal, 1975, 21).

A Guarda Nacional consistia na concessão de títulos de patente militar a grandes proprietários de terra e homens importantes do interior do país, ficando na incumbência destes a manutenção da ordem na região em que exerceriam poder. Isso garantiria ao Império o controle da vastidão do território nacional por meio de alianças com as elites latifundiárias regionais – que não por acaso eram, em sua maioria, produtoras para o mercado externo –, enquanto os coronéis manipulariam as áreas sob sua influência de acordo com seus interesses particulares. Sendo o coronel a personificação tanto da propriedade da terra quanto do capital comercial e do Estado na região, era preciso, para manter-se nessa posição, ter em mãos o poder da violência. Esse poder, de acordo com Carlos Toledo (2008, 219), não pode ser compreendido sem que se leve em conta as relações com o poder territorial estadual – ou provincial, no caso do Império. Complementando com a afirmação presente no estudo de Alysson de Jesus sobre o sertão do norte de Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX, "*A violência é uma espécie de subproduto do processo político* e, portanto, presente em variadas sociedades e contextos históricos distintos" (2007, 108-109; grifo meu), processo esse intimamente ligado ao econômico e não restrito ao sertão mineiro[64].

Com as regiões oriundas do período colonial, era preciso centralizar o poder político, sendo necessário trazer para o grupo de aliados do Estado os grandes latifundiários. A gênese do Estado moderno no Brasil passa pelo processo de centralização do poder político para que se ordene o território de acordo com o moderno sistema produtor de mercadorias. Para isso, era preciso autonomizar a violência – utilizada para forçar os sertanejos a produzirem riqueza – e a justiça – que esteve sempre a defender o poder dos coronéis, visto que eles personificavam o

[64] Atentando-se para a forma subjetiva escravizante dos indivíduos no moderno sistema produtor de mercadorias, "O 'eu' abstrato da modernidade cria a forma de violência das relações de valor e cisão historicamente extremas e totalitárias, nas quais o sofrimento e o abuso, ao se radicalizarem, atingem um grau insuportável" (Kurz, 2010, 90).

capital[65]. Apresenta-se uma composição que, na verdade, já é velha conhecida nos domínios europeus e que foi largamente aplicada na América Portuguesa, pois desde a acumulação primitiva (do qual se origina o nosso "sentido" da colonização), o Estado esteve presente como componente da acumulação de capital[66]. O absolutismo, depois, os regimes revolucionários e o bonapartismo só reforçaram a presença e o auxílio do Estado no moderno sistema produtor de mercadorias:

> A "homogeneidade" e "uniformidade" do corpo social, instaladas tanto pelo absolutismo quanto pela Revolução, nada mais é que a preparação desse corpo para o sistema produtor de mercadorias que estava por nascer (Kurz, 1992, 32-33).

O poder de violência dos coronéis incluía a formação de um grupo de capangas, que faziam a defesa pessoal daqueles e garantiam a manutenção da ordem[67]. A cena que abre o conto é um exemplo dessa situação: todos estão em um leilão de festa religiosa no arraial da Virgem Nossa Senhora das Dores do Córrego do Murici. No balcão do leiloeiro, muitos homens, e apenas duas "mulheres-à-toa", uma negra e uma outra que, magra demais, foi apelidada de Sariema; ambas muito disputadas[68]. Apareceu um capiauzinho apaixonado pela Sariema, e o povo, a fazer galhofa de tudo, leiloou a magrela. De repente, Nhô Augusto e seus capangas aparecem no leilão e ele arremata Sariema. O povo o aclama, num misto de êxito e medo. No momento dos dois partirem juntos, o capiau quer acompanhar, mas Nhô Augusto mete uma surra

---

[65] "Pode-se dizer que a objetividade da justiça é parte do processo de autonomização da violência em relação ao capital. O argumento geral propõe que a acumulação de capital regional é um momento do processo de formação do capital nacional. O processo de formação do capital nacional tem como pressuposto (...) a separação entre o capital e a violência". TOLEDO, 2008, 78.

[66] Sobre o caso brasileiro: "A autonomização da violência e seu monopólio pelo Estado nacional brasileiro passam por um processo de formação que tem como ponto de partida o Estado mercantilista. A passagem do Estado mercantilista ao Estado nacional, na medida em que busca livrar a justiça da subjetividade do *Rei*, faz dela um trabalho remunerado, para reforçar sua independência. Naturalmente, às personificações da justiça, cabe garantir a aplicação objetiva da lei" (Toledo, 2008, 78).

[67] "Homens ricos, ostentando vaidosamente os seus bens de fortuna, gastando os rendimentos em diversões lícitas e ilícitas, – foram tais 'coronéis' os que deram ensejo ao significado que tão elevado posto militar assumiu, designando demopsicologicamente 'o indivíduo que paga as despesas'. E, assim, penetrou o vocábulo 'coronelismo' na evolução político-social do nosso país, particularmente na atividade partidária dos municípios brasileiros." LEAL, 1975, 21.

[68] No estudo de Carlos Toledo, há uma passagem muito interessante sobre a prostituição no moderno sistema produtor de mercadorias, pois elas aparecem como autonomizadas em relação à família: "A situação de expropriação das filhas de pobres seria também uma forma de realimentar a oferta desta modalidade de trabalho. Vale dizer que a prostituição disseminada na colônia é a face feminina da proletarização. Isto não pode ser visto, de forma alguma, como *facilidade de costumes*, não para as mulheres expropriadas. A prostituição revela a forma específica da dominação da sociedade produtora de mercadorias. Aquela que permite ao consumidor da mercadoria ser indiferente a seu processo social de formação" (2008, 189, grifos do autor).

no rapaz e deixa seus capangas o espancarem; indo para o meio da multidão, ele é espancado pelo povo também. Após o casal andar junto pelas ruas onde ficavam os bordéis do arraial, Nhô Augusto humilha a Sariema e se desfaz dela, que abre a boca num choro doído.

Porém, sendo a riqueza algo também provisório, de acordo com a razão dela oriunda, o abuso de poder dos coronéis e os gastos excessivos com extravagâncias também levavam muitos deles à falência, o que culminava na perda do poder que antes exerciam. É o caso do personagem Nhô Augusto: após abusar do seu *status*, ganha muitos inimigos, perde a posse da terra, os capangas, a família e a patente, que vinha do pai. O enredo do conto trabalha a alegoria dessa decadência, que não é somente financeira: a personificação do poder em Nhô Augusto se esvanece com a perda das posses e da família.

A liderança municipal tem como característica os favores pessoais, marcados pelo paternalismo e pelo mandonismo, manifestados na perseguição aos adversários: "para os amigos pão, para os inimigos pau". Dessa maneira, as relações do coronel escolhido para chefe local com seus adversários raramente são cordiais, conforme se observa no trecho a seguir. Após a mulher de Nhô Augusto abandoná-lo para ir viver com sua filha junto de outro homem (seu Ovídio Moura), ele pede ao Quim Recadeiro (funcionário seu), que chame seus capangas para fazer vingança. Mas estes, por não receberem mais dinheiro do patrão, se debandam para o lado do Major Consilva:

> – ...Eu podia ter arresistido, mas era negócio de honra, com sangue só p'ra o dono, e pensei que o senhor podia não gostar...
> – Fez na regra, e feito! Chama os meus homens!
> Dali a pouco, porém, tornava o Quim, com nova desolação: os bate-paus não vinham... Não queriam ficar mais com Nhô Augusto... O Major Consilva tinha ajustado, um e mais um, os quatro, para seus capangas, pagando bem. Não vinham, mesmo. O mais merecido, o cabeça, até mandara dizer, faltando ao respeito: – Fala com Nhô Augusto que sol de cima é dinheiro! ...P'ra ele pagar o que está nos devendo... E é mandar por portador calado, que nós não podemos escutar prosa de outro, que seu Major disse que não quer.
> – Cachorrada!... Só de pique... Onde é que eles estão?
> – Indo de mudados, p'ra a chácara do Major...
> – Major de borra! Só de pique, porque era inimigo do meu pai!... Vou lá!
> – Mal em mim não veja, meu patrão Nhô Augusto, mas todos no lugar estão falando que o senhor não possui mais nada, que perdeu suas fazendas e riquezas, e que vai ficar pobre, no já-já... E estão conversando, o Major mais outros grandes, querendo pegar o senhor à traição. Estão espalhando... – o senhor dê o perdão p'ra minha boca que eu só falo o que é perciso – estão dizendo que o senhor nunca respeitou filha dos outros nem mulher casada, e mais que é que nem cobra má, que quem vê tem de matar por obrigação... Estou lhe contando p'ra modo de o senhor não querer facilitar. Carece de achar outros companheiros bons, p'ra o senhor não ir sozinho... Eu, não, porque sou medroso. Eu cá pouco presto... Mas, se o senhor mandar, também vou junto.

> Mas Nhô Augusto se mordia, já no meio da sua missa, vermelho e feroz, montou e galopou, teso para trás, rei na sela, enquanto o Quim Recadeiro ia lá dentro, caçar um gole d'água para beber. Assim. (2006c, 349-350).

É interessante notar a fala de um dos capangas: "– Fala com Nhô Augusto que sol de cima é dinheiro!...". Ou seja: o capanga ou jagunço é homem livre pobre que, ao exercer a violência em nome de um coronel, recebe salário por isso e tem em mente que cumpre ordens de alguém que está no domínio da situação.

A próxima passagem, referente à estada do bando de jagunços de seu Joãozinho Bem-Bem, quando Nhô Augusto já não é mais o "nhô" valentão e poderoso das redondezas, também mostra, por meio da observação da personagem principal, a provisoriedade desses homens:

> Nhô Augusto não tirou os olhos, até que desaparecessem. E depois se esparramou em si, pensando forte. Aqueles, sim, que estavam no bom, porque não tinham de pensar em coisa nenhuma de salvação de alma, e podiam andar no mundo, de cabeça em-pé... (2006c, 373).

Os jagunços, organizados em bando que palmilha o sertão realizando favores de violência aos coronéis fazendeiros, são uma boa manifestação dos vadios discutidos por Laura de Mello e Souza (1990): homens livres pobres, de origem diversa[69], destituídos de posse e iludidos pela ideia de liberdade, que tanto encanta o personagem: não precisam trabalhar, nem temer a perda do reino dos céus. Na verdade, são a expressão dos homens que, expropriados de tudo, são obrigados à mobilidade, em busca de uma aventura que não passa de busca pela sobrevivência[70]. Daí procurarem, conforme a fala anterior de um dos ex-capangas de Nhô Augusto, o dinheiro

---

[69] Conforme seu Joãozinho Bem-Bem conta a Nhô Augusto sobre alguns de seus jagunços:

"– Povo sarado e escovado... Mas eles todos me dão trabalho... Este aqui é baiano, fala mestre... Cabeça-chata é outro, porque eles avançam antes da hora... Não é gente fácil... Nem goiano, porque não é andejo... E nem mineiro, porque eles andam sempre com a raiva fora-de-hora, e não gostam de parar mais, quando começam a brigar... Mas, pessoal igual ao meu, não tem!

– E o senhor também não é mineiro, seu Joãozinho Bem-Bem?

– Isso sim, que sou... Sou da beira do rio... Sei lá de onde é que eu sou?!..." (2006c, 369-370).

[70] Embora considere jagunço e cangaceiro a mesma coisa, Darcy Ribeiro explica que esse tipo social é fruto das relações em que está imerso: "É de assinalar que o cangaço surgiu, no enquadramento social do sertão, fruto do próprio sistema senhorial do latifúndio pastoril, que incentivava o banditismo, pelo aliciamento de jagunços pelos coronéis como seus capangas (guardas de corpo) e, também, como seus vingadores. Frequentemente, os fazendeiros aliciavam grandes bandos, concentrando-os nas fazendas, quando duas parentelas de coronéis se afrontavam nas frequentes disputas de terra. Esses capangas, estimados pela lealdade que desenvolviam para com seus amos, pela coragem pessoal e até pela ferocidade que os tornava capazes de executar qualquer mandado, destacavam-se da massa sertaneja, recebendo um tratamento privilegiado de seus senhores. Acresce que cada bando de cangaceiros tinha seus coronéis coiteiros, que os escondiam e protegiam em suas terras, em troca da segurança contra o próprio bando, mas também para servirem-se deles contra inimigos. Nessas condições, são condicionamentos sociais do próprio sistema que alentaram e incentivaram a violência cangaceira" (1995, 356).

pelo serviço de coerção à ordem e à acumulação de riqueza do coronel pela violência[71]. São moradores de favor dentro do grande latifúndio, estando distantes "física e socialmente do trabalho e convivência na fazenda, escondidos numa grota ou vereda, interagindo com o proprietário em conjunturas sociais específicas". Como a morada de favor expressa ideia de dívida contraída – que é típica na linguagem patronal –, os jagunços têm em mente o compromisso de fidelidade àqueles que lhes concedem morada (Moura, 1988, 111-112), sendo o favor mais comum a execução da violência.

A fama de violência dos jagunços percorria todos os cantos do sertão. Afamados por executarem com requintes de crueldade os serviços de vingança entre coronéis ou mesmo ao impelir os capiaus pobres a obedecerem às regras para manter a ordem e a produzirem riqueza por meio de trabalho para o dono das terras, imprimiam medo por onde andavam. A chegada do bando de seu Joãozinho Bem-Bem ao arraial do Tombador deixou sua rala população desorientada:

> E, pois, foi aí por aí, dias depois, que aconteceu uma coisa até então jamais vista, e té hoje mui lembrada pelo povinho do Tombador.
> Vindos do norte, da fronteira velha-de-guerra, bem montados, bem enroupados, bem apessoados, chegaram uns oito homens, que de longe se via que eram valentões: primeiro surgiu um, dianteiro, escoteiro, que percorreu, de ponta a ponta, o povoado, pedindo água à porta de uma casa, pedindo pousada em outra, espiando muito para tudo e fazendo pergunta e pergunta; depois, então, apareceram os outros, equipados com um despropósito de armas – carabinas, novinhas quase; garruchas, de um e de dois canos; revólveres de boas marcas; facas, punhais, quicés de cabos esculpidos; porretes e facões, – e transportando um excesso de breves nos pescoços.
> O bando desfilou em formação espaçada, o chefe no meio. E o chefe – o mais forte e o mais alto de todos, com um lenço azul enrolado no chapéu de couro, com dentes brancos limados em acume, de olhar dominador e tosse rosnada, mas sorriso bonito e mansinho de moça – era o homem mais afamado dos dois sertões do rio: célebre do Jequitinhonha à Serra das Araras, da beira do Jequitaí à barra do Verde Grande, do Rio Gavião até nos Montes Claros, de Carinhanha até Paracatu; maior do que Antônio Dó ou Indalécio; o arranca-toco, o treme-terra, o come-brasa, o pega-à-unha, o fecha-treta, o tira-prosa, o parte-ferro, o rompe-racha, o rompe-e-arrasa: Seu Joãozinho Bem-Bem.
> O povo não se mexia, apavorado, com medo de fechar as portas, com medo de ficar na rua, com medo de falar e de ficar calado, com medo de existir (2006c, 366).

[71] Para José Miguel Wisnik, o jagunço é um "pau mandado" de uma rede de *recados* do sertão – ele tem que *dar conta do recado* do qual foi incumbido. E sobre o jagunço em *Sagarana*, complementa: "No plano mais miúdo da mimese social, *Sagarana* é atravessado de ponta a ponta por uma profusão de recados, dos quais a vida sertaneja depende a cada passo" (2002, 190; grifos do autor).

Nos dois encontros de seu Joãozinho Bem-Bem com Nhô Augusto, aquele comenta que está a caminho de fazendas de amigos, para executar favores, enquanto foge de tropas de soldados ou de policiais:

> Então seu Joãozinho Bem-Bem contou a Nhô Augusto: estava de passagem, com uma pequena parte do seu bando, para o sul, para o arraial das Taquaras, na nascença do Manduri, a chamado de seu amigo Nicolau Cardoso, atacado por um mandão fazendeiro, de injustiça.
> (...)
> – A gente não ia passar, porque eu nem sabia que aqui tinha este comercinho... Nosso caminho era outro. Mas de uma banda do rio tinha a maleita, e da outra está reinando bexiga da brava... E falaram também numa soldadesca, que vem lá da Diamantina... Por isso a gente deu tanta volta (2006c, 368-369).
> – É isso, mano velho... Livrei meu compadre Nicolau Cardoso, bom homem... E agora vou ajuntar o resto do meu pessoal, porque tive recado de que a política se apostemou, do lado de lá das divisas, e estou indo de rota batida para o Pilão Arcado, que o meu amigo Franquilim de Albuquerque é capaz de precisar de mim... (2006c, 381).

Pode-se notar a importância do serviço do jagunço para acudir os coronéis amigos nas situações difíceis. Atentando para o detalhe da fuga do bando da tropa dos soldados de Diamantina, pode-se compreender melhor que as relações hostis entre coronéis revelam, de ambos os lados, o mesmo objetivo: servir ao governo federal. Aos coronéis aliados do governo, as tropas de soldados ficam à disposição para combater "sebaças" e atos violentos dos adversários e de seus jagunços; aos coronéis que ainda não galgaram esse posto, restam as tocaias e a intervenção violenta nos domínios do rival para adquirir poder, desordenar seu raio de influência e tomar seu lugar – ações praticadas por jagunços que, em ambos os lados, estão presentes. Talvez por isso Major Consilva, com a ajuda dos seus capangas e dos homens que antes serviam a Nhô Augusto, tenha tomado a fazenda onde morava, arrematado outras duas fazendas dele, galgado o posto de coronel do arraial do Murici, que podia ter sido do coronel Afonsão Esteves e do filho, e, ainda, matado Quim Recadeiro.

Quando a política está no centro das disputas, como ocorre no excerto final do conto, os jagunços se colocam à disposição para garantir a "ordem" local, que, por sua vez, é decisiva para a política regional e federal. Como a base da política dos governadores está no seu domínio sobre o voto, torna-se então compreensível a razão do poder centralizado se compor com os representantes provinciais ou estaduais, que, por sua vez, se alinhavam com os chefes locais. Isso porque, abolida a escravidão e incorporados os trabalhadores rurais ao corpo de eleitores, aumentava a importância eleitoral dos donos das terras que, controlando as urnas, garantiam seus

interesses por meio de fraudes, violências, dádivas e favores. Deve-se ter em conta que os interesses políticos estão intimamente ligados à manutenção da regionalização econômica, e é por isso que no processo de modernização, à medida que se autonomizam as esferas do poder político, as práticas de seus momentos de reprodução são personificadas: não só coronéis, mas governadores e presidentes da federação são apresentados socialmente como sujeitos do processo (Toledo, 2008, 227).

Mas o exercício da violência não se restringe às confabulações puramente políticas. É no dia a dia no sertão que ele é notado, na coerção da população pobre para que esta trabalhe e produza riqueza para os donos da terra. A própria ideia ontológica de trabalho como algo que edifica e dignifica as pessoas, ligada ao ganho do reino dos céus, está implicitamente presente entre os sertanejos e faz parte de tal coerção. Enquanto detinha o *status* de "nhô" e era filho de coronel abastado, Nhô Augusto jamais trabalhara. Após perder tudo, ser espancado até a morte pelos capangas do Major Consilva (que dava as ordens da varanda da casa-grande), ser marcado com ferro e fogo – um sinal que serve para marcar a mercadoria daquela região, o gado, o que lhe confere o estatuto explícito de mero objeto e o faz perder, naquele instante, a condição de sujeito[72] –, ser resgatado e tratado por um casal de negros e ter tempo de pensar no seu passado, a penitência religiosa que o padre lhe dá para que vá para o céu, "nem que seja a porrete", é o trabalho pesado e excessivo:

> – Você nunca trabalhou, não é? Pois, agora, por diante, cada dia de Deus você deve trabalhar por três, e ajudar os outros, sempre que puder.
> (...)
> – Reze e trabalhe, fazendo de conta que esta vida é um dia de capina com sol quente, que às vezes custa muito a passar, mas sempre passa. E você ainda pode ter muito pedaço bom de alegria... Cada um tem a sua hora e a sua vez: você há de ter a sua (2006c, 357).

[72] Sobre este conto, mais especificamente esta passagem, o estudo de Walnice Galvão (1978), intitulado "Matraga: sua marca", especula sobre os possíveis significados do símbolo do gado, com o qual Nhô Augusto foi marcado. A autora comenta que, sendo ele um triângulo dentro de um círculo, a primeira figura pode aludir à trindade cristã, enquanto dentro de um círculo que é a figuração da totalidade. Apesar de a análise de Galvão ser bastante interessante, a sua preocupação com o misticismo que envolve o texto e com os símbolos alquímicos e cristãos não se enquadram aos interesses desta pesquisa. O que se pode afirmar sobre esta passagem do conto, mais para tentar um diálogo com o estudo da autora, é que se a marca a ferro é usada para o gado e seu símbolo pode conter algum traço religioso, ele poderia representar o fetiche sagrado da mercadoria e a totalidade do capitalismo sobre os homens. Ao marcarem dolorosamente Nhô Augusto com ferro, a passagem pode representar também a transformação dos homens em objetos de sofrimento.

Assim, nota-se que há, enraizada na sociedade da qual a sertaneja faz parte, uma ontologia equivocada do trabalho, "que não foi compreendido como elemento e parte integrante do sistema fetichista da mercadoria, mas sim de forma quase bíblica (isto é, protestante), como essência eterna da humanidade que foi violentamente modificada pelos sujeitos 'exploradores', os capitalistas" (Kurz, 1992, 45), sendo que essa essência, ainda presente nos homens, os salvaria de seus variados pecados.

É interessante notar que o pagamento pelos pecados leva Nhô Augusto a se embrenhar pelo sertão mineiro, trabalhando muito, refletindo, fazendo todo tipo de caridade e conhecendo, pela primeira vez na vida, o sofrimento do sertanejo pobre[73]. A dimensão religiosa que o conto muitas vezes apresenta – quando Nhô Augusto decide sair sertão afora montado num jumento, animal bíblico – guarda estreita ligação com a interpretação de Jacques Le Goff, para quem o sertão seria visto na Idade Média, com base no Antigo Testamento, como espaço de certo isolamento e provação. Mas, como o sertão é o espaço das ambiguidades, também será colocado no mesmo conto em sua dimensão de solidariedade: é o casal miserável de pretos velhos, que mora isolado de tudo, que vai acudir Nhô Augusto da beira da morte, procurar conforto espiritual e acompanhá-lo em parte de sua sina rumo ao céu.

O casal de pretos velhos que acolhe Nhô Augusto na beira da morte, tem seu peso no enredo. Supondo que a trama se passa no início do século XX, é bem possível que estes personagens possam simbolizar negros recém-libertos pelo processo de abolição dos escravos. Se o processo de ocupação do sertão mineiro – que remonta ao fim do século XVII – envolveu, entre os bandeirantes de São Paulo, Pernambuco e Bahia, índios acuados, mineiros cansados de

[73] Apesar de o próprio narrador atentar ser desnecessário ter dó de Nhô Augusto, pois suas penitências eram feitas sem esforço nenhum (2006c, 360). Cabe também discutir sobre a possível interpretação de que Nhô Augusto, ao trabalhar muito e poupar os pretos do serviço, alegorize uma estranha inversão de papéis históricos da formação do Brasil. Está propenso ao engano aquele que crê de fato em tal inversão de papéis, bem como na bondade do protagonista, conforme o próprio narrador advertiu: seu trabalho de sol a sol visa apenas a um interesse individual, o céu, sem qualquer pensamento que vá de encontro ao bem coletivo e impessoal. Assim, crê-se que a ideia de "homem cordial" se aplique bem ao personagem, pois "A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar 'boas maneiras', civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante (...) Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir na aparência (...). Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intatas sua sensibilidade e suas emoções. Por meio de semelhante padronização das formas exteriores da cordialidade, que não precisam ser legítimas para se manifestarem, revela-se um decisivo triunfo do espírito sobre a vida. Armado dessa máscara, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social. E, efetivamente, a polidez implica uma presença contínua e soberana do indivíduo". HOLANDA, 1995, 146-147.

peregrinações frustradas, também negros fugidos, e, após a abolição, negros que buscavam se instalar em áreas distantes das grandes propriedades, torna-se compreensível a localização da morada do casal: na boca do brejo, já na borda da propriedade privada do Major Consilva, sendo o casebre "um cofo de barro seco, sob um tufo de capim podre, mal erguido e mal avistado, no meio das árvores, como um ninho de maranhões" (2006c, 354). E ao ajudarem um homem que lhes é desconhecido, Rosa só reforça a concomitância da violência e dos laços de solidariedade num sertão onde Bem e Mal se misturam, reconstituindo complexas relações sociais nessa particularidade.

Na fuga da ira do Major Consilva, o sertão se apresenta aos pretos e a Nhô Augusto como um território ocupado já em tempos remotos, com personagens típicos dos Gerais e expressão da organização regional, tanto das grandes fazendas (produtivas ou não) quanto da gente pobre, que depende totalmente dos recursos que o cerrado oferece,

> Foram norte afora, (...) E deixavam de lado moendas e fazendas, e as estradas com cancelas, e roçarias e sítios de monjolos, e os currais do Fonseca, e a pedra quadrada dos irmãos Trancoso; e mesmo as grandes casas velhas, sem gente mais morando, vazias como os seus currais. (...)
> E assim se deu que, lá no povoado do Tombador, – onde, às vezes, pouco às vezes e somente quando transviados da boa rota, passavam uns bruaqueiros tangendo tropa, ou uns baianos corajosos migrando rumo sul (...) (2006c, 359).
> Viajou nas paragens dos mangabeiros, que lhe davam dormida nas malocas, de tecto e paredes de palmas de buriti. Retornou à beira do rio, onde os barranqueiros lhe davam comida, de pirão com pimenta e peixe. Depois, seguiu (2006c, 379).

ora como território de ocupação rala e dispersa – jamais vazio! –, sobretudo na andança solitária de Nhô Augusto pelos Gerais, rumo ao destino final, onde encontrará aglomerado de gente, testemunhas de sua redenção:

> parou, para espiar um buraco de tatu, escavado no barranco; para descascar um ananás selvagem, de ouro mouro, com cheiro de presépio; para tirar mel da caixa comprida da abelha borá; para rezar perto de um pau-d'arco florido e de um solene pau-d'óleo, que ambos conservavam, muito de-fresco, os sinais da mão de Deus (2006c, 378).
> Uma tarde, cruzou, em pleno chapadão, com um bode amarelo e preto, preso por uma corda e puxando, na ponta da corda, um cego, esguio e meio maluco. Parou, e o cego foi declamando lenta e mole melopéia: (...)
> – Eh, zoeira! 'Tou também!... – aplaudiu Nhô Augusto.
> Já o cego estendia a mão, com a sacola: (...)
> – Tem algum de-comer, aí, irmão? Dinheiro quero menos, que por aqui por estes trechos a gente custa muito a encontrar qualquer povoado, e até as cafuas mesmo são vasqueiras... (2006c, 379).

> – "Qualquer paixão me adiverte..." Oh coisa boa a gente andar solto, sem obrigação nenhuma e bem com Deus!... (...)
> Mas, somadas as léguas e deduzidos os desvios, vinham eles sempre para o sul, na direção das maitacas viajoras. Agora, amiudava-se o aparecimento de pessoas – mais ranchos, mais casas, povoados, fazendas; depois, arraiais, brotando do chão. E então, de repente, estiveram a muito pouca distância do arraial do Murici (2006c, 380).

E, finalmente, após as andanças, Nhô Augusto chega ao arraial do Rala-Coco, onde se encontra mais uma vez com o bando de seu Joãozinho Bem-Bem, que dali partiria em socorro de amigo coronel, mas antes teria que se vingar da morte de um de seus camaradas jagunços, assassinado à tocaia.

Conforme o enredo, quem pagaria pela morte do jagunço Juruminho seria a família do assassino. Na cena, o pai da família, um senhor, aparece no meio da sala suplicando para que não matem nenhum de seus filhos, mas seu Joãozinho Bem-Bem, para manter a fama de valente e a honra do bando – por isso afirmando que cumpria com "a regra" –, nega todos os pedidos[74]. Nhô Augusto, que até então presenciara tudo calado, intercede pelo senhor, mas só cria o impasse para que seu Joãozinho Bem-Bem o enfrente antes de matar a família, após o velho chamar de Satanás o chefe do bando. Nesse momento, Nhô Augusto vê a oportunidade de agir como "enviado de Deus", resistindo à tentação de se juntar ao amigo e fazer justiça em nome de alguém que se apresenta naquele momento como mais fraco, o que lhe soa como ato de caridade mesclado, conforme Ana Paula Pacheco observa, "ao indisfarçável gozo do embate com um igual, que confere grandeza aos últimos instantes de Matraga" (2006, 102-104). No entanto, a ganância de conquistar o reino dos céus "nem que seja a porrete" esconde em Nhô Augusto a sua própria sujeição à ordem do mundo na qual o sofrimento pela labuta é a garantia de tal alcance, ao mesmo tempo em que matar um chefe jagunço que se apresenta como alguém que não trabalha nem sofre – pois nem se preocupa em ganhar o mesmo reino dos céus –, é atitude que dignifica o personagem e salva a ordem do mundo, tida como natural e inviolável[75].

Assim, o desfecho do conto deixa a sensação de que, tal como a realidade, a violência só é refreada com violência; a "pacificação" dos arraiais e de tantos povoados sertão afora só é

---

[74] "O jagunço põe em ação a regra da vingança, regra que vige numa guerra franca de inimizades figadais e alianças num mundo onde não vigora a lei. (...) Matar inclui, no mundo jagunço, a pertinência a uma zona de honorabilidade cujos protocolos e cerimônias a violência não desmente, mas defende." WISNIK, 2002, 182.

[75] No desfecho do conto, nota-se novamente a cordialidade do protagonista, que trava uma luta não em prol do socorro do velho, mas visando mais uma vez e por meio do desafio, provar a Deus que merece o reino do céu. Aí, a cordialidade "não abrange, por outro, apenas e obrigatoriamente, sentimentos positivos e de concórdia. A inimizade bem pode ser tão cordial como a amizade, nisto que uma e outra nascem do coração, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado" (Holanda, 1995, 204-205).

garantida após a derrama de sangue de jagunços que na verdade não agem por conta própria, mas de acordo com os interesses de donos de terras que, por sua vez, se tornam servos dos poderes da mercadoria, havendo a implícita personificação do dinheiro como sujeito que impele ao uso da violência para garantir o funcionamento do moderno sistema produtor de mercadorias[76]. Paira, nos dois contos analisados de *Sagarana*, uma atmosfera trágica na qual "respira-se um fundo de desânimo, talvez por ser a conclusão tão fatal, tão sem recurso" (Rónai, 2006c, 408-409), na qual a modernização leva a um caminho sem volta.

Rosa coloca o mistério como tema que permeia as ações e as reações, talvez buscando traços do sensível num mundo embrutecido pelas formas de fetiche. Enquanto os estudos interpretativos do Brasil contemporâneos ao autor se preocupavam mais com os terrenos da vida econômica, política e institucional do país, caberia aos romances ficcionais as preocupações tocantes à vida privada, temas cindidos na literatura do momento: em sua maioria, ela aparece engajada demais aos assuntos políticos ou completamente avessa ao tema, conforme se observa nas produções adeptas ao Regionalismo de 1930 e do romance espiritual, como já foi discutido. Rosa, "sem descurar dos nossos costumes privados, os da vida familiar e amorosa, próprios do romance, procurou integrar a eles também os de vida pública" (Roncari, 2004, 20), dando à sua obra a dimensão de uma alegoria do país, muito mais semelhante ao real do que se pode supor, apesar de o real não ser de primeira importância – de acordo com o que o próprio autor explica a Edoardo Bizzarri:

> (...) os meus livros, em essência, são 'anti-intelectuais' – defendem o altíssimo primado da intuição, da revelação, da inspiração sobre o bruxolear presunçoso da inteligência reflexiva, da razão, a megera cartesiana. (...) Por isto mesmo, como apreço de essência e acentuação, assim gostaria de considerá-los: a) cenário e realidade sertaneja: 1 ponto; b) enredo: 2 pontos"; c) poesia: 3 pontos; d) valor metafísico-religioso: 4 pontos. Naturalmente, isto é subjetivo, traduz só a apreciação do autor, e do que o autor gostaria, hoje, que o livro fosse. Mas, em arte, não vale a intenção (Rosa, 2003, 90-91).

Tanto "O burrinho pedrês" quanto "A hora e vez de Augusto Matraga", assim como muitos outros contos presentes em *Sagarana*, permitem a aventura nesse tipo de análise do sertão, do Brasil e do mundo. Fica aqui, portanto, mais uma possível interpretação da "geografia poética" de Rosa.

[76] Daí a indagação de que, num mundo moderno onde tudo é feito em função do dinheiro, será que já houve alguma vez os "atores hegemônicos", ou seja, aqueles sujeitos livres que realmente decidem os destinos dos lugares para a melhor atuação do capital, conforme Milton Santos discute (2000, 204; 239; 259), ou isso é mais uma ilusão?

3.3. O sertão em Primeiras estórias

3.3.1. "As margens da Alegria"

O conto que abre o livro *Primeiras estórias* narra a viagem de Menino a uma cidade que estava em construção, no meio do chapadão. Inicialmente, tudo é encanto, como o belo peru que aparece no terreiro no fundo da casa onde está hospedado, e as árvores densas do fundo do quintal. Após ser levado junto dos tios para conhecer as obras de construção da cidade – que se supõe ser Brasília –, presenciando a derrubada da mata, descobre que o peru morre, após ver sua cabeça sendo bicada por outro peru, iniciando um sutil desencantamento do mundo.

***

Em entrevista a Fernando Camacho para a *Revista Humboldt*[77], Rosa afirma que a cidade inominada nos contos "As margens da alegria" e "Os cimos" é Brasília.

O conto aqui estudado – assim como o último, que encerra *Primeiras estórias* – enquadra o livro temporal e espacialmente: sendo o lugar onde o enredo se desenvolve a cidade de Brasília ainda em construção, presume-se que os contos têm como recorte temporal o fim da primeira metade do século XX.

Essa datação é crucial para se entender a transformação de algumas formas sociais tradicionais no sertão: a modernização, que percorre a maioria dos 21 contos que compõem a obra, aparece mais evidente agora do que nos textos anteriores de Rosa, "o que parece ser relevante vindo de um autor muito discreto quanto à notação dos fatos históricos" (Pacheco, 2006, 25).

É nesse conjunto de contos que Rosa deixa claro de uma vez por todas o que vinha mostrando sutilmente em sua produção anterior: os recursos humanos e materiais não são mais entendidos como parte do metabolismo entre os homens e a natureza – no caso, o sertão – para satisfazer necessidades materiais, mas para "servir apenas para a auto-reflexão tautológica do dinheiro como 'mais dinheiro'" (Kurz, 1992, 23). Com o Estado moderno sempre colaborando

[77] Entrevista a Fernando Camacho, "Entrevista com João Guimarães Rosa", *in*: *Revista Humboldt*, n. 37, 42-53, Berna, Ed. Bruckmann, 1978 apud PACHECO, 2006, 30.

com o mercado, a procura por uma "homogeneidade" e "uniformidade" do corpo social se dá a ponto de mover a capital para o meio do chapadão, morada do "outro", na crente e cega incumbência de levar a modernização ao sertão. Brasília é a expressão radical dessa tentativa de homogeneizar o território nacional, antes fragmentado pelas oligarquias regionais, implantando a figura verticalizada do Estado no meio do cerrado:

> A grande cidade apenas começava a fazer-se, num semi-ermo, no chapadão: a mágica monotonia, os diluídos ares.
> (...)
> Mal podia com o que agora lhe mostravam, na circuntristeza: o um horizonte, homens no trabalho de terraplenagem, os caminhões de cascalho, as vagas árvores, um ribeirão de águas cinzentas, o velame-do-campo apenas uma planta desbotada, o encantamento morto e sem pássaros, o ar cheio de poeira. Sua fadiga, de impedida emoção, formava um medo secreto: descobria o possível de outras adversidades, no *mundo maquinal*, no hostil espaço; e que entre o contentamento e a desilusão, na balança infidelíssima, quase nada medeia (2006b, 50; 52, grifo meu).

O Estado moderno, como elemento constitutivo e imanente do próprio capital, impõe a produtividade sobre os homens a qualquer custo, escancarando o trabalho como finalidade em si – e não como relação do homem com a natureza que, por necessidade, produz valor de uso –, na qual o produto é mero valor de troca, abstraindo em si mesmo o valor de uso sensível[78]. Daí, o Menino notar o *mundo maquinal* que se ergue no meio do sertão, os homens se tornando meros apêndices da máquina[79], recebendo novo impulso de uma modernização que precisa, naquela região – vista como pouco desenvolvida pelos grupos de interesses capitais –, assumir um caráter recuperador para poder acompanhar o mais avançado sistema produtor de mercadorias do Ocidente (Kurz, 1992, 35). Dessa maneira, entende-se, pelas ações de governo, o sertão visto como lócus do atraso e alvo de projetos de Estado.

Enquanto no Ocidente pós-Segunda Guerra Mundial o estatismo dava lugar ao monetarismo, na particularidade brasileira se dissolvia a ambiguidade do Estado do ponto de vista das classes dominantes (burguesia industrial e oligarquia agrária). No Brasil, na fase chamada de "desenvolvimentismo", o Estado se fundiu com a burguesia, tornou-se liberal sem

---

[78] Sobre o revezamento entre estatismo e monetarismo, "Essa continuidade se estende desde o absolutismo esclarecido do Ocidente até o atual Estado de crescimento, e inclui ainda o socialismo real baseado na economia de guerra; o fim comum a ambos consiste em *impor a subordinação das necessidades, finalidades e intenções humanas à riqueza nacional abstrata de um sistema produtor de mercadorias e ao seu crescimento e também ao direcionamento sistemático dos homens a esta finalidade 'sem sentido'*" (Kurz, 1992, 64-65; grifos meus).

[79] Como o "homenzinho tratorista", que tinha um toco de cigarro na boca e põe a máquina derrubadora da mata para funcionar (Rosa, 2006, 52).

oposição de interesses, visando centralizar o capital, não ficando à parte do novo surto de desenvolvimento de forças produtivas e cientificização que se alastrava pelo mundo.

De acordo com o estudo *Elegia para uma re(li)gião*, de Francisco de Oliveira, o desenvolvimento industrial encabeçado por São Paulo começou a forjar a divisão regional do trabalho na economia brasileira, em substituição ao "arquipélago" de economias regionais até então presentes no coronelismo[80]. Instaurava-se um projeto de Estado nacional unificado que, em sua forma política, recobria a expansão capitalista, que tendia a ser hegemônica, impondo a todo o território nacional a produção de mercadorias[81].

Sendo a região Sudeste o lócus da expansão capitalista no Brasil pós-1930 e na década de 1950, pouca coisa mudara no tocante às associações entre Estado e capital. Ainda conforme Francisco de Oliveira, havia surgido e se consolidado uma burguesia industrial cujos interesses de reprodução do seu capital não podiam mais ser confundidos com a forma de reprodução do capital controlado pelas oligarquias, e que, por isso mesmo, havia capturado o Estado, "levando-o a implementar sistematicamente políticas econômicas cujo objetivo era o reforço da acumulação industrial e cujos resultados, em grau surpreendente, corresponderam àqueles objetivos" (1977, 71).

Assim, todas as transformações na paisagem do chapadão projetos de modernização recuperadora para tornar aquela região funcional à maior produtividade. Em Minas Gerais, o capital havia se constituído na confluência da produção de subsistência do interior do estado e do abastecimento de grandes cidades, como o Rio de Janeiro. O capital bancário mineiro havia se formado apropriando, na esfera da circulação, o excedente do produto social da economia agrícola e pecuária regional em sua passagem para o abastecimento de outras regiões do Brasil, notadamente o Rio de Janeiro, e começava a desviar-se para financiar o próprio café[82].

---

[80] De acordo com este estudo de Francisco de Oliveira, as barreiras alfandegárias entre os estados foram abatidas, como consequência das transformações operadas pela Revolução de 1930. O imposto estadual sobre importações provenientes de outros estados foi substituído pelo imposto de consumo sobre todas as mercadorias produzidas no país, abolindo a capacidade que cada estado tinha de legislar sobre seu comércio exterior.

[81] "Estava-se, em verdade, em presença da implantação de um projeto de Estado nacional unificado, em sua forma política, que recobria a realidade de uma expansão capitalista que *tendia* a ser hegemônica; voltada agora para uma produção de valor cuja realização era sobretudo de caráter interno, podia a mesma impor ao conjunto do território nacional o seu equivalente geral: essa imposição do equivalente geral criava o espaço econômico capitalista nacional unificado." OLIVEIRA, 1977, 64-65.

[82] É o que Francisco de Oliveira comenta (1977, 63), e Alysson de Jesus, recorrendo à formação regional desde os séculos XVIII e XIX, confirma sobre a produtividade regional mineira com o excerto de Roberto Martins: "'Os relatos contemporâneos (de viajantes estrangeiros, de cronistas locais, de funcionários públicos e dos historiadores da época) e a documentação disponível descrevem a província como rica, populosa, com comércio animado e

Nos dizeres de Francisco de Oliveira, assistiu-se concretamente, no período do "desenvolvimentismo", à própria transformação do Estado, o qual financiou o movimento de centralização de capitais e se lançou na esfera produtiva, transformando o caráter de sua intervenção de simples agente técnico da divisão do trabalho em agente da divisão social do trabalho (1977, 88). O aparente isolamento da região sertaneja produtora de mercadorias foi finalmente desfeito pela inserção do poder central naquela vasta área: com o Estado tomando diretamente a tutela de ordenar as relações sociais, tornava-se imprescindível dominar o espaço sertanejo, interferindo nas relações ali presentes.

Assim, implantava-se o planejamento como forma de intervenção direta do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, tendo a ação criado a aparência de conflitos inter-regionais, o que fomentou a visão dualista do Brasil, na qual mais uma vez o sertão aparece como a razão do atraso do país. O Estado, capturado pelo capital, se transformava no elo ideal entre os setores modernos e tradicionais, que, ao invés de se justaporem, entrelaçaram seus interesses. Com o planejamento e todas as alianças feitas, estavam justificadas as políticas conservadoras de modernização, que operavam um modo de pensar contaminado por esquemas espacializantes.

No imperativo capital de se apropriar uma vez mais do sertão, sua paisagem se transforma em território dominado pelo mundo da mercadoria, com as diferenças e os contrários se esforçando por tornar uma unidade homogênea planejada e ordenada, já que o capital é uma totalidade. A violência muda marca a virada do sertão em mais um território funcional, sendo Brasília o moderno a se cumprir:

> Ali fabricava-se o grande chão do aeroporto – transitavam no extenso as compressoras, caçambas, cilindros, o carneiro socando com seus dentes de pilões, as betumadoras. E como haviam cortado lá o mato? – a Tia perguntou. Mostraram-lhe a derrubadora, que havia também: com à frente uma lâmina espessa, feito limpa trilhos, à espécie de machado. Queria ver? Indicou-se uma árvore: simples, sem nem notável aspecto, à orla da área matagal. O homenzinho tratorista tinha um toco de cigarro na boca. A coisa pôs-

---

atividade econômica viva e diversificada. Registram, sim, a crise da mineração de ouro, mas nenhum deles menciona qualquer cenário de ruína e de decadência generalizada. Depoimentos dessa natureza são encontrados ao longo de todo o século, sobretudo na sua primeira metade quando seria mais profunda a crise, a se acreditar na historiografia dominante no século XX'. Roberto Martins analisa alguns textos de viajantes, como John Mawe, Spix & Martius, Robert Walsh e Jean Baptiste Debret. Sobre esse último, em sua *Viagem pitoresca e Histórica ao Brasil*, revela que o viajante observou sobre Minas que: "mais feliz que Goiás e Mato Grosso, esta província vê a indústria aumentar os recursos da natureza. Rica como ela pelas minas de ouro e pedras preciosas, cultiva ainda o algodão e o milho, dedica-se à criação de aves e animais, abastece de queijo o Rio de Janeiro, e possui fábricas de tecidos, chapéus e roupas brancas' (Martins, 2004, 12-3)" (Jesus, 2007, 84).

> se em movimento. Reta, até que devagar. A árvore, de poucos galhos no alto, fresca, de casca clara... e foi só o chofre: *ruh*... sobre o instante ela para lá se caiu, toda, toda. Trapeara tão bela. Sem nem se poder apanhar com os olhos o acertamento – o inaudito choque – o pulso da pancada. O Menino fez ascas. Olhou o céu – atônito de azul. Ele tremia. A árvore, que morrera tanto. A limpa esguiez do tronco e o marulho imediato e final de seus ramos – da parte de nada. Guardou dentro da pedra (2006b, 52-53).

O corte da árvore aparece como um corte simbólico, que, de acordo com José Miguel Wisnik (2002), é a mudança que se faz por dentro. Rosa afirmou a Fernando Camacho que o Menino e suas aventuras eram "o encontro com a realidade", na mencionada entrevista, o que pode ser o encontro com a descoberta de que o sertão enquanto periferia é espelho do centro[83], ou seja, é o processo do capital que se alastra simultaneamente em todas as frestas.

Se o Menino é de fato o encontro com a realidade, ele consegue notar, embora incoscientemente, o quanto a ordem da cidade se mostra destruidora: ele perde a potência diante da derrubada maquinal da árvore, treme ao presenciar a sua morte – a morte da paisagem sertaneja do cerrado – o que se mostra como uma experiência de choque se considerar-se a interpretação de Ana Paula Pacheco, a qual afirma que o Menino não é sertanejo, mas rico, que veio da cidade para ver o chapadão em mudança a partir do alto, do avião (2006, 30)[84]; daí a experiência drástica que o leva ao encontro com a realidade.

Neste conto, o tema da mudança se apresenta enigmático, melancólico e de estranhamento: a transformação é sem retorno e a sensação é de perda de sentido, da descoberta da impossibilidade de viver e de ser livre[85]. É a constatação de que a modernidade apenas simplificou as relações de fetiche e dominação, tornando-as translúcidas e dando a conhecer o

---

[83] "A história recente do país também estava demonstrando que a falência do projeto nacional-desenvolvimentista não frustrara a industrialização capitalista da periferia, só que o desenvolvimento em questão era *dependente*. Ou por outra, o golpe militar ajudara a identificar uma *nova dependência*, que associava os grupos empresariais locais às multinacionais, redefinindo as relações entre interno e externo, segundo padrões específicos de relações capitalistas de classe. Por este prisma arquivava-se o vocabulário das dicotomias, das modernizações, etc., o subdesenvolvimento passava a ser visto como expressão do movimento internacional do capital – em suma, a herança do passado não era entrave à expansão do moderno, mas parte integrante do seu processo de reprodução. Dito de outro modo, e considerado o subdesenvolvimento de um ângulo interno como uma formação capitalista plena, não faltou quem concluísse que, em lugar da velha dualidade, passava para o primeiro plano um outro dinamismo de unificação e reprodução dos opostos de ontem, de sorte que o chamado moderno cresce e se alimenta da existência do atrasado" (Arantes, 1992, 35-36).

[84] Interessante notar que neste conto o sertanejo não aparece: o chapadão é ocupado apenas pelos trabalhadores que erguem a cidade e suas máquinas, sem haver alusão alguma à origem destes – maioria migrante, conhecida por "candangos".

[85] E, valendo a pena repetir, da volúvel constatação de que "O sujeito não desaparece, pura e simplesmente, como um mero erro, senão que decerto continua a existir, ainda que, desta feita, como mero sujeito interno da própria constituição fetichista destituída de sujeito. (...) A inexistência de sujeito não é, de seu lado, um sujeito que se poderia 'dominar', senão que constitui dominação, determinando-se, paradoxalmente, como algo a um só tempo próprio e estranho, interno e externo" (Kurz, 2010, 256).

seu princípio subjacente – desde que seja possível, e até determinado ponto, indagar criticamente o real. O Menino talvez tenha notado a falta de sensibilidade nos sujeitos produtores de mercadoria, pois "Seu pensamentozinho estava ainda na fase hieroglífica" (2006, 53), ainda aberto ao sensível do mágico chapadão que os adultos, aqueles que atrapalham as crianças, na maioria das vezes não conseguem alcançar: avistou um peru no terreiro na casa, belo, que satisfazia os olhos e o fazia rir com o coração. Mas dia depois, o peru tinha desaparecido no espaço. Após o jantar, voltou ao terreiro e viu o peru, mas não era o mesmo – ou era o Menino que já não era mais o mesmo?

> E – a nem espetaculosa surpresa – viu-o, suave inesperado: o peru, ali estava! Oh, não. Não era o mesmo. Menor, menos muito. Tinha o coral, a arrecauda, a escova, o grugrulhar grufo, mas faltava em sua penosa elegância o recacho, o englobo, a beleza esticada do primeiro. Sua chegada e presença, em todo o caso, um pouco consolavam.
> (...)
> Mas o peru se adiantava até à beira da mata. Ali adivinhara – o quê? Mal dava para se ver, no escurecendo. E era a cabeça degolada do outro, atirada ao monturo. O Menino se doía e se entusiasmava.
> Mas: não. Não por simpatia companheira e sentida o peru até ali viera, certo, atraído. Movia-o um ódio. Pegava de bicar, feroz, aquela outra cabeça. O Menino não entendia. A mata, as mais negras árvores, eram um montão demais; o mundo.
> Trevava (2006b, 53).

O peru aparece belo e mítico e depois desaparece. Reaparece sem beleza, bicando a carcaça de outro. Uma cena que entristece o Menino, que vê ódio no segundo peru que, menos belo, ataca a carcaça do primeiro, que tanto o encantara. A passagem do conto leva à associação com o moderno: as relações sociais sertanejas, sempre marcadas pela violência simultânea à solidariedade, colocam o massacre entre iguais como aquilo que vem junto da cidade que está a se erguer no chapadão: a lei penetra o sertão para tornar todos iguais em direitos e deveres – pois sua condição de produtores de mercadorias se mantém, com a diferença de que a justiça, ambivalente, substitui a regra –, enquanto contraditoriamente uns massacram os outros. Portanto, fica claro que a urbanidade tem a sua parte considerável de ficção, o que contribui para renovar a consistência universal à conhecida frase rosiana segundo a qual "o sertão é o mundo": o mundo do capital totalizante, da concorrência, da insensibilidade e do massacre. Mas, ao mesmo tempo, a fragilidade da lei e a sua crônica impossibilidade de se firmar se apresenta como um problema particularmente brasileiro, cujas implicações mais profundas e sutis são objeto explícito ou implícito dos textos de Rosa (Wisnik, 2002, 187-188).

A publicação em 1962 de *Primeiras estórias*, acompanha as transformações do Brasil em nível nacional: avançam a industrialização e a tecnologia, as cidades crescem a passos largos, os mercados se expandem de acordo com as novas demandas de competitividade do pós-guerra e a população emerge no cenário político com o adensamento de uma "consciência" do Terceiro Mundo, num contexto em que a modernização apresenta-se como um sacrifício de recuperar o seu atraso diante dos países modernizados[86]. Contudo, o limite histórico da modernização mundial revela a impossibilidade dessa tarefa, pois os seus momentos expansivos nesta parte do globo são formas de realizar, por meio de dívidas, a movimentação do capital financeiro, impagável, dado o alto desenvolvimento das forças produtivas que, desta forma, não são capazes de produzir valor trabalho, relativamente à expansão desse mesmo capital financeiro:

> Na prática, o dilema dessa lógica manifesta-se na distância cada vez maior entre a intensificação da produtividade, forçada pela economia de concorrência, nos países capitalistas desenvolvidos, e a produtividade possível nas regiões atrasadas do mercado mundial. A base do gigantesco estoque de capital do Ocidente, a partir da qual se realizam os aumentos seguintes, não poderá jamais ser alcançada, dentro da lógica das mercadorias, pelas outras partes do mundo em conjunto. Cada passo de desenvolvimento e aumento da produtividade nos países atrasados é negativamente compensado, em escala crescente, por dois, três ou mais passos nas regiões mais avançadas. É a corrida entre a lebre e a tartaruga, que somente pode terminar com a morte da lebre (Kurz, 1992, 172).

Nesse contexto, o sertão, se metamorfoseando na tentativa forçada do planejamento de governo de aniquilamento das regiões, continua estampando a desigualdade. A unidade dos contrários – litoral e sertão – que visa homogeneizar o território nacional permanece contradita pelas próprias incoerências do sistema produtor de mercadorias, do qual o sertão é parte. A racionalização do capital continua com suas raízes fundadoras no cerrado mineiro, esmagando a

[86] Este momento é marcado para Milton Santos como o do surgimento do meio técnico-científico-informacional que, como demanda da globalização, chega aos países tidos como de Terceiro Mundo, sobretudo a partir da década de 1970. Sobre essas mudanças, "O efeito desestruturador da tecnologia é tanto mais brutal quanto menos implicado estiver o país em relação às inovações técnicas precedentes. Tais efeitos são sociais, econômicos, políticos, culturais, morais, e, igualmente, espaciais, geográficos, levando a uma reorganização do território, mediante uma redistribuição de papéis que inclui novos *roles*, estranhos até então, à sociedade territorial. O fato de que as transformações se dão ao mesmo tempo, nas vias e meios de transportes e comunicações, na estrutura produtiva, nos hábitos de consumo, na forma de intercâmbio, nas relações de trabalho, na monetarização, nas formas de controle, etc., tem efeitos cumulativos e acelerados sobre todos os processos de mudança, ao mesmo tempo em que os desequilíbrios instalados são mais profundos. Mesmo se as novas relações apenas alcançam parcelas reduzidas da economia e do território e incidem de forma incompleta sobre a sociedade, têm já bastante força para induzir transformações fundamentais ao conjunto" (Santos, 2002, 250-251).

vida e gastando gente. O vagalume que vinha da mata, lindo sob o olhar do Menino, ia-se embora. A Alegria, agora às margens, ia junto.

3.3.2. "Os irmãos Dagobé"

O enredo se passa no velório de um arraial anônimo do sertão, onde não há "autoridade". Os irmãos Dagobé – Damastor, Doricão, Dismundo e Derval – eram temidos por todo o povo dali, pois formavam uma família de jagunços afamados pela valentia.

Ocorre que Damastor, o mais velho e mais valente, por motivo desconhecido, ameaçou Liojorge de lhe cortar as orelhas. Ao partir armado de punhal para cima do capiau, seu coração foi atingido pelo tiro de uma garrucha, disparada em defesa.

Em todo o conto, um narrador que observa tudo, misturado à multidão, incita a tensão crescente de vingança dos irmãos Dagobé sobre Liojorge. Os detalhes do comportamento de cada um do clã são notados como sinais de que o esperado aconteceria. A tensão aumenta com a aparição de Liojorge no velório, que ajuda a carregar o caixão do jagunço para o enterro no cemitério, debaixo de chuva constante.

Quando todos se preparavam para presenciar a cena sangrenta de vingança, ocorre o anticlímax do conto: os irmãos desculpam o capiau pelo feito, pois sabiam que o primogênito era criatura difícil de lidar, e anunciam que vão todos embora para a cidade grande.

***

"Tempos, estes. E era que, no lugar, ali nem havia autoridade" (Rosa, 2006b, 73). A informação extraída do conto fornece mais uma característica tão comum nos arraiais do sertão, já considerada na interpretação de "A hora e vez de Augusto Matraga": um sertão dominado pelo poder personificado dos coronéis, que usam os jagunços para forçarem violentamente o povo à ordem produtora de riqueza abstrata.

Os irmãos, todos de sina jagunça, são mais uma evidência da reprodução da família para resolver o problema da força de trabalho regional, apresentada como uma particularidade diante

da homogeneização do sistema capitalista brasileiro[87], mesmo que os jagunços não sejam o mesmo que lavradores.

Como também já discutido no conto anteriormente citado, o jagunço é parte da massa de homens livres pobres que, destituídos de posse e iludidos pela ideia de liberdade, realizam favores para os coronéis das redondezas. Tendo se originado ainda durante o período colonial, essa massa da população, completamente dispensável, se apresentava ainda no século XX sem enquadramento social exato, visto que o país ainda estava em processo de transição entre o trabalho escravo e o trabalho assalariado[88].

Os jagunços se enquadram nas condições de moradores de favor nas terras dos latifundiários e coronéis[89] e, justamente por sua condição de "homens provisórios" – expressão extraída do jagunço Riobaldo em *Grande sertão: veredas* –, vulneráveis a qualquer intempérie que assole seus destinos, só têm a moral e o interesse como propulsores às atividades que se colocam à disposição. Sem definição na sociedade e espelho de um problema constante na formação do país, cuja origem no Brasil se relaciona à escravidão, que impediu a formação de uma sociedade de classes e uma relação mercantil entre proprietários e homens livres pobres,

> (que não estavam obrigados a vender a sua força de trabalho) (...). Incompletamente expropriado, o agregado podia viver de favor em chão (ou teto) alheio, mas só até o momento, imprevisível, em que a pressão econômica do ganho voltasse a exercer o seu império. (...) O destino de um homem pobre e dependente era assim um campo de provas onde se manifestava a famigerada unidade contraditória que nos definia. Era portanto a vítima de um mundo regido por dois princípios diferentes de ordenação das relações sociais (...): as associações morais pelas quais se pautava um sistema autoritário de vinculação entre os homens livres, e a atividade lucrativa que aumentava relações de interesse. (...) Acresce que a ordem escravocrata tornava dispensável a existência de quem vivia de favor, de sorte que a dominação que se expressava na obrigação moral era uma graça que podia ser retirada a qualquer momento. O senhor

[87] A informação de que "Viviam em estreita desunião, *sem mulher em lar*, sem mais parentes, sob a chefia despótica do recém-finado" (2006b, 71, grifo meu), remonta à opressão do sexo feminino e sua participação como pessoa a quem coube apenas as atividades sensíveis de educar os filhos e lidar com as atividades afetivas em torno da família, algo inexistente entre os Dagobés.

[88] Sobre os donos do poder e como eles usufruíam dos favores dos jagunços: "As providências ofensivas e defensivas para a salvaguarda dos interesses materiais, da vida ou da honra continuaram definidas prerrogativas e obrigações pessoais. A posição por eles desfrutada", os coronéis, "ampliou suas possibilidades nesse campo, ao colocar a seu dispor um conjunto de homens cujas vidas não tinham muito valor, nem encontravam muita razão de ser naquela sociedade (...)", e sobre a serventia dos jagunços: "Ao lado desses tipos que, como parte do sistema de contraprestações, anexaram a seus demais afazeres o serviço violento, havia o capanga, homem que disso fizera um ofício. Não faltavam oportunidades, nesses tempos, tanto para formar a competência como para dar vazão aos préstimos dos capangas profissionais. Demanda de terras, desavenças pessoais, viagens arriscadas, e lá vinham a sua serventia: de caso em caso, iam firmando sua reputação e fazendo uma carreira" (Franco, 1997, 153; 155).

[89] MOURA, 1988, 111-112.

> não só definia a natureza dos laços que o uniam a seus dependentes como podia transgredi-los impunemente segundo a sua conveniência (Arantes, 1992, 72-73).

A função de exercer a violência em nome de outrem é a que provavelmente os Dagobés faziam no arraial, visando, por meio do medo, à subordinação total dos lavradores aos donos de terras do sertão para a produção de riqueza – atentando-se para a informação de que Liojorge, a vítima do abuso que acabou reagindo, era lavrador (na página 73). E o medo que o povo tinha dos jagunços atravessa todo o conto, pois o narrador informa que no velório "Todos preferiam ficar perto do defunto, todos temiam mais ou menos os três vivos" (2006b, 71), ou seja, todo o povo estava ali por medo, não por compaixão. E assim o narrador descreve os irmãos: "Demos, os Dagobés, gente que não prestava" (2006b, 71)[90].

Mas o narrador traz informação curiosa a respeito dos irmãos facínoras: "Com efeito, o finado, tão sordidamente avaro, ou mais, quanto mandão e cruel, sabia-se que havia deixado boa quantia de dinheiro, em notas, em caixa" (2006b, 72).

Se considerar-se o recorte temporal em que Rosa escreveu esses contos – meados do século XX –, é notória a transição na maneira como os jagunços realizam seus favores aos coronéis: já recebiam dinheiro como pagamento pelos trabalhos que antes eram realizados sob uma aura de compadrio, subordinação *aparentemente* voluntária e solidariedade. Não só o dinheiro aparece como equivalente, como até mesmo os jagunços do conto acumulam aquilo que ganham. Tal detalhe pode ser lido como a transição pela qual a sociedade brasileira estava passando, a começar pela estrutura de poder: do mandonismo local para a vida pública, com os donos das terras, ainda que sem perder todo o poder, iam deixando de ser os protagonistas da riqueza no sertão. Nessa fase, a hegemonia do capital industrial, e não do latifúndio, é que despontava como controle do aparelho produtivo, cujas relações com o Estado são reconhecíveis e têm consequências na redefinição da divisão regional do trabalho no conjunto nacional.

Esse momento torna evidente o confronto entre esferas heterogêneas de poder – governo e jagunço, por exemplo –, mais visíveis quando o Estado consolida a sua entrada no sertão, conforme "As margens da alegria" retrata. Com tais metamorfoses, torna-se clara a debilidade de quem não figura na órbita das novas relações de poder: por mais que se saiba que o jagunço trabalha a mando de algum poderoso, em nenhum momento o conto menciona algum dono do

[90] Em interessante artigo sobre este conto, Francis Utéza observa que os nomes dos irmãos Dagobé começam todos com a letra D, que repercute a marca diabólica em cada prenome (Demo) (Utéza, 2002, 132-133).

poder no arraial e arredores, situação bem diferente dos dois contos estudados de *Sagarana*[91], onde os coronéis aparecem.

Em todo o conto, o narrador transmite aos leitores a tensão sobre a aguardada vingança que os irmãos fariam sobre o lagalhé Liojorge, à maneira desse excerto:

> Se assim, qual nada: a ninguém enganavam. Sabiam o até-que-ponto, o que ainda não estavam fazendo. Aquilo era quando as onças. Mais logo. Só queriam ir por partes, nada de açodados, tal sua não rapidez. Sangue por sangue; mas, por uma noite, umas horas, enquanto honravam o falecido, podiam suspender as armas, no falso fiar. Depois do cemitério, sim, pegavam o Liojorge, com ele terminavam (2006b, 72).

No entanto, para assombro dos presentes no velório, o capiau tinha mandado recado aos irmãos de que só matara em legítima defesa e que, por coragem de prova, estava disposto a se apresentar desarmado para declarar sua "forte falta de culpa". Para o povo dali, o lavrador, tomado por sentenciado, estava doido, ainda mais num arraial onde nem autoridade havia[92]. E pior: o lagalhé se oferecia para ajudar a carregar o caixão. E assim foi: sob uma chuvinha que ensopava os presentes e só pesava mais a tensão, sem o cortejo passar na igreja, pois no lugar não havia padre[93] – ou seja, o arraial não dispunha de nenhuma instituição que ordenasse suas relações sociais.

Quando todos esperavam o desfecho sangrento, com os Dagobés arrasando Liojorge, eis que Rosa cria o anticlímax:

> Olhou-o curtamente. Levou a mão ao cinturão? Não. A gente, era que assim previa, a falsa noção do gesto. Só disse, subitamente ouviu-se: – *"Moço, o senhor vá, se recolha. Sucede que o meu saudoso Irmão é que era um diabo de danado..."*
> Disse isso, baixo e mau-som. Mas se virou para os presentes. Seus dois outros manos, também. A todos, agradeciam. Se não é que não sorriam, apressurados. Sacudiam dos pés a lama, limpavam as caras do respingado. Doricão, já fugaz, disse, completou: – *"A*

[91] "O arbítrio de quem não figura no centro da ordem (e da desordem) adquire proporções muito diversas daquelas de *Grande sertão*. Isto é, torna-se visível a debilidade de quem não figura no centro das relações de poder. Não se trata só de outra escolha autoral, como de outro Brasil. Nele, a astúcia infratora do pobre – que noutros momentos de nossa literatura (vide por exemplo *Memórias de um Sargento de Milícias* e *Macunaíma*) figurava reproduzindo, para fins de sobrevivência, o padrão transgressor da ordem, por parte das classes altas e do governo – parece ter perdido lugar." PACHECO, 2006, 109.

[92] Autoridade que, sabe-se, nem adiantaria muito: a "completa ausência do reconhecimento social do homem pobre vai mesmo à afirmação de sua insuficiência para o exercício dos mais elementares direitos do cidadão, como o recurso à Justiça" (Franco, 1997, 104).

[93] Considerando-se que a religião cristã é forte defensora da ontologia do trabalho e representa uma instituição que também ordena a sociedade nos moldes ocidentais, é curioso notar que no conto ela é ausente, ao mesmo tempo em que um lavrador, trabalhador comumente absorvido pela ideia religiosa, tenha transgredido a ordem e matado um jagunço valente, justamente quem o impelia ao trabalho.

> *gente, vamos'embora, morar em cidade grande..."* O enterro estava acabado. E outra chuva começava (2006b, 75; grifos do autor).

Os jagunços, que têm de seus apenas a moral e a valentia, não executaram a vingança. Enquanto Liojorge mostrava sua solidariedade para com os irmãos do defunto – tornando clara a existência do "código do sertão", no qual violência e solidariedade coexistem –, estes respondiam com o aceite da oferta, transgredindo uma regra social sertaneja, a de vingança, que já estava se desmantelando desde a centralização do poder federal no país. Tal atitude prenuncia uma mudança que não é só por fora, mas por dentro: a própria noção de que algo estava mudando e que era maior que a reação ao assassinato de Damastor.

O desfecho do conto, aquele em que os irmãos jagunços anunciam a todos que vão embora para morar em cidade grande, é o retrato do que estava de fato ocorrendo no Brasil: com a hegemonia do capital industrial do Sudeste e o seu controle sobre o aparelho produtivo, sua influência sobre o Estado e sua interferência direta na divisão regional do trabalho em todo o país, o sistema produtor de mercadorias fechado nos limites regionais passa a sofrer abalos tão profundos que as formas tradicionais de organização social se dissolvem. Assim, os coronéis são repaginados, mas determinadas funções, restritas somente aos homens livres pobres, como a jagunçagem, perdem o sentido. Por isso, não se entende a reação dos Dagobés como redenção, conforme as leituras fechadas no místico – até porque, ao que parece, o conjunto de contos revela certo desencantamento do mundo, característica distinta da produção anterior de Rosa.

Após a Segunda Guerra Mundial, o sistema produtor de mercadorias adensou a sua lógica de obrigar ao desenvolvimento das forças produtivas, casando, sob o regime mercantil, a investigação científica e o processo produtivo. No caso do Brasil, que vivia então um surto nacional-desenvolvimentista – o populismo e a era JK –, a mundialização do mercado foi precedida por um esforço industrialista nacional incompleto, que

> Arrancou a população aos enquadramentos herdados, para criar a força de trabalho moderna, assalariada, isto é, pau para toda obra, necessária às empresas. Ora, a mutação do mercado e do padrão produtivo faz que estas últimas já não tenham uso para as multidões de trabalhadores sem saúde, sem educação e quase sem poder aquisitivo que, depois de serem o trunfo competitivo do Terceiro Mundo, passam a ser a sua assombração, não tendo mais para onde voltar (Schwarz, 1992, 9).

Ou seja, as transformações operadas no sertão, que, de acordo com a razão e os projetos dos grupos dominantes e do governo, deveriam levar a civilização e a modernização do litoral

àquela vasta região, na verdade perpetuaram a brutalidade da sociedade do fetiche[94]. Com o crescimento desenfreado das cidades, que se industrializavam e se urbanizavam ao mesmo tempo, e com a implantação da Revolução Verde, que propunha funcionalizar as vastas áreas da hinterlândia para maior produtividade, assiste-se não só à dissolução das funções tradicionais do homem livre pobre no sertão, mas também à sua mobilidade em busca de sobrevida. Por isso, também se discorda aqui das interpretações que os Dagobés decidem ir para a cidade em busca de uma civilização não encontrada no arraial, já que fica claro que a barbárie e sua razão fetichista é dominante em todos os lugares.

Apesar do estudo de Ana Paula Pacheco (2006) notar a importância do dinheiro como herança que o primogênito deixa para os irmãos, aludindo à ideia de que começariam vida nova na cidade, que lhes ofereceria civilização e anonimato suficiente para apagar o passado indesejável[95], crê-se que os irmãos migram para a cidade porque sua função de jagunço já não tem sentido: com a dissolução das relações tradicionais no sertão e da entrada direta da justiça e do Estado nacional – em processo de autonomização –, que detém o monopólio da violência, o trabalho de jagunço não tem mais razão de ser; os homens livres pobres que antes exerciam tal função não têm mais condições de se reproduzir socialmente. Em um quadro no qual o Estado era dirigido por representantes dessas oligarquias agrárias que impulsionavam a industrialização, aparecia na cidade um proletariado de recente extração rural, "cuja consciência de classe era embotada, seja pelo seu próprio movimento de migração campo-cidade, seja pela sua 'inadaptação' ao meio urbano industrial e, portanto, pela manutenção em meio urbano de uma 'cultura' rural" (Oliveira, 1977, 70-71).

Os Dagobés, sua mobilidade e a chuva que começava prenunciam apenas uma travessia rumo à ordenação civil da violência (Pacheco, 2006, 84), pois o próprio Rosa não viveu para

---

[94] Perpetuando, também, o papel de países de passado colonial, como o Brasil: "Historicamente, tanto a forma como penetrou o capitalismo mercantil nas colônias quanto, no caso especial do Brasil, a forma especial que o Estado português imprimiu a essa penetração, prepararam de antemão certas condições que, no caso clássico do capitalismo europeu, somente ocorreram mediante a destruição da economia feudal. Referimo-nos aqui, sobretudo, à concentração de terras e de propriedades que a forma mercantil do Estado português implantou na sua colônia: essa concentração de terras e de propriedade, aqui conhecida dos estudiosos da história brasileira, transformou-se em riqueza concentrada *quando a própria passagem do capitalismo mercantil para industrial, em escala internacional, forçou a redefinição do papel das colônias e, já agora, dos países independentes na divisão internacional do trabalho movida agora pela produção de mercadorias*" (Oliveira, 1977, 52; grifo meu).

[95] Sobre os Dagobés, a autora interpreta a migração como um rumo à cidade civilizadora e moderna e afirma que são os "irmãos que projetam o anonimato na cidade grande, curiosamente a única provável maneira disponível para 'civilizá-los', amparados na possibilidade do dinheiro herdado do malfeitor" (Pacheco, 2006, 107; 114).

constatar aquilo que parecia anunciar: o Brasil se tornaria cada vez mais urbano[96], mas à custa do quê? É certo que mantendo sua total dependência do modo capitalista, macaqueando as ações do 'centro" e nadando em meio à existência sem sentido, condição que indica um rumo ao colapso de dimensões absurdas[97].

> A autonomização do Estado avança. Restam grandes ilusões quanto ao potencial de modernização da catastrófica democracia brasileira. Especialmente resta a constante reafirmação do atraso do mundo rural como razão última de uma catástrofe que já é, no mínimo desde os anos oitenta, evidentemente um fruto da impossibilidade de integração dos expropriados na vida urbana (Toledo, 2008, 236).

Sendo o sistema produtor de mercadorias cheio de contradições com a contínua produção de desigualdade como característica inerente a ele, o sertão continua a existir, mas não sendo mais o mesmo. As tentativas de homogeneização do território nacional para a ordem produtora de riqueza abstrata acabam por reforçar a existência das regiões e seus modos particulares de lidarem dentro do capitalismo[98], que é universal: o princípio da unidade de contrários que suprime a diferença acaba por manter a desigualdade; o local se reafirma no negativo, na sobrevida: daí os personagens dos contos estarem perdidos, melancólicos, sem sentido. Não havendo autonomia para trilhar os destinos escolhidos, nem sujeito livre nas modernas relações sociais, nota-se um sutil desencantamento do mundo, que o escritor mostra aos poucos no conjunto de sua obra[99].

---

[96] Pois o autor diz em entrevista a J. Borba para o *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 de maio de 1946: "À medida que vou vivendo e sonhando, participando de um mundo diferente do da minha infância, vou sentindo que mais tarde serei capaz de me tornar um escritor da cidade, quando os fatos e as pessoas de hoje forem partes da minha memória, construírem lembranças e saudades (...)" (Lara, 1996, 19).

[97] "Por outro lado, a história recente do país também estava demonstrando que a falência do projeto nacional-desenvolvimentista não frustrara a industrialização capitalista da periferia, só que o desenvolvimento em questão era *dependente*. Ou por outra, o golpe militar ajudara a identificar uma *nova dependência*, que associava os grupos empresariais locais às multinacionais, redefinindo as relações entre interno e externo, segundo padrões específicos de relações capitalistas de classe. Por este prisma arquivava-se o vocabulário das dicotomias, das modernizações, etc., o subdesenvolvimento passava a ser visto como expressão do movimento internacional do capital – em suma, a herança do passado não era entrave à expansão do moderno, mas parte integrante do seu processo de reprodução. Dito de outro modo, e considerado o subdesenvolvimento de um ângulo interno como uma formação capitalista plena, não faltou quem concluísse que, em lugar da velha dualidade, passava para o primeiro plano um outro dinamismo de unificação e reprodução dos opostos de ontem, de sorte que o chamado moderno cresce e se alimenta da existência do atrasado." ARANTES, 1992, 35-36.

[98] É nesse sentido que se discorda de Francisco de Oliveira, que afirma que com o capital monopolista no Brasil as regiões passam por um processo de dissolução (1977, 119). Tal conclusão nega não só a produção de desigualdades inerente ao sistema, como também a divisão regional do trabalho.

[99] No artigo "Dez teses para o estudo de Guimarães Rosa" de Luiz Roncari, trabalhando *Sagarana*, *Corpo de Baile* e *Grande sertão: Veredas*, o autor diz na sétima tese: "Se o tempo histórico desses três livros é o da Primeira República e o tempo do autor é o do getulismo (de 37 a 54, ano em que *Corpo de Baile* e *Grande Sertão* foram

Enquanto a literatura se apresenta como uma das maneiras de expor as contradições do sistema produtor de mercadorias – apesar de manter-se a pergunta sobre até onde isso é possível –, o Estado e o capital reproduzem dentro de sua lógica justificável as mesmas contradições. Assiste-se, sobre o sertão, que se põem em prática projetos de modernização meramente territoriais, cujos planejamentos não têm condições de superar as contradições básicas do capitalismo, mas apenas reiterar a racionalização da reprodução ampliada do capital, efetivando uma sociedade ilusoriamente realizada. Sobre os sertanejos, esses continuam vistos pelo planejamento territorial como massa descartável destituída de valor, personificação da culpa pelo atraso nacional, que invade a cidade proliferando violência e desordem[100].

---

anunciados), eles precisam ser vistos também como pertencentes ao que consideramos como *literatura histórica*. No sentido em que o autor situa num determinado tempo passado, rompido com a Revolução de 30, um momento crucial e de grandes definições para os destinos do país, procurando extrair dele um juízo. A impressão que fica a partir da análise dos textos de Guimarães é a de que, com o fim da ordem imperial, para ele, a república não encontrou ainda os parâmetros para uma nova ordem, situação que se agrava com o *varguismo*. A pergunta que considero importante de se fazer é esta: por que Guimarães, escrevendo no período do *getulismo*, situa as suas narrativas no da Primeira República?" (2002, 246-247; grifos do autor). Portanto, se *Primeiras estórias* desenvolve tramas subentendidas a partir da década de 1930, é possível relacionar as mudanças interiores dos personagens com as mudanças implantadas no país, sobretudo a partir do Estado Novo.

[100] Darcy Ribeiro aponta a errância do sertanejo pelo território como algo inerente à sua origem, visto que é um expropriado impelido a vagar para qualquer parte onde possa sobreviver: "Com o gado e com os bodes crescia a vaqueirada, multiplicando-se à toa pelas fazendas, incapaz de absorver lucrativamente a tanta gente nas lides pastoris, pouco exigente de mão-de-obra. *Assim é que os currais se fizeram criatórios de gado, de bode e de gente: os bois para vender, os bodes para consumir, os homens para emigrar*" (1995, 345; grifos meus).

4. Sertão, sertões: uma "questão de opiniães"

Ao se propor uma leitura geográfica sobre um texto ficcional, depara-se com o desafio de como interpretar determinados conceitos pertinentes à geografia em textos tidos *aparentemente* como "não geográficos". Nesta pesquisa, destaca-se um termo em especial, visto que, tanto nas estéticas literárias como na geografia, ele aparece ao longo do tempo com significados variados: o sertão.

Busca-se aqui tornar possível uma relação entre o sertão concebido por Rosa e o sertão concebido na geografia contemporânea a partir do que o primeiro possa contribuir para a compreensão do segundo. Tendo em conta que a literatura é um conhecimento socioespacial, justamente por não possuir a pretensão de ser um estudo que se preocupa explicitamente com o espaço (Melo, 2005, 48), ela tem muito a dialogar com a geografia e, no caso do autor em questão, muito a ensinar aos geógrafos, mais preocupados com o racional, o empírico e o objetivo[101], esquecendo-se de que a apreensão da realidade é, em si, uma forma subjetiva de vê-la e interpretá-la, pois o real, enquanto produto da representação, tem em si certa parcela de ficção.

Dentre as análises geográficas mais recentes sobre o sertão, destaca-se o artigo "O sertão: um 'outro' geográfico", de Antonio Carlos Robert Moraes. De acordo com o seu estudo, o sertão é classificado como uma ideologia geográfica, ou seja, ele é uma condição atribuída a variados lugares, um símbolo imposto em diferentes contextos históricos, que assume o papel de qualificativo local básico no processo de sua valoração. O sertão não é, portanto, uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica (2003, 13). Como tratado mais adiante, essa visão tem sua parcela de contribuição, mas também apresenta limites para quem quer se enveredar pelo entendimento desta particularidade socioespacial.

O ponto inicial para pensar o sertão dentro da geografia e além dela está no rompimento com as classificações que lhe têm sido atribuídas, geralmente negativas, dualistas e arrogantes, devido ao lugar de onde fala quem o rotula: sujeito exógeno à sua realidade, que o vê como paisagem exótica a ser suprimida. O sertão trabalhado na obra de Rosa fornece pistas abundantes

[101] Em dissertação de mestrado em Geografia Humana, cujo tema é o uso da categoria lugar em *Grande Sertão: Veredas* e as possíveis transdisciplinaridades entre geografia e literatura, Adriana de Melo ressalta que falta às ciências a incorporação do simbólico, da subjetividade, da imaginação, da criatividade, da liberdade, da leveza e da poesia, elementos que podem ser oferecidos pelas artes e pelos saberes populares (2005, 32). Ou seja, a sua pesquisa parte de um viés oposto ao desta, mas ainda assim contribui para este trabalho.

para que a postura autoritária de quem o julga seja superada, pois o autor, em sua "perspectiva rasteira" (Bolle, 2004, 76), coloca o sertanejo como homem de primeira categoria, dando a ele a vez de falar, de dentro do sertão, o que esse espaço é na verdade. Rosa vai muito além dos chavões deterministas de atraso e violência, inserindo no debate a problemática do Mal contra o Bem, a prática do "código do sertão" como maneira de sobrevivência e, com isso, introduz na discussão um sertão ambíguo e contraditório, presente em nossa formação nacional.

4.1. Travessias do sertão no espaço-tempo

Começando pela trajetória histórica que a palavra sertão tem atravessado, sua própria origem é fonte de polêmicas:

> A linha de derivação no caso seria esta, segundo o mencionado autor: [Gustavo Barroso] mulcetão – celtão – certão; e, com a substituição posterior do *c* pelo *s*, a forma atual "sertão". Por sua vez, "mulcetão" derivar-se-ia de *michitu* ou *muchitu*, termo bunda que significa mato, provavelmente através da forma anasalada *muchitun*, segundo supõe Gustavo Barroso, que resume deste modo o seu pensamento a respeito do assunto: "*Michitu*, *muchitu*, *muchitun* e mulcetão, por influência lusa; depois *celtão* e *certão*, a selva, o interior das terras africanas coberto de mataria e não o deserto grande tão somente, o *desertão*" ("Sertão – a palavra e a imagem", in *Boletim Geográfico*, ano V, n° 52, 403 apud Moreira, 1959, 13).
>
> Há, basicamente, duas vertentes interpretativas das origens etimológicas de sertão. Uma atribui a origem do termo à palavra africana mulcetão, que designava terras distantes da costa, mediterrâneas, e ao ser incorporada à língua portuguesa assumiu a forma certão, mais tarde sertão (Barroso *apud* Galvão, 2001, 16; Neves; Miguel, 2007, 9). A outra vertente duvida da evolução do termo mulcetão para sertão e considera mais provável que a palavra tenha origem em "*sertanus*, advinda de *sertum*, particípio passado de *sero*, *serui*, sere", que se traduziria por "entrelaçar", "entrançar", com o sentido de "o que está entrelaçado", numa alusão à "vegetação contínua" (Meyer-Lubke apud Neves; Miguel, 2007, 10) (IBGE, 2009, 11).
>
> "Sertão" ou "certão" seria, para uns, corruptela de "desertão"; para outros, proviria do latim clássico serere, sertanum (trançado, entrelaçado, embrulhado), desertum (desertor, aquele que sai da fileira e da ordem) e desertanum (lugar desconhecido para onde foi o desertor) (Amado, 1995, 4).

O que se pode afirmar é que geograficamente o sertão está em áreas distantes do litoral, onde o povoamento é rarefeito. Trabalhando o deserto do *Antigo Testamento* e a presença desse espaço em particular no imaginário medieval do Ocidente europeu, Jacques Le Goff (1994, 84-90) afirma que na Antiguidade ele aparecia desvinculado da ideia de solidão, apesar de distante

dos lugares povoados. Concebido como lugar de provações, vida errante e desprendimento, era tido tanto como lugar do maravilhoso, quanto das tentações satânicas. Para ele, sua história "foi sempre feita de realidades materiais e espirituais entrelaçadas, de um vaivém constante entre o geográfico e o simbólico, o imaginário e o econômico, o social e o ideológico" (89).

A adaptação do imaginário construído sobre o deserto bíblico para a sua concretude espacial em plena Europa medieval do Ocidente se voltava, em linhas gerais, para florestas temperadas, que serviam de fronteira e refúgio para os cultos pagãos, para os eremitas, os vencidos e os marginais – servos fugidos, assassinos, aventureiros e bandidos –, mas também como espaço útil e precioso, esconderijo de riquezas, como caça, mel e metais. Era, como descreve o historiador, "um território suplementar da atividade econômica" (90), ao mesmo tempo que espaço de fuga e liberdade.

As lendas medievais de riquezas escondidas em áreas distantes foram fortalecidas na Idade Moderna e chegaram ao Novo Mundo a partir do momento em que se iniciou o processo de colonização, tendo os mitos papel importante no movimento. Desde o século XV, o termo sertão passa a ser utilizado para nomear espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões portuguesas recém-conquistadas, sobre as quais os reinóis pouco ou nada sabiam e que, por isso mesmo, eram impelidos a desbravá-los.

Dado o contexto de formação de Estados nacionais e o avanço do sistema de acumulação no Ocidente europeu, o processo de ocupação da América Portuguesa torna-se um imperativo da economia metropolitana. O poder reinol estabelece aos poucos as estruturas de poder no território colonial, permitindo a diferenciação entre as áreas ocupadas, localizadas, em sua maioria, na franja litorânea, e as que ainda precisavam ser incorporadas, sendo preciso impor a estas a soberania por meio da penetração em terras densamente florestadas e povoadas por indígenas hostis à submissão. Nesse quadro, foram adicionados ao termo sertão os sentidos "terra desconhecida" e "perigosa", evoluindo a dicotomia para o que está colonizado – o litoral – e o que ainda não foi incorporado pelo colonizador – o sertão (IBGE, 2009, 11).

Com a descoberta do ouro em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, entre o final do século XVII e o início do XVIII, e as consequentes explosão demográfica, acumulação de fortunas, fundação de núcleos urbanos e implantação da pesada burocracia lusitana, sobretudo na região das Minas, os significados negativos atribuídos ao sertão foram reforçados. A concepção do termo irá diferenciar as áreas densamente povoadas e controladas pela Coroa Portuguesa – no

caso, as minas – daquelas em que a rarefação de população e o conflito entre diferentes agentes pelo controle do território serão as determinantes para que a ideia de sertão esteja associada à ausência da lei e da ordem – ou seja, os currais (IBGE, 2009, 12).

Considerado espaço de refúgio e também de oportunidades, a região que começa a se configurar nos Setecentos como sertão dos currais desenvolve no eixo entre o norte de Minas Gerais e o sul da Bahia uma atividade econômica que não requer grandes investimentos nem exige muitos braços: a criação de gado de corte. Economia dependente da extração de ouro e de diamante, a pecuária desenvolve à sua maneira o processo de integração dessa vasta área à totalidade da Colônia, apesar de sua importância menor no ponto de vista do poder lusitano e da persistência de grande desigualdade social[102].

No século XIX, a partir do processo de independência do Brasil e da necessidade de forjar a nação, discutir o que é o sertão e o que fazer com ele torna-se questão central para as elites que anseiam o progresso, pensamento que persevera até meados do século XX. Arrefece a produção de metais, enquanto a pecuária do sertão dos Gerais persiste, continuando, à sua maneira, a exercer atividades econômicas na ampla rede que o integra a alhures. Ainda assim, os poderes políticos e econômicos, que desejavam satisfazer ali seus interesses pessoais[103], encaravam o sertão como lócus da barbárie e do atraso, devido à precariedade econômica, única vertente analisada e, portanto, insuficiente. As elites continuavam lhe enxergando como porção do território nacional em que a atividade econômica não se faz acompanhar da presença do Estado (Moraes, 2003), lugar longínquo e nascedouro da violência gratuita, o que não são verdades absolutas: a escassez, se de um lado radicalizou a disputa em torno dos meios de vida, de outro favoreceu o estabelecimento dos laços de solidariedade necessários para garantir a distribuição regular dos recursos, como formas de inserção dessas populações à estrutura da sociedade brasileira (Franco, 1997, 60-61).

---

[102] "No agreste, depois nas caatingas e, por fim, nos cerrados, desenvolveu-se uma economia pastoril associada originalmente à produção açucareira como fornecedora de carne, de couros e de bois de serviço. Foi sempre uma economia pobre e dependente. Contando, porém, com a segurança de um crescente mercado interno para sua produção, além da exportação de couro, pôde expandir-se continuamente através de séculos. Acabou incorporando ao pastoreio uma parcela ponderável da população nacional, cobrindo e ocupando áreas territoriais mais extensas que qualquer outra atividade produtiva." RIBEIRO, 1995, 340.

[103] O abandono que os diversos sertões do Brasil sofreram no século XIX e as consequentes comparações dualistas entre sertão e litoral se devem, também, à grande valorização da região Sudeste, principalmente da capital colonial, depois imperial, Rio de Janeiro, quando a família real aqui se instala, criando uma desconfortável relação vertical entre as capitanias, conforme observa Maria Odila Dias (2005).

4.1.1. O gabinete e a canoa: dois relatos sobre o sertão dos Gerais que precedem o século XX

É interessante analisar dois documentos selecionados para dialogar com a área de estudo e o autor em questão. Como os relatos sobre o norte da capitania de Minas Gerais durante o século XVIII não são abundantes, decidiu-se por adotar o capítulo "Cultura e opulência do Brasil pelas minas do ouro", de Antonil, que se refere mais exatamente à região das lavras, pela sua importância como irradiadora do povoamento e das atividades econômicas que se espalharam pelo sertão. Para o século XIX, foi escolhido o relato de Richard Burton, pois, por mais que existam outros a serem analisados, como a passagem de Saint Hilaire pelos Gerais, teve peso maior para esta escolha a leitura de uma carta de Rosa enviada a seu pai, na qual consta o seguinte trecho: "...sonho com o dia em que voltarei ao Brasil, daqui a quatro anos, para então tirar o meu ano de licença-prêmio, e consagrá-lo a viajar pelo interior de Minas: descer o rio das Velhas de canoa, ir a Paracatu, e outras excursões" (Galvão, 2008, 193). De acordo com a relação de livros que Suzi Sperber encontrou na biblioteca do escritor, é provável que ele tenha lido o diário de Burton, pois constava na estante.

O passado colonial de nossa formação sempre colocou a questão territorial como de primeira importância ao se pensar projetos de modernização para o país – pensamento que não é recente. A análise dos dois documentos selecionados auxilia esta pesquisa a interpretar o sertão pelo ponto de vista dos grupos dominantes e dos estrangeiros ao longo dos Setecentos e dos Oitocentos, servindo de fontes textuais do processo de ocupação do sertão dos Gerais, cruzando caminhos com o fazer e a formação da própria geografia enquanto conhecimento e ciência. Concordando com Horacio Capel (1999, 60), os documentos são "sempre uma história rigorosamente localizada" e, "Em muitos casos, mistura a narração histórica com a apresentação do território e dos povos que ali habitam, e, em outros, faz proceder toda a história do território pela exposição ampliada e detalhada da sua geografia e de notícias cosmográficas indispensáveis. Mas sempre está atento ao cenário da crônica e suas consequências sobre os acontecimentos", revelando paisagens de um espaço que outrora adotava outras técnicas e portava outra complexidade social.

É, principalmente, no século XVIII, quando a doutrina da Ilustração se alastra e faz urgente a tomada de novos projetos de manutenção e soberania territorial das possessões

lusitanas e a extração aurífera se desenvolve a todo vapor na capitania de Minas Gerais, que se encontra grande produção literária e científica que trata do estado destes anexos tropicais. Entre tantos escritos, uns mais preocupados em apenas narrar e descrever, outros criticando os rumos da sociedade e da economia e ainda apontando para possíveis soluções, mais condizente com estes encontra-se a obra do jesuíta João Antonio Andreoni[104] (Silva, 2007, 35). Apesar de o autor de *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* não ter estado em todas as regiões que aborda – especialmente na capitania de Minas Gerais –, a riqueza do texto e a minúcia em relatar os caminhos que levam às zonas auríferas causaram a fúria das autoridades reinóis que, por ordem imediata de D. João V, apreenderam todos os livros disponíveis logo após sua primeira impressão, em 1711.

A narrativa histórica da descoberta do ouro no sertão[105] de Minas Gerais dos Cataguás, os comentários acerca dos rendimentos dos ribeiros e da qualidade do ouro extraído, a observação da estrutura geológica das terras em que o metal podia ser descoberto e garimpado, a descrição pormenorizada dos quatro caminhos que levavam à zona mineradora, comentando sobre rios, cachoeiras, roças, pousos e vilas, são conteúdos, acima de tudo, geográficos. No entanto, o que interessa são os comentários críticos que Antonil faz da sociedade que compõe a capitania mineira, dando margem para interpretações de uma formação particular e que começa a dar sinais de degeneração moral, graças à busca desenfreada pelo ouro.

Preocupado com a decadência da economia açucareira no Nordeste da América Portuguesa e pasmado com o crescimento desenfreado que a corrida do ouro propiciava a Minas Gerais, Antonil descreve de maneira crítica e negativa a sociedade desordenada, imoral e violenta que se desenvolve na hinterlândia:

> A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa.
> (...)
> Que maravilha, pois sendo o ouro tão formoso e tão precioso metal, tão útil para o comércio humano e tão digno de se empregar nos vasos e ornamentos dos templos para o culto divino, seja pela insaciável cobiça dos homens contínuo instrumento e causa de muitos danos. Convidou a fama das minas tão abundantes do Brasil homens de toda a casta e de todas as partes, uns de cabedal, e outros vadios. *Aos de cabedal, que tiraram muita quantidade dele nas catas, foi causa de se haverem com altivez e arrogância, de*

[104] Conhecido na América Portuguesa por padre Antonil, codinome utilizado na publicação de suas obras.
[105] Na edição utilizada para este estudo, Antonil utiliza o termo sertão a partir da página 218, sempre se referindo a lugares distantes do litoral, onde há mato e ainda não foi colonizado.

> *andarem sempre acompanhados de tropas de espingardeiros de ânimo pronto para executarem qualquer violência, e de tomar, sem temor algum da justiça, grandes e estrondosas vinganças. (...) Os vadios, que vão às Minas para tirar ouro não dos ribeiros mas dos canudos em que o ajuntam e guardam os que trabalham nas catas, usaram de traições lamentáveis e de mortes mais que cruéis, ficando estes crimes sem castigo, porque nas minas a justiça humana não teve ainda tribunal, nem o respeito que em outras partes goza, onde há ministros de suposição, assistidos de numeroso e seguro presídio* (2007; 227, 283-284, grifos meus).

Como a descoberta do ouro se deu no interior da Colônia, distante do litoral e da vigilância da Metrópole, o controle da entrada de pessoas na América Portuguesa que rumavam em busca de riqueza fácil e da mobilidade entre capitanias não foi eficiente. Levas de aventureiros[106] e de desclassificados socialmente na metrópole[107] aportaram na Colônia em direção à capitania de Minas Gerais[108], visto que a longa crise econômica que assolava a Europa já expulsava de Portugal os seus súditos mais desafortunados. Essa leva de vadios[109] seguia para as Minas, atraída pela possibilidade de enriquecimento rápido e fácil. Porém, dado o grande número de pessoas concorrendo na mesma região e todo o sistema administrativo desigual – no qual as datas eram concedidas conforme o número de escravos que cada indivíduo possuísse, o que reduzia a possibilidade de o homem livre pobre possuir a sua lavra –, a desclassificação social era um destino viável para a maioria dos aventureiros[110].

---

[106] Faz-se necessário comentar que a aventura é, na verdade, a busca desesperada por achados economicamente interessantes que conduzam a alguma ascensão social ou garantam a sobrevida desses homens miseráveis. Por isso, não é possível concordar totalmente com o tipo de colonizador "aventureiro" que Sérgio Buarque de Holanda trabalha em *Raízes do Brasil*, afirmando que esse tipo, antônimo do trabalhador, foi o que veio ocupar a América Portuguesa, sem levar em consideração a real necessidade da aventura (1995, 44).

[107] A Europa do século XIV estava combalida por pestes e pela Guerra dos Cem Anos, além de sua população estar se libertando gradualmente das amarras do sistema feudal em direção ao capitalismo mercantil, que, por sua vez, não conseguia absorver toda a população no labor, surgindo então os primeiros desclassificados socialmente. Mais tarde, no século XVII, a Península Ibérica inicia a primeira provável grande crise econômica da Era Moderna: Portugal segue em guerra contra a Espanha, após a Restauração, disputa a Índia com a Holanda, que também ameaça suas possessões africanas, e vê a Inglaterra submetê-la aos seus interesses. A crise se acentua no século XVIII com o tratado de Methuen, a inflação causada pela entrada de metais na metrópole, a migração de reinóis para a Colônia em direção ao trabalho nas minas, a corrupção crescente na arrecadação de impostos, a degeneração da moral cristã e a escassez de metais a partir de 1730.

[108] "Durante os sessenta primeiros anos do século XVIII, a corrida do ouro provocou na Metrópole a saída de aproximadamente 600.000 indivíduos, em média anual de 8 a 10 mil indivíduos" (Souza, 1990, 24). "Em 1709, era 30 mil o número de pessoas ocupadas com atividades mineradoras, agrícolas e comerciais, sem falar nos escravos vindos da África e das zonas açucareiras em retração" (Souza, 1990).

[109] Termo utilizado por Antonil com dois significados, comentados por Laura de Mello e Sousa (1990, 64): serve tanto para homens desprovidos de dinheiro quanto para criminosos e ladrões.

[110] Na análise histórica de Heloísa Starling (1998, 46) sobre o universo social de *Grande Sertão: Veredas*, a desigualdade e a desclassificação pautadas pela posse de bens permanecem além dos Setecentos: o homem que perdia a propriedade, sua única garantia de liberdade, perdia a cidadania e o costume, definido a partir do código ancestral de respeito pela força.

A mineração se estabeleceu sob o signo da pobreza e da conturbação social, marcada, sobretudo, pelo enorme afluxo de gente que acudiu ao apelo do ouro e cuja composição social se apresentava bastante heterogênea. Mais do que em qualquer outro ponto da Colônia, foi nas Minas a maior instabilidade social, a itinerância, o imediatismo, o caráter provisório assumido pelos empreendimentos (Souza, 1990, 66). O denso processo de urbanização que as áreas encabeçadas por Vila Rica e pelo arraial do Tijuco conheceram não conseguiu absorver toda a massa de livres pobres que para lá fluía, principalmente a partir de 1730, quando o ouro começa a escassear.

As entradas no sertão das Minas em busca de novas jazidas e visando o estabelecimento dos primeiros arraiais auríferos se fizeram sob o signo do aproveitamento dos míseros desclassificados sociais nas bandeiras que entravam pelo mato. O recrutamento de vadios, estimulado pelo governo da capitania, explicava-se por evitar que os cativos entrassem no sertão, uma vez que seus braços eram necessários na mineração, ao mesmo tempo em que as frentes de povoamento auxiliavam na expansão das fronteiras de uma Colônia sem limites definidos. E sendo o sertão uma paragem longínqua, tornava-se abrigo ideal para o perseguido pela lei, que, não estando diretamente sob o poder da Coroa[111], assim como os outros desclassificados que para lá se espalhavam, construía o sertão, provisória e economicamente dependente da região do ouro, no qual a violência adquire relevância na disputa pelo poder ou mesmo como forma de garantir o próprio sustento e o respeito por homens sem dinheiro.

Entre as duas centúrias mencionadas, ainda no século XIX, após a abertura dos portos aos estrangeiros e o processo de independência do país, o viajante inglês Richard Burton, em sua expedição de 1867 pela província de Minas Gerais, descendo o rio das Velhas de canoa a partir de Sabará e chegando ao oceano Atlântico após navegar pelo rio São Francisco, fez comentários ao longo de todo o trajeto, enfatizando a particularidade dessa região, com destaque para a importância secundária que a produção econômica tem após o declínio do ouro:

> Senti-me abatido com esse contato com a minha espécie. Era o Presente, em sua forma mais nua, mais prosaica; o brilhante calidoscópio da vida civilizada aqui assumia o triste aspecto de uma forma variável e de uma cor imutável. Não há pobreza, muito menos miséria; não há abastança, muito menos riqueza. Não há objetivo; não há progresso, onde o progresso poderia existir tão facilmente; não há choque de opiniões entre um

[111] Poder de presença muito deficiente, mas que, quando se fazia efetivo nas zonas da mineração, abusava da violência, desagregando as relações sociais e dispersando ainda mais a população desclassificada para os sertões, que não encontrava lugar num regimento que só tinha olhos para a extração mineral.

> povo a que não falta, todavia, inteligência. A existência é, de fato, uma espécie de "Nihil Album", cuja negra variedade é a Morte. Prefiro o barbarismo real, vigoroso, a uma semicivilização tão apática (62-63).

Burton nota também a violência que ainda é consequente da cobiça do que restou do garimpo: "um diamante excepcional, nessas terras atrasadas, é, em geral, responsável pelo menos por um assassinato" (81). Ao tratar das pessoas que vê além de Curvelo, retifica o que Antonil comentou anteriormente: "Muitos são inválidos crônicos (...) Havendo pouco o que fazer, a libertinagem é extrema. Os homens passam metade da noite conversando e fumando, jogando e cantando (...) Isso, naturalmente, concorre também para a miséria, a ignorância e o atraso. (...) O gênero vadio não falta (...)" (161).

A dificuldade de comunicação com regiões economicamente mais prósperas, que isola mais ainda o sertão[112] e o empobrece, é constantemente repetida no diário de Burton, revelando suas materialidades rarefeitas no momento em que passava por ele: "As 'estradas naturais', quer dizer, os piores caminhos abertos pelos pés dos caminhantes e onde jamais se viu o sulco de uma roda de carroça, acompanham tanto as margens do rio das Velhas como as do São Francisco" (183-184), dificultando maior articulação com outras áreas. Em outros momentos, como no primeiro excerto, o viajante menciona o povoamento das margens do mesmo rio, entre Guaicuí e São Romão, destacando certa organização; no excerto seguinte, na altura da foz do rio Paracatu, comenta sobre um povoado e seu estado após o declínio do ouro e dos diamantes:

> Essa parte do Rio São Francisco, e, em verdade, podemos dizer, todo o curso, é mais civilizada, mais povoada e menos pitoresca do que o Baixo Rio das Velhas; dificilmente viajávamos uma légua sem avistarmos ranchos ou roças. Apressamo-nos e às cinco e meia da tarde encostamos em uma praia de areia; subindo o escarpado barranco, chegamos a uma casinhola, cercada por uma rocinha de mandioca, bananeiras enfezadas e algodão, que parece dar bem em qualquer lugar. (...) Havia um forno de olaria construído na margem do rio (...) (196).
> Nos velhos tempos, aquele vale chegou a exportar centenas de arrobas de ouro; as lavras das margens estão esgotadas, mas o leito do rio ainda é muito rico, (...) antigamente, os ativos e enérgicos habitantes ribeirinhos forneciam carne e cereais ao Baixo São Francisco, até Juazeiro, a 700 milhas de distância. Nosso informante declarou que a atividade principal da região é a criação de gado, embora a agricultura também seja praticada, e que o bom terreno de massapé pode produzir frutas em grande quantidade, especialmente mangas (198).

[112] De acordo com explicação ouvida por Burton, descrita em seu diário, sertão significa "terras distantes dos povoados de mineradores e onde não há minerações" (84). Mais adiante, ele afirma ser a palavra contração do aumentativo "desertão" (143) e parece concordar com a última explicação, pois ao passar por Curvelo, tida como a última povoação que faz fronteira com o sertão, nota na página 153 a solidão do sertão dos Gerais e o atraso dos povoamentos dispersos nas margens do rio das Velhas.

A visão de Burton deixa claro o pensamento dominante nos Oitocentos: a ideia de progresso como sinônimo de espaços funcionalmente econômicos, dinâmicos e integrados. Ao longo de todo o seu relato, mescla observações sobre as potencialidades econômicas por onde vai passando – como a construção de pontes sobre rios, a rusticidade das lavouras e criações e a provável existência de minerais que ainda não foram extraídos –, associadas ao deslumbre com a paisagem natural do cerrado, que também é vista como recurso natural a ser apropriado. No século XIX, o progresso era um imperativo ligado principalmente ao espaço, sobretudo nos Estados recém-formados na América Latina, o que justificava medidas radicais de supressão do que os grupos dominantes consideravam como barbárie[113].

No caso de Antonil, seus escritos do século XVIII são evidências da degeneração social que a lógica da mercadoria causa na população livre pobre da Colônia: a dispensa dessas pessoas do serviço compulsório as impele a buscar variadas formas de sobrevivência e inserção social. Para isso, elas se valem da mobilidade, largando as relações de dependência dos senhores das lavouras de cana-de-açúcar no Nordeste, transgredindo as normas sociais do período – visto que para enriquecer usavam de artifícios diversos –, aventurando-se ou mesmo buscando a liberdade em áreas onde tanto a Coroa tinha representação mais frouxa, quanto as possibilidades de enriquecimento eram maiores, numa sociedade mais flexível[114].

Compreender a riqueza dos documentos que antecedem os estudos institucionais da geografia no país e que revelam paisagens e relações sociais de maneira tão profunda é tarefa essencial para entender o complexo processo de territorialização do sertão do norte de Minas

[113] De acordo com Maristela Svampa, na Europa do século XIX (de onde veio Burton), a ideia de civilização se baseava no modelo europeu de desenvolvimento político, econômico e social, numa concepção linear de desenvolvimento histórico na qual tudo o que não se encaixava no modelo europeu ocidental estava fadado à barbárie. Para ela, a ideia de progresso, embutida na de civilização, não só encontrará suas fontes no desenvolvimento da ciência moderna, mas também no surgimento do nacionalismo e na luta pela liberdade política e religiosa. O progresso condensará assim a crença no perfeccionismo humano (e com ele a confiança em que as leis e as instituições podiam moldar o caráter dos homens) e na unidade do gênero humano, expressa na ideia da cooperação entre os homens (cuja tradução será a solidariedade econômica e, ainda mais, o dogma da divisão internacional do trabalho) (1994, 18).

[114] A preocupação do jesuíta era justificável, pois "O contraste dessa condição com a vida dos engenhos açucareiros devia fazer a criação de gado mais atrativa para os brancos pobres e para os mestiços dos núcleos litorâneos. Acresce que o negócio açucareiro, além de exigir capitais enormes, que excediam às possibilidades da gente comum, só admitia uns poucos trabalhadores especializados entre a classe de senhores e a massa escrava. A própria rigidez da disciplina de trabalho no engenho devia torná-lo insuportável para o trabalhador livre e, mais ainda, para gente afeita à vida aventurosa e vadia dos vilarejos litorâneos. Por tudo isso, muitos mestiços devem ter-se dirigido ao pastoreio, como vaqueiros e ajudantes, na esperança de um dia se fazerem criadores. Desse modo proviam uma oferta constante de mão-de-obra, tornando dispensável a compra de escravos" (Ribeiro, 1995, 343).

Gerais e sua relação com o Brasil. Busca-se quais são os diálogos possíveis entre a literatura dos documentos e a literatura de ficção de Rosa, que, neste caso, possam auxiliar no esboço de um retrato do Brasil em que as formas particulares de desenvolvimento do capitalismo geraram contradições específicas, presentes e constantes em sua formação.

4.2. O sertão e a formação do Brasil

Considerando o sertão rosiano como uma alegoria do Brasil, torna-se melhor compreensível o aparecimento das contradições presentes neste espaço. Estas fazem parte da formação do país, pois, "Nação colonial e pós-colonial, o Brasil já surge na órbita do Capital e como empresa dele, mas se estabelece e evolui com base na utilização maciça, praticamente exclusiva e multicelular, do trabalho escravo", escreve José Antônio Pasta Júnior (1997, 166)[115] em artigo que conecta o sertão rosiano aos problemas que acompanham o Brasil até a atualidade, como os carmas do mandonismo e do escravismo (Wisnik, 2002, 190). Fernando Novais (2001) também desenvolve em estudo o quão integrada estava a América Portuguesa ao sistema capitalista mundial, desde o pioneirismo de sua ocupação, incumbida de fornecer gêneros de interesse comercial que proporcionassem acumulação de riqueza para determinados países da Europa ocidental. No trabalho de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997), a autora conjuga a existência de produção mercantil voltada para a exportação e a produção de subsistência para o consumo interno, estabelecendo relações que interligam comércio mundial e circulação e consumo de produtos no interior das fronteiras brasileiras.

Como uma particularidade da formação colonial e pós-colonial, o sertão mineiro já nasceu moderno porque está incorporado aos fluxos econômicos desde a origem de sua ocupação, entre os séculos XVII e XVIII. A pecuária de corte, assim como a própria busca de metais, desde o início integra esse espaço ao mundo da mercadoria, ao mesmo tempo que contribui para a circulação econômica interna e para a construção do que viria a ser o Brasil.

De acordo com Caio Prado Junior, a zona pecuária de Minas Gerais, localizada ao norte da capitania, é um prolongamento geográfico e histórico da Bahia. Seu povoamento se deu por meio

[115] Deve-se atentar para o fato de que o capitalismo não chega aqui "pronto", devendo apenas ser instalado na Colônia. Ele se desenvolve em terras coloniais, simultaneamente a todas as outras partes onde já estava presente, não sendo o escravismo uma exclusividade de seu processo no Brasil.

das fazendas de gado que subiram o rio São Francisco ao longo do século XVIII, alcançando o afluente rio das Velhas (cujo desenvolvimento era estimulado pelas atividades subsidiárias da mineração), para abastecer de carne e couro a população que se estabelecia nas áreas garimpeiras[116]. Com ocupação rala e dispersa sobre um meio relativamente hostil[117], as fazendas se alastraram conforme crescia o consumo do litoral e das minas e porque sua instalação não exigia grandes investimentos. Sendo assim, o autor salienta a facilidade de estabelecimento desta empresa sertaneja:

> Levantada uma casa coberta pela maior parte de palha – são as folhas de carnaubeira que mais se empregam – feitos uns toscos currais e introduzidos os gados (*formar os cascos*, como se dizia), estão povoadas três léguas de terra e formada uma fazenda. Dez ou doze homens constituem o pessoal necessário. Mão-de-obra não falta, e não havendo escravos, bastam destes mestiços de índios, mulatos ou pretos que abundam nos sertões, e que, ociosos em regra e avessos em princípio ao trabalho, têm uma inclinação especial para a vida aventuresca e de esforço intermitente que exigem as atividades da fazenda (2006, 191; grifos do autor).

A última frase da citação requer atenção, sobretudo porque toca na questão do povoamento do sertão mineiro. Ao tratar do povo e as diversas maneiras que ele procura a sobrevida num sertão inserido no sistema colonial – que é parte da lógica produtora de mercadorias –, deve-se levar em conta que este impõe uma determinada condição de vida (ou sobrevida) a esses homens e mulheres que se caracterizam como sertanejos. Para Alfredo Bosi a condição é um termo que atinge experiências mais difusas do que as regularidades da produção e do mercado, tocando em modos ou estilos de viver e sobreviver. Em um trabalho que procura entender o que é o sertão a partir de um texto ficcional, onde quem explica essa particularidade é a voz de personagens sertanejos, torna-se necessário compreender qual é a condição sertaneja,

---

[116] "Outros núcleos de povoamento tiveram origem em atividades subsidiárias da mineração ou que a elas se substituíram quando começa a decadência das explorações na segunda metade do século XVIII. (...) A carne, elemento essencial da alimentação da colônia, foi fornecida pelo gado que vinha das fazendas estabelecidas ao longo do curso médio do São Francisco (Bahia). Estimuladas pelo mercado próximo, as fazendas subiram mais a margem do rio, alcançando o território que é hoje mineiro, e penetram até o rio das Velhas. Povoou-se assim uma área contígua ao norte dos centros mineradores." PRADO JR., 2006, 57.

[117] Pois não se pode dizer que o meio natural do sertão mineiro, cuja cobertura vegetal é de cerrados, é o mesmo que os sertões referentes ao semiárido nordestino, coberto por caatingas. Nisso, Regina Sader e Magali Bueno afirmam: "Guimarães Rosa fala de outro sertão, onde as veredas são riachos que cortam os chamados campos gerais, e a vegetação é composta pelo cerrado e pelas matas ciliares" (2003, 51), discordando de Caio Prado Jr., para quem apesar de não se verificar no sertão mineiro secas propriamente, "a vegetação é semelhante, a topografia também. E o que sobretudo identifica estas regiões, 'os gêneros de vida humana', são iguais em ambas" (2006, 197).

quais as suas origens e como ela se desdobra no capiau, no jagunço, enfim, nas muitas facetas que apresenta[118].

O estudo de Laura de Mello e Souza, intitulado *Desclassificados do ouro – a pobreza mineira no século XVIII* (1990) investiga as origens da população que passaria a ocupar a capitania de Minas Gerais, recebendo da autora o rótulo de desclassificados socialmente. A pesquisa mostra que esses aventureiros, oriundos em boa parte da própria Metrópole, eram na verdade homens pobres que, saindo das coações feudais e sem acesso à propriedade dos meios de produção, estavam se tornando trabalhadores livres, sem opção alguma a não ser vender a própria força de trabalho para o capital. A descoberta de reservas auríferas na Colônia desencadeou um movimento migratório maciço em direção às minas, ao mesmo tempo que no Velho Mundo crises econômicas já afligiam a população entre os séculos XVII e XVIII[119].

Mas a mobilidade não foi apenas da Metrópole para as minas, pois a mineração estimulou um fluxo intenso dentro das ainda frágeis fronteiras coloniais. Tanto que para Caio Prado Junior o sertão se constituiria como refúgio para negros e mestiços provindos do litoral, escapos da justiça, e para aqueles homens livres pobres que buscavam sobreviver, embrenhando-se no sertão à procura de novos achados que lhes proporcionasse enriquecer.

---

[118] "Distingo os termos *sistema* e *condição* para marcar nitidamente as notas desse acorde que parece justo e consonante a alguns ouvidos, mas dissonante e desafinado a outros. Por *sistema* entendo uma totalidade articulada objetivamente. O *sistema colonial*, como realidade histórica de longa duração, tem sido objeto de análises estruturais de fôlego, (...).
A vida econômica nos três primeiros séculos da colonização portuguesa no Brasil travou-se por meio de mecanismos que podem ser quantificados, pois se traduzem em números de produção e circulação, isto é, em cifras de bens e de força de trabalho. (...)
Quanto ao termo *condição*, atinge experiências mais difusas do que as regularidades da produção e do mercado. *Condição* toca em modos ou estilos de viver e sobreviver. Fala-se naturalmente em *condição humana*, não se diz jamais *sistema humano*. E não por acaso.
A condição senhorial e a condição escrava supunham um desempenho de papeis no sistema produtivo, objeto de uma análise funcional da economia do açúcar, mas não se reduziam ao exercício das ações correspondentes a esses mesmos papeis. *Condição* traz em si as múltiplas formas concretas da existência interpessoal e subjetiva, a memória e o sonho, as marcas do cotidiano no coração e na mente, o modo de nascer, de comer, de morar, de dormir, de amar, de chorar, de rezar, de cantar, de morrer e ser sepultado" (Bosi, 2006, 26-27; grifos do autor).

[119] Sobre as grandes navegações portuguesas que antes da descoberta das minas atraíam a gente pobre em busca de riqueza nos trópicos e a associação ao feito com a poesia épica de Camões, escreve Bosi: "A viagem e todo o desígnio que ela enfeixa aparecem como um desastre para a sociedade portuguesa: o campo despovoado, a pobreza envergonhada ou mendiga, os homens válidos dispersos ou mortos, e, por toda parte, adultérios e orfandades. 'Ao cheiro desta canela / o reino se despovoa', já dissera Sá de Miranda. (...)
O Velho do Restelo e a gente do povo que assistiam à partida de Vasco da Gama seriam provavelmente, meio século depois, os migrantes sem eira nem beira que demandariam terra e trabalho na Índia, na África e no Brasil. E as suas vozes já não encontrariam um poeta da altura de Luís de Camões para ouvi-las e trazê-las à página impressa" (2006, 44-46).

A informação de que no sertão "Mão-de-obra não falta, e não havendo escravos, bastam destes mestiços de índios, mulatos ou pretos que abundam nos sertões" é indicadora da presença do trabalhador livre no interior da sociedade escravista, ou seja, desses homens na condição de desclassificados, tidos como dispensáveis ao sistema produtor de mercadorias voltado para o mercado externo. Frutos da constante instabilidade econômica da Colônia, esses vadios, nos dizeres de Caio Prado Junior, viviam do mínimo necessário à sobrevida, recorrendo, não raro, à violência. Essa massa de desclassificados seria a parte da sociedade colonial considerada pelo autor como "inorgânica", justamente pela pecha de inútil dentro do sistema escravista e presente sobretudo no sertão mineiro, onde se aventuravam em busca do Eldorado.

A formação de uma camada "inorgânica" na hinterlândia colonial aparece como uma particularidade dentro da América Portuguesa. Ela culmina no sertanejo, na condição de livre pobre[120]. A partir da leitura de Caio Prado Junior, Laura de Mello e Souza comenta que o sertão mineiro foi a "válvula interna da colônia", área para onde foram aqueles que não se adaptavam ao sistema colonial. No entanto, deve-se lembrar que esses homens, na condição de desclassificados socialmente, não se adaptavam relativamente porque, inseridos num sistema com base escravista cujo sentido era a produção de riqueza voltada para o mercado externo, não tinham serventia dentro da ordem colonial, mas ainda assim produziam mercadoria. Buscar meios de sobrevida numa vasta área que se voltava para o abastecimento interno da Colônia, com uma organização produtiva que não se restringia àquela que produzia para além-mar, era uma possibilidade concreta de inserção no sistema colonial.

> Numa colônia cujas fronteiras ainda eram móveis e provisórias, cujos limites só seriam traçados em 1777 – mas que, até o século XX, seriam redefinidos –, a expansão e as frentes de povoamento eram extremamente importantes. O aventurar-se num sertão inóspito, desconhecido e cheio dos nativos da terra era uma empresa arriscada; muitos o faziam tendo em vista a riqueza rápida que daí poderia advir, recrutando vadios,

[120] Sobre o sertão e os sertanejos, coloca Caio Prado Junior: "O sertão oferece a liberdade, o afastamento de uma autoridade incômoda e pesada. Aí a lei é a do mais forte, do mais capaz, e não a de classes favorecidas. Representa por isso uma válvula de escapamento para todos os elementos inadaptáveis ou inadaptados que procuram fugir à vida organizada dos grandes centros de povoamento da colônia. E deles, os mais numerosos são naturalmente os que suportam o maior ônus de tal organização, os que trazem estampados na pele o estigma de uma raça bastarda e oprimida: os negros e seus derivados mais escuros. No sertão, confundidos com a população de origem indígena, num pé de igualdade que as circunstâncias do meio impõem, cruzam-se em larga escala, dando este tipo, o *sertanejo*, de tão singular definição psicológica e étnica. A infusão do sangue branco não representa neste complexo senão parcela mínima; e tão diluído que sua contribuição quase desaparece" (2003, 113-114; grifo do autor). A visão do autor sobre o sertanejo é claramente pejorativa, considerando-se o contexto em que escreveu o livro aqui analisado. Participa desta opinião Darcy Ribeiro, para quem o sertanejo possui uma cultura atrasada e defasada, quando comparada à da gente do litoral (1995, 355).

> criminosos e toda a sorte de infratores para engrossarem a expedição. Por outro lado, dada a dificuldade de lá chegar o braço da Justiça, a paragem longínqua era atraente ao perseguido pela lei. Sob coação ou por livre e espontânea vontade, os desclassificados – eles mesmos, fímbria da sociedade – se localizaram com frequência na fronteira geográfica, nas zonas remotas que, muitas vezes, eram alvo da disputa de duas ou mais capitanias, que brigavam pela sua jurisdição (Souza, 1990, 82).

Desta maneira, deve-se considerar que por mais que os sertanejos componham essa camada social que aparentemente não se adequa ao sistema colonial, na verdade são parte da ordem produtora de mercadorias, visto que a colonização foi um projeto totalizante. É importante salientar que a visão de Caio Prado Junior sobre o sertanejo como tipo social oriundo dessa camada "inorgânica" incorre na visão dualista: seu trabalho relaciona a formação desse tipo à aparente desordem da atividade mineradora e, consequentemente, da região sertaneja, chegando a afirmar no capítulo "A grande lavoura" que a agricultura nos moldes da *plantation* era a verdadeira riqueza da Coroa, que, comparativamente ao povoamento do sertão, formaria uma sociedade "orgânica". Essa massa de aventureiros que o historiador analisa estava na verdade presente em todos os cantos da Colônia, era fruto desse mesmo sistema produtor de mercadorias que dava sentido à colonização da América Portuguesa[121] em todos os espaços onde a representação reinol se fazia.

Esses livres pobres ocuparam o sertão, exploraram da maneira que puderam os bens que o meio oferecia, submeteram aborígenes ou outros grupos que encontraram e também sofreram as variadas formas de violência que a produção de riqueza impôs. Mas havia mais por trás da imposição econômica; a cultura que esses sertanejos materializaram no solo não se limitou à

[121] A visão do historiador parece concordar com aquela feita há mais de duzentos anos antes pelo padre jesuíta Antonil, para quem as verdadeiras minas de ouro de Portugal eram os engenhos de açúcar no Nordeste da Colônia. A visão de Caio Prado Junior sobre a ocupação dos sertões – e, consequentemente, sobre os sertanejos – se apresenta consideravelmente negativa, carente de qualquer ordem, conforme o seguinte excerto: "É entre estes desclassificados que se recrutam os bandos turbulentos que infestam os sertões, e ao abrigo de uma autoridade pública distante ou fraca hostilizam e depredam as populações sedentárias e pacatas; ou pondo-se a serviço de poderosos e mandões locais, servem os seus caprichos e ambições nas lutas de campanário que eles entre si sustentam; (...) o arrolamento dos indivíduos sem eira nem beira nas milícias particulares dos grandes proprietários e chefes locais ainda constitui um penhor de segurança e tranquilidade, porque canaliza sua natural turbulência e lhes dá um mínimo de organização e disciplina. Entregues a si mesmos, eles manteriam o sertão despoliciado em constante polvorosa, e normalizariam o crime" (2002, 284). Deve-se considerar que seu livro *Formação do Brasil contemporâneo*, assim como *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, se enquadra numa fase em que intelectuais brasileiros discutiam em ensaios as teorias da *formação* do Brasil, estando evidente nos textos produzidos o incômodo desses intelectuais de serem parte de um país visto como atrasado devido a um passado escravista e defeituoso.

técnica; imersos no mundo do fetiche da mercadoria, criaram seus valores, práticas e símbolos, que foram se enraizando naquele espaço e que só reforçaram a sua particularidade[122].

Assim, sobrevivendo e se reproduzindo socialmente num espaço de fronteiras em definição e buscando ajustar-se ao sistema colonial ao mesmo tempo que esse criava no seio sertanejo tantas contradições, é notório que o sertão acaba sendo parte de um processo de territorialização do capital, que começa no século XVII. Considerando-se a asserção de Rogério Haesbaert em seu estudo sobre o território, que diz que "O território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido" (2007, 78), a afirmação de que o sertão já nasce como território desde os Setecentos tem peso, principalmente levando-se em conta que as "relações culturais" englobam um conjunto de técnicas de produção historicamente datadas. E ainda, valendo-se da constatação do mesmo autor (2007, 339), de que não há homem ou grupo social sem território – ou seja, sem relação de dominação ou apropriação do espaço, seja de caráter material ou simbólico –, a ideia de que os sertanejos, sujeitos sujeitados ao mundo da mercadoria e ao mesmo tempo marginalizados dentro desse sistema, buscam no sertão, espaço dominado pelo capital, maneiras de manter as relações sociais que garantam sua sobrevivência.

Desta maneira, sendo o sertão um espaço ocupado por funções econômicas e por relações sociais complexas, e aderindo-se à ideia de que não existe território sem população, ele é, sem dúvida, território, pois seu processo de ocupação envolve interesses e relações de poder. Nele desenvolvem-se atividades específicas, como a produção pecuária, ali territorializadas desde o século XVII, pois a pecuária se efetiva economicamente devido, entre outros motivos, ao processo de reprodução de fazendas em que o gado é deixado solto no sertão e aos recursos naturais existentes, como vastas terras, barreiros de sal, campos gerais naturais e outras condições que não eram apreciadas pela produção voltada para o mercado externo, como a

[122] "Cultura é o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social" (Bosi, 2006, 16). Para complementar essa interpretação, adiciona-se a breve explicação de Darcy Ribeiro para a cultura sertaneja: "Conformou, também, um tipo particular de população com uma *subcultura* própria, a sertaneja, arcada por sua especialização ao pastoreio, por sua dispersão espacial e por traços característicos identificáveis no modo de vida, na organização da família, na estruturação do poder, na vestimenta típica, nos folguedos estacionais, na dieta, na culinária, na visão de mundo e numa religiosidade propensa ao messianismo" (1995, 340; grifo meu). O termo grifado alude a uma visão pejorativa da cultura sertaneja, algo melhor visualizado quando o autor afirma na página 355 de seu livro que o sertanejo tem uma cultura defasada em relação à gente do litoral, e que tanto a jagunçagem quanto a religiosidade são traços do atraso que impera no sertão.

própria dificuldade de se ter acesso a um porto[123]. Assim, o capital pecuarista sertanejo se territorializou.

Admitindo-se o sertão como um território do capital, cuja ocupação tem como sentido a produção de mercadorias que visam abastecer o mercado interno, o comércio de carne e couro passa a incluir a área como parte da divisão do trabalho organizada com a mediação das mercadorias, tornando-a, no alvorecer da mineração, parte da estrutura que permite a exploração do ouro. A materialidade desse território, transformada pelo processo particular de acumulação de capital, é que forma a região pecuária que abarca o norte de Minas Gerais[124].

> O que preside o processo de constituição das "regiões" é o modo de produção capitalista, e dentro dele, as "regiões" são apenas espaços socioeconômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a "região" exatamente pela sua predominância e pela consequente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma em que são *personas* do capital e de sua contradição básica (Oliveira, 1977, 30; grifo do autor).

As relações regionais de produção são submissas à sociedade produtora de mercadorias. No entanto, apesar do caráter totalizante da segunda, a regionalização é marcada por particularidades importantes, que conferem à área uma aparência de autonomia em relação ao todo (Toledo, 2008, 231). No caso deste estudo, as atividades que surgem complementares à extração mineral são determinadas pela lógica da mercadoria e se desenvolvem segundo padrões locais e regionais, como a atividade pecuária. Esta evidencia características regionais que passam a ser territorializadas pelos poderes locais, ainda que submetidos à lógica do comércio externo. Observa-se, portanto, que vagarosa, mas progressivamente, as correntes de comércio, incluindo a pecuária bovina, vão atravessando a Colônia e posteriormente, o país (Franco, 1997, 12):

> A enorme região denominada São Francisco-Montes Claros teve como seus primeiros povoadores criadores de gado de corte oriundos da Bahia. Durante o século XVIII houve uma certa atividade extrativa, mas já naquele século e no seguinte a região se voltava

[123] Para melhor definição do conceito, Haesbaert cita Storper (1994): "Uma atividade pode ser definida como territorializada quando sua efetivação econômica depende da localização (dependência do lugar) e quando tal localização é específica de um lugar, isto é, tem raízes em recursos não existentes em muitos outros espaços ou que não podem ser fácil e rapidamente criados ou imitados nos locais que não os têm" (2007, 185).

[124] Levando-se em conta o fetichismo da mercadoria, o qual coloca em foco a sua desnaturalização como forma de mediação da reprodução das relações de produção da sociedade, Carlos Toledo acrescenta que: "Vista desta forma, cada produção de mercadorias é uma das formas particulares que a acumulação de capital assume. A regionalização emerge no Brasil colônia de uma forma particular de territorialização, cujo sentido é a produção de mercadorias" (2008, 11).

> para sua vocação pecuarista em combinação com uma agricultura de subsistência (Jesus, 2007, 87).

Apesar de ser o gado a mercadoria predominante no sertão mineiro, a região chegou a ter uma sutil diversificação nas mercadorias produzidas. Caio Prado Junior chega a falar em produção algodoeira entre as capitanias de Minas Gerais e Bahia, mas afirma que a distância em relação aos portos e a precariedade da produção e dos meios de transporte acabaram abortando a possibilidade de uma empresa de maior vulto (2002, 151-152). Na viagem de canoa entre o rio das Velhas e o rio São Francisco, feita na segunda metade do século XIX, o britânico Richard Burton comenta em seu diário *Viagem de canoa de Sabará ao oceano Atlântico* (1977, 196;198) sobre a paisagem e a diversidade de culturas que via ao navegar por terras sertanejas, com excertos já colocados anteriormente.

O que se observa com o processo de independência da América Portuguesa é que o território nacional, incluindo a continuidade das formações regionais, foi a grande herança da colonização lusitana (Magnoli, 2003; Toledo, 2008, 20). Trata-se, portanto, do processo de modernização, compreendendo-se sua dinâmica apenas se se abordar a mediação das relações sociais por coisas. Tal processo, que envolve a formação do Estado nacional sobre o contexto da formação colonial, precisa, conforme coloca Carlos Toledo, "organizar suas formas de controle sobre o trabalho conforme formulado por Marx como acumulação primitiva (...). Este processo faz como que a acumulação de capital possa passar a prescindir do uso da violência direta para obter trabalho" (2008, 20). Conforme visto na análise dos contos, a violência executa enorme papel para impelir a população sertaneja a produzir riqueza para aqueles que personificam a terra e o capital, reforçando a ideia de que o sertão é área onde a violência é territorialmente condicionada.

Pelo que foi exposto até então, se o sertão já nasceu como território do capital e com uma produção regional organizada, sua carga de historicidade não permite a naturalização do termo. Rogério Haesbaert (2007, 53) coloca que não existem territórios "naturais", ou seja, desvinculados de relações sociais, e é com isso que este capítulo concorda. Naturalizar a palavra sertão, referindo-se a ela como nada mais que um espaço físico delimitado, é desconsiderar sua gênese e a alta carga de valores simbólicos a ela associada; é não levar em conta o sertão como região constituída no processo de desenvolvimento do capitalismo mundial, do qual tanto o Brasil quanto as suas próprias regiões são parte, nem considerar as contradições presentes.

A referência ao sertão como vasto espaço vazio, natural e deserto é corriqueira, sobretudo após o Brasil ter despontado como Estado independente, pois mesmo com a criação da Guarda Nacional, que forçaria as condições regionais no sentido de produzirem excedentes – o que criou uma forma de organização social voltada para a acumulação de capital e culminaria no coronelismo –, as pesquisas e os projetos para esta região continuaram negando a sua longa participação no sistema produtor de mercadorias moderno. Essa visão se justificava porque o Estado recém-formado não estava ainda territorialmente coeso, necessitando de um poder centralizado que organizasse suas distintas regiões para a produtividade econômica.

Com a abolição do trabalho escravo, a região sofreu transformações, mas não deixou de ser território do capital, ou seja, conforme coloca Carlos Toledo, "o sentido do processo se mantém e continua a ser imposto pelas personificações do capital, que a partir deste momento terão de organizar novas relações de trabalho" (2008, 104-105)[125]. É nessa passagem do trabalho compulsório para o assalariado que se compreende a importância da formação de um contingente de homens livres e expropriados, para permitir o processo de industrialização no Brasil – apesar de que o processo regional de expropriação do trabalhador, que o aproxima gradualmente das relações capitalistas, só se completa no fim do século XX. Nessa transição a família tem peso relevante: ela é instituição historicamente determinada, parte da ideologia de igualdade no capitalismo e, após a abolição, sua reprodução precisa ser estimulada para que se produza força de trabalho na região. No sertão, a família trabalhadora foi formada, mas suas relações de trabalho ficaram por muito tempo distantes da autonomização pela forma salarial, sobrevivendo das relações de favor presentes na sociabilidade sertaneja[126].

São essas formas particulares de relações sociais, oriundas certamente de um passado colonial, que causavam incômodo entre aqueles intelectuais que pensavam o país. As dificuldades de transição do trabalho escravo para o assalariado e mesmo a negação em entender o passado colonial como parte do capitalismo mundial moderno causavam grande constrangimento naqueles que viam como único horizonte o europeu. Analisando a obra de Machado de Assis e os aspectos particulares da ex-Colônia que o escritor explorava na sua

[125] "A passagem da acumulação primitiva para a acumulação capitalista não é linear nem simultânea. A reificação da forma mercadoria une os processos produtivos que estão separados no espaço e no tempo. Os processos produtivos aparecem como relações entre coisas; as formas autonomizadas do capital, seus momentos comercial e industrial não se excluem necessariamente, estabelecem relações de supremacia." TOLEDO, 2008, 49.

[126] TOLEDO, 2008, 192. Nos capítulos referentes aos contos, as relações que envolvem a reprodução da família no sertão mineiro são melhor exemplificados.

ficção, Roberto Schwarz consegue expor as principais contradições que perturbavam os projetos de progresso para o Estado brasileiro:

> Explorados pela inventiva do romancista, esses aspectos ganhavam conectividade e expunham a teia de suas implicações, algumas das quais muito modernas, além de incômodas. As peculiaridades prendiam-se a) ao padrão patriarcal; b) ao nosso *mix* de liberalismo, escravidão e clientelismo, com os seus paradoxos estridentes; c) à engrenagem também *sui generis* das classes sociais, inseparável do destino brasileiro dos africanos; d) às etapas da evolução desse todo; e e) à sua inserção no presente do mundo, que foi e é um problema (ou uma saída) para o país, e aliás para o mundo (2006).

O sentimento de incômodo entre os intelectuais e os homens que governaram o país entre fins do século XIX e a primeira metade do século XX os impelia a buscar respostas não apenas para as causas gerais do atraso, mas para a desigualdade regional brasileira. Contagiados pelos valores modernos esclarecidos coexistentes a uma fase de transição política e econômica que ansiava pelo progresso, entre eles a visão de um Brasil dividido em dois ganhou força – litoral civilizado e moderno, interior bárbaro e atrasado –, o que estimulou a criação de projetos que visassem acabar com tal dualismo, propondo aniquilar aquilo que não harmonizava com o litoral, espaço considerado como mais suscetível às correntes modernizantes[127]. Julgado apenas nas negatividades a partir de um modelo d'além mar, o sertão foi qualificado por três ideias básicas: doença, abandono e parasitismo, elemento mais típico da nacionalidade (Lima, 1999, 109), reinando nas teorias que fazia o sertão estar parado no tempo.

Assim, o sertão foi concebido pelo pensamento da época como espaço dominado pela natureza e pela barbárie. Tomando esse pensamento como definidor da região, justificava-se um sem número de projetos modernizantes para o vasto interior do país[128], como a promoção de expedições sanitaristas que tinham a incumbência de registrar a necessidade de intervenção do

[127] A *intelligentsia* brasileira sofreu influência também da instituição da República. A partir de 1870, os estudos buscavam "descobrir uma dicotomia à qual possa ser racionalmente atribuída a origem das crises" (Lima, 1999, 29), buscando as origens do país no passado colonial e propondo alternativas políticas para a sua superação.

[128] A ideia de "interiorizar" a capital federal já está na Constituinte de 1823, com José Bonifácio. "A despeito da transferência só ter sido efetivada cerca de 60 anos mais tarde", referindo-se à expedição de Cruls, "com a construção de Brasília, a mudança esteve várias vezes em pauta nos debates políticos travados no parlamento, o que indicava a presença do tema da incorporação do interior e da difusão do progresso, a partir de um ponto central do território. Ao debate estão também relacionadas as descrições altamente positivas das terras, do clima e das possibilidades de intensificar o povoamento em áreas do estado de Goiás. Tanto o relatório da comissão chefiada por Cruls como vários outros textos de contemporâneos revelam tal idealização, reunindo, entre outros, argumentos de natureza geográfica, estratégica, higiênica e econômica" (Lima, 1999, 66).

Estado aliado ao capital para civilizar aqueles espaços, tornando-os funcionalmente produtivos[129].

Considerando-se a década de 1930 como um período de expressivo "giro da cultura brasileira", no qual surgem os ensaios de interpretação do caso brasileiro (Arantes, 1997, 42), aprofunda-se a preocupação com o chamado sentido de formação do Brasil, reforçando a razão dualista. O dualismo aparece com toda a sua força principalmente porque, com a aparente dissolução dos poderes oligárquicos e a centralização do Estado nacional – visto que a autonomização do Estado, da economia, da justiça e da violência começavam a se tornar explícitos –, se tornou justificativa e fonte de inspiração para políticas conservadoras de modernização, repletas de esquemas espacializantes. Ou seja, o sertão, enquanto região formada no processo territorial do capitalismo, estava condenado à civilização, mas, aos olhos daqueles que planejavam o país, era parte de um grande espaço interior naturalizado, mascarado pelo processo de imposição das relações mediadas pela forma mercadoria (Toledo, 2008, 38).

Se o Brasil, Estado pós-colonial, sob as vistas daqueles que "comandavam" o país, aparecia no século XX dividido em dois, todo projeto de modernização recuperadora era justificável para dotar o território de objetos e técnicas modernas que acabavam por precarizar ainda mais a região e a população sertanejas, na tentativa cada vez mais frustrada de homogeneização do território nacional. O sistema produtor de mercadorias mantém a reprodução da miséria, do desemprego, da violência, da fome, entre outros problemas para que o econômico e seu fetiche continuem a se reproduzir sem empecilhos.

> A máquina destruidora da modernização impõe-se sob uma forma retardatária porém brutal, nos "países do futuro" onde, todavia, o futuro já chegou, pois é aquilo mesmo que temos frente aos nossos olhos! Ela automatiza, racionaliza e libera grandes volumes de trabalhadores, criando dentro da sua lógica um mundo às escondidas, ilegal, indocumentado e informal. Nele encontramos o migrante clandestino: um "outro", sem direito e justiça, procurando pequenas vantagens "fora-da-lei" e, muitas vezes, sujeitado a formas contemporâneas e adaptadas de "escravidão" (Heidemann, 1998, 3).

[129] "Durante o ano de 1912, três expedições chefiadas por cientistas do Instituto Oswaldo Cruz percorreram as localidades objeto da atenção da Inspetoria de Obras Contra as Secas. De abril a julho, Adolfo Lutz e Astrogildo Machado (1915, 9) percorreram o Vale do São Francisco, de Pirapora, em Minas Gerais, a Juazeiro, na Bahia, visitando a maioria dos povoados ribeirinhos. Para eles, uma região atrasada, devido à questão racial, ao clima e à distância de muitos povoados em relação ao litoral. Uma visão muito negativa das populações ribeirinhas é apresentado no relatório da viagem, considerando os cientistas que '... não pode haver progresso onde a gente se contenta a vegetar sem melhorar as condições da sua vida'. Na rápida observação que fazem sobre a influência da raça no atraso da região, acentuam a pequena presença do indígena e o predomínio de mestiços do branco com o negro." LIMA, 1999, 84.

Assim sendo, a modernização, que funda raízes no sertão expulsando seu povo, perpetua a errância do sertanejo, que não encontra outra saída a não ser seguir rumo à cidade para fornecer sua força de trabalho em troca de um mínimo de sobrevivência. O sertanejo acaba personificando a culpa pelo atraso e pela violência nacionais que, de acordo com a razão dualista, invade as zonas urbanas e espalha barbárie e miséria, sem considerar que "a violência é um subproduto do processo político e, como tal, não é inerente a ninguém" (Jesus, 2007, 45), o que coloca o Estado mascarado na democracia como aquele que não consegue assegurar a dignidade do povo e conter a violência, pois, conforme mostra o moderno sistema capitalista, ele sempre esteve associado à produção de riqueza abstrata, valendo-se da própria violência para impor a produtividade em todos os espaços onde tal ímpeto se faz presente[130].

O que permanece preocupante é a maneira como o sertão e o Brasil seguem interpretados no limiar do século XXI. As tentativas de entender o sentido de sua formação aparecem em pesquisas das mais variadas áreas científicas, principalmente dentro das ciências humanas, e o sentimento de incômodo entre os intelectuais brasileiros continua despontando em alguns textos, o que reforça as justificativas de projetos territoriais para o interior longínquo. O sertão continua visto destituído de historicidade e de contradições e, portanto, desconsiderado como mais um território do capital. Assim aparece, por exemplo, em um dos artigos mais recentes que tratam do tema no Brasil, produzido dentro da geografia. Intitulado "O sertão: um 'outro' geográfico", o texto de Antonio Carlos Robert Moraes (2003) busca uma reconstituição histórica linear para a palavra "sertão", bem como para os entendimentos acerca desse espaço. Escrito para a comemoração do centenário de *Os Sertões*, e buscando explorar mais a fundo o que ele significa para além da obra de Euclides da Cunha, afirma que lá a ausência de construções específicas ou seu adensamento são ausentes (11-12); que ele é alvo de ações expansionistas que buscam incorporá-lo a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento (13-14); e que ele "não se refere a um espaço imediato de vivência, a um lugar a familiar e sempre visitado. Ao contrário, *qualifica localidades tidas como fora dos circuitos cotidianos de trânsito*" (17; grifos meus).

[130] Essa interpretação aparece nos trabalhos mais recentes sobre a obra de Guimarães Rosa. Willi Bolle, por exemplo, no estudo *Grandesertao.br. O romance de formação do Brasil*, chega a comentar que a violência urbana aumentou no país com a leva de migrantes sertanejos que seguiam em direção às cidades da região Sudeste, sem se perguntar sobre as reais origens dessa violência. A leitura acaba esbarrando mais uma vez no sertanejo como personificação da culpa pelo caos nas cidades.

Para adensar a análise sobre o sertão, o autor adota uma categoria desenvolvida por ele como ferramenta útil à sua justificativa: a de fundos territoriais, referente a áreas de soberania incerta e de dominação não consolidada; grandes estoques de espaços ainda não incorporados às economias e alvos de futuras explorações e fluxos de expansão (Moraes, 2006, 41-50). Na sua ótica, o sertão seria mais um fundo territorial dentro das fronteiras brasileiras.

Essa visão desenvolvida por Antonio Carlos Robert Moraes se contrapõe àquela que esta pesquisa vem expondo até então. Ela não levou em conta estudos que afirmam exatamente o contrário, os quais colocam esta vasta área como território do capital desde os Setecentos, como os capítulos "Povoamento interior" e "Pecuária" contidos no livro precursor de Caio Prado Junior, *Formação do Brasil contemporâneo* (2006), o livro *Elegia para uma re(li)gião* (1977), de Francisco de Oliveira, o artigo de Janaina Amado, "Região, sertão, nação" (1995), nem mesmo a obra literária de Rosa, principalmente *Grande sertão: veredas* (1986)[131].

O artigo endossou a visão dualista do Brasil, que, nas entrelinhas de seu texto, permanece dividido entre interior atrasado e litoral moderno, perpetuando a discussão acalorada entre os ensaístas da experiência brasileira, desenvolvida até a primeira metade do século XX, e esquecendo-se de que "Fomos então colonizados para o capitalismo e foi justamente esta circunstância crucial que acabou impondo o trabalho compulsório no Novo Mundo" (Arantes, 1992, 86), formas modernas de uma evolução em conjunto que perduraram após 1822 e continuam ainda hoje. A razão dualista repetida no artigo desconsiderou também os trabalhos que vieram para criticar os estudos dessa matriz que tratavam da formação do Brasil, como *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, de Fernando Novais (2001).

Se se aceitar o sertão como fundo territorial a partir da naturalização do termo, ele permanece alvo de políticas territoriais porque adotada essa perspectiva dual, ele careceria de intervenções diretas para sua modernização. Se o moderno sistema capitalista conseguiu, antes de debutar no século XX, se instalar em todos os cantos do mundo, não existem motivos para

[131] Trabalhos mais recentes, como o de Carlos Almeida Toledo – *A região das lavras baianas* (2008) – e o de Alysson de Jesus – *No sertão das minas* (2007) – mostram como os sertões estiveram integrados à lógica da mercadoria e desenvolveram relações sociais bastante complexas. "A antiga definição de sertão como terra incógnita ou terra de ninguém, já equivocada em sua origem, opõem-se completamente à região revelada aqui, no século XIX (...)", afirma o segundo autor (2007, 23) ao pesquisar especificamente as relações sociais na área que classifica como sertão norte-mineiro no século XIX. Ou seja, o sertão norte-mineiro, desde o século XVII, se torna área de trânsito e produção mercantil, não podendo ser considerado, de forma alguma, espaço "fora dos circuitos cotidianos de trânsito" ou excluído do sistema produtor de mercadorias.

insistir na existência de fundos territoriais[132]: com o fim do Antigo Regime, o Estado buscou incessantemente formas de centralização para que pudesse se alinhar à lógica produtora de mercadorias[133], processo que mostraria êxito a partir da implantação do Estado Novo no país. Eis, então, um dualismo sem dualidade; o que existe são contradições na maneira particular de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que apresenta um quadro social "que rouba o fôlego especulativo" de todo intelectual brasileiro que se debruça sobre o famigerado tema do sentido de formação do país.

> Éramos de fato o produto do movimento internacional do capital, mas embora este se desenrole em escala mundial, vai compondo elementos que são diferentes e assimétricos; distinguimo-nos assim do padrão geral na medida em que a primitiva exploração colonial está na base da articulação entre sociedades dependentes e dominantes. Mas a que se resumia a singularidade do país – posta a nu pela situação de dependência – senão a essa coexistência, sistemática, descompartimentada, de herança colonial e presente capitalista? Acrescida do fato de que a referida herança também era um legado de formas pretéritas da expansão capitalista. Essa a *dualidade sem dualismo* que escandia a nossa formação e definia os vetores básicos da experiência brasileira (Arantes, 1992, 38; grifos do autor).

E se o Brasil e seus sertões são produtos do movimento do capital, as polaridades inerentes a esse movimento persistem como parte das contradições da socialização do valor, até mesmo dentro do conhecimento geográfico. O sertão, sob esse viés dualista esclarecido, aparece como área não absorvida pela forma de valor, o que justifica a identidade negativa entre os opostos litoral e sertão, moderno e atrasado. Esse dualismo não é estático porque em tal polaridade há uma luta hostil a favor da aniquilação do sertão – para que este se transforme em espaço produtivo, aderido pelas novas técnicas –, mesmo que ele seja abrangido, em sua constituição, pelo capital. Novos embates (re)começam, e a homogeneização almejada pela subjetividade do valor acaba reforçando a persistência de desigualdades, heterogeneidades que só reafirmam a existência da região sertaneja do Gerais.

---

[132] "Podemos dizer que o capitalismo já nasce virtualmente global, ou seja, sem uma base territorial restrita, bem definida, mas que, para realizar efetivamente sua vocação globalizadora, ele recorre a diferentes estratégias territoriais, especialmente aquela que faz apelo ao ordenamento geográfico estatal. A interferência 'cíclica' do Estado, sempre como uma faca de dois gumes, na contradição que lhe é inerente entre a defesa de interesses públicos e privados, atua no mínimo como um sério complicador neste jogo entre abertura e (relativo) fechamento de fronteiras." HAESBAERT, 2007, 177.

[133] Pois a verdade é que o Estado moderno é constitutivo e imanente do próprio capital, conforme aponta Robert Kurz (1992, 39).

Além da classificação do sertão como fundo territorial, o problema também reside no tratamento desse espaço como uma *ideologia* geográfica[134], questão já discutida no primeiro capítulo. Se a ideologia é composta de conteúdos de pensamento reflexivos e afirmativos "na" forma de pensar pré-estabelecida – o que implica em não se fazer a crítica necessária que pede uma discussão acerca do fetiche da mercadoria –, naturaliza-se o sertão também por esse viés analítico. Mantém-se um tratamento teórico da contradição capitalista que permite a ideologização, o que por, sua vez, cria processos de inclusão e exclusão no decurso da concorrência universal, interpretações culturais, atribuições aos estranhos e auto-atribuições, em subjetivações pejorativas (Kurz, 2007). Criam-se significados e padronizações que permitem tratar como contraditório aquilo que não se encaixa nos padrões considerados "normais", o que corrobora para a reprodução capitalista, uma vez que entra no agir material e social constituído fetichistamente da valorização do valor e da dissociação.

Dessa maneira o sertão, se encarado como uma ideologia geográfica, está fadado às interpretações exógenas de que ele, uma anormalidade dentro da reprodução capitalista por permanecer atrasado, deve a todo custo se adaptar ao modelo ideal do moderno sistema produtor de mercadorias. Visto como o "outro", o espaço estranho a ser suprimido porque na visão externa não está abarcado pelas modernas relações de produção, sua condição enquanto ideologia termina por autorizar o julgamento e a intervenção daquele tido como superior e transformá-lo no que é mais conveniente para o capitalismo. O fetiche da mercadoria, não tematizado quando se trata de ideologização, acaba escondido, o que, portanto, dificulta a feitura de uma crítica que rompa com todas as ilusões afirmativas da contradição e reprodução capitalista.

[134] "Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locacionais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração. Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica." MORAES, 2003, 13.

5.O sertão na geografia poética de Guimarães Rosa

5.1. O sertão no devagar depressa dos tempos: a modernização

Como já comentado, parte-se do princípio de que o sertão mineiro nasce fruto das imposições das relações capitalistas no processo de colonização do Novo Mundo[135]. O recorte espacial adotado tem sua origem marcada no contexto da Era Moderna, desenvolvendo-se mais precisamente no século XVIII, resultado da contínua expansão territorial da América Portuguesa. Nessa fase, o sentido da colonização, muito discutido por Caio Prado Junior (2006), seria dotar as metrópoles de gêneros tropicais para que acumulassem capital. Tal processo, que gestava o capitalismo, se deu com forte dose de violência sobre os povos a ele submetidos, que aqui formavam, no anexo territorial português, um novo e complexo espaço[136].

Com o capitalismo e o mercado mundial, a violência assume um papel econômico na acumulação de dinheiro, aliando-se à política para dominar espaços e povos:

> Resumamos: antes do capitalismo, a violência tem um papel extra-econômico. Com o capitalismo e o mercado mundial, a violência assume um papel econômico na acumulação. E é assim que o econômico torna-se dominante. Não que as relações econômicas coincidam com as relações de força, mas elas não se separam. E se tem este paradoxo: o espaço das guerras, durante séculos, ao invés de desaparecer no nada social, torna-se o espaço rico e povoado, o berço do capitalismo. O que merece atenção. Segue-se a constituição do mercado mundial, a conquista de oceanos e continentes, sua pilhagem pelos países europeus: Espanha, Inglaterra, Holanda, França. Estas expedições longínquas exigem recursos tanto quanto objetivos e fantasmas, um certamente não impedindo o outro! (Lefebvre, 2000, 32).

---

[135] "A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. Produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias, comércio, são os pressupostos históricos sob os quais ele surge. Comércio mundial e mercado mundial inauguram no século XVI a moderna história da vida do capital" (Marx, 1985, 125). Neste momento, a mentalidade do Ocidente passa por transformações, pois surge uma nova percepção de tempo e espaço, dado o nascimento de novas relações econômicas. "No século XVI, na Europa ocidental, se passa 'alguma coisa' de importância decisiva; contudo, não é um evento contendo sua data, nem uma mudança institucional, nem mesmo um processo claramente determinável por uma 'medida' econômica: crescimento de tal produção, aparição de tal mercado" (Lefebvre, 2006, 27).

[136] Esta perspectiva de acumulação introduz a ideia do território que viria a ser o Brasil: Colônia voltada para a produção de mercadorias, sofrendo a imposição do trabalho compulsório, fabricando gêneros tropicais que eram comercializados na Europa. Portanto, a participação colonial nesse grande sistema criava no interior da América Portuguesa um processo de formação, de onde surge sua particularidade social.

E é assim que o econômico modifica o espaço: por meio da imposição do mais forte. Se o surgimento do Estado marca a ligação entre todas as realidades que pareciam exteriores umas às outras, criando a totalidade, a partir do século XIX o econômico se torna predominante, tendo para isso o respaldo do próprio poder do Estado. No Novo Mundo, especialmente no Brasil, a via colonial de desenvolvimento do capitalismo imprime a desigualdade e a exclusão como regras básicas do convívio social a partir do momento em que o trabalho compulsório é legitimado pelo poder metropolitano como meio de acumulação de riquezas (Pasta Jr., 1997, 166). Esta se faz a partir da concepção de território a conquistar sob o signo da violência, pois ela é territorialmente condicionada de acordo com a diferenciação das áreas para a produção de mercadorias (Toledo, 2008, 16-17).

O norte mineiro se desenvolve com base na mentalidade de expansão territorial oriunda de dois movimentos: da corrida do ouro alimentada pela crença na Serra do Sabarabuçu[137], sendo o metal descoberto em fins dos Seiscentos, numa vasta área distante do litoral, e da expansão da pecuária de corte, oriunda do Nordeste açucareiro. A confluência entre esses dois movimentos origina o sertão que aqui interessa.

Diferentemente do que a historiografia costuma enfatizar, a mineração não foi um período de opulência apenas, mas gerou também muita pobreza e ganância (Souza, 1990), estímulos suficientes para o avanço hinterlândia adentro. Num mundo marcado pela existência não só de escravos, mas também de homens livres pobres – completamente dispensáveis àquele momento no tocante à produção mercantil –, o espírito de aventura que os impele ao interior não é o único estímulo de entrada nos sertões, visto que a desclassificação social também forçava os homens à mobilidade, numa busca desesperada de inserção em uma sociedade que se pautava na forma monetária, mesmo que isso não se fizesse com base na legalidade institucional da Colônia[138]. Daí, entender que a mobilidade do trabalho, que já se torna evidente desde o

[137] O terceiro capítulo de *Visão do Paraíso*, "Peças e pedras", desenvolve bem as origens do mito da serra (Holanda, 2007).

[138] Trabalhando o interior paulista (Vale do Paraíba) e as relações cotidianas que envolviam o caipira pobre e o grande proprietário, Maria Sylvia de Carvalho Franco descreve um quadro muito semelhante ao sertão dos Gerais: "Deve-se considerar que o povoamento do interior fez-se pela disseminação de pequenos grupos esparsos em um amplo território e que a grande disponibilidade de terras férteis e a riqueza das fontes naturais de suprimento, aliadas à pobreza das técnicas de produção, definiram um modo de vida seminômade, baseado numa agricultura itinerante cujos produtos eram suplementados pela caça, pesca e coleta. Pode-se dizer que, ao longo de sua história, esses grupos só tiveram reforçada essa grande instabilidade. Até o presente, observa-se que a mobilidade lhes aparece

alvorecer da mineração, marca profundamente a condição colonial de inserção no processo de modernização então encabeçado pelas metrópoles, pois se torna imperativo para a reprodução social e frisa a divisão internacional do trabalho, com destaque para o lugar que cabe à América Portuguesa em relação ao todo.

A descoberta do metal áureo na paragem que se delimitaria capitania das Minas Gerais propiciou um surto econômico e urbano nunca visto nos trópicos, gerando mobilidade interna e externa direcionadas a este ponto da Colônia. Para a região das descobertas se dirigiram indivíduos dos mais variados tipos, hipnotizados pela promessa de riqueza fácil, o que rapidamente originou a formação de grandes fortunas e uma desordem perigosa, regulada a balas de chumbo. Com a economia dos metais, nasce a acumulação oriunda de outras atividades econômicas demandadas pela extração.

Quanto à expansão da pecuária de corte, ela aparece como uma atividade subsidiária da mineração, pois era preciso abastecer as zonas extrativas com alimentos, sobretudo carne. Sendo o gado uma mercadoria que conduz a si mesma, as fazendas do sul da Bahia foram se estendendo com a procura por pastos e pela proximidade com os centros consumidores, espalhando o povoamento por uma vasta área de Minas Gerais.

Essa área de refúgio e de procura de riquezas, marginalizada diante de outras economicamente mais dinâmicas na Colônia, é classificada como sertão. O sertão aqui tratado compreende o atual norte do estado de Minas Gerais, expandindo-se até a fronteira com o estado da Bahia. De acordo com a classificação do IBGE (2009), a área de estudo estaria entre o *Sertão dos Currais da Bahia* e o *Sertão dos Currais d'El Rei*, tendo o rio São Francisco grande importância em ambos; já Alysson Luiz Freitas de Jesus (2007) classifica essa área como *Sertão das Minas*, visto que se configura como um espaço marginalizado e dependente da economia aurífera; e, para Rosa, essa área, trabalhada em toda a sua obra, seria o *Sertão dos Gerais*.

É desse sertão, esconderijo de pecados e desordens, que trata o jesuíta Antonil em "Cultura e opulência do Brasil pelas minas do ouro". O padre, ao reclamar da situação das Minas Gerais no alvorecer dos Setecentos, deixa margem para a interpretação de que tal espaço se forma sob o signo da violência, estimulada pelas relações capitalistas de acumulação de riquezas.

---

como o único recurso contra condições adversas de existência: problemas com patrão, salário baixo, trabalho insalubre, desavenças, desgostos resolvem-se ainda hoje com transferência de domicílio" (Franco, 1997, 31-32).

Ainda, documentos diversos do século XVIII[139] mencionam os problemas que os caminhos do sertão causavam para o controle reinol sobre a produção aurífera da zona mineradora, atentando para o contrabando do ouro, a fuga dos marginalizados para esse esconderijo e a pobreza dos "aventureiros" que se embrenhavam pelo mato em busca de novos achados. Tempos depois, o viajante Richard Burton percorre essa região, em viagem de canoa pelos rios das Velhas e São Francisco, tecendo comentários diferentes aos do padre setecentista. Burton também nota a violência, mas prioriza observar as potencialidades econômicas que a região oferece em conjunto à aparente decadência e desolação da vasta área, onde a natureza predomina ainda nos Oitocentos. Ambos os relatos serão trabalhados adiante.

O sertão dos Gerais se conforma como uma região cada vez mais particular no tocante ao conjunto da América Portuguesa e, mais tarde, do Brasil. Se todos os territórios têm sua particularidade e respondem ao mundo segundo os diversos modos de sua própria dinâmica dentro do todo, é preciso buscar explicações possíveis para essa formação particular. Sob o viés materialista, cada território absorve à sua maneira o domínio da mercadoria, pois os recursos naturais são distribuídos de maneira desigual. Consequentemente, as técnicas e a divisão do trabalho também acabam distribuídas de acordo com a demanda de exploração de tais recursos, assim como a organização da vida. Tudo isso leva a crer que o território, enquanto produto, intervém na sua própria produção – por interação ou reação –, não se permitindo, portanto, ser mero palco do desenrolar da história (Sposito, 2004, 93). Sendo assim, os territórios interagem de maneiras específicas com a lógica da mercadoria que se espalha pelo mundo, acolhendo ou refratando certas imposições do sistema capitalista em seus domínios, ao se considerar que eles não são unidades homogêneas, pois são compostos de diferentes elementos que proporcionam configurações específicas, como se procura discutir no capítulo sobre o sertão.

Para a literatura, produto social que reflete tempo e espaço determinados, a relação referente às respostas que as formações sociais dão às dinâmicas do capitalismo aparece por meio da ficção, visível no quanto o espaço age sobre o enredo (Moretti, 2003, 56). Franco Moretti, analisando as características dos romances criados no contexto da consolidação dos Estados europeus[140] no livro *Atlas do romance europeu (1800-1900)*, afirma que nos espaços

[139] Como as cartas de Baltasar de Godoy Moreira a D. Pedro II, de 1705, que constam no apêndice documental de *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, 2007, 379-382.

[140] Estados com estruturas sociais compósitas, repletos de desigualdades internas, com enredos que resistem às imposições modernizadoras ou se articulam com elas de maneira muito particular.

distantes das capitais, em amplas extensões do território, é que se desenvolvem tramas ficcionais trágico-sublimes, reveladoras de temporalidades diferentes nesse mesmo espaço.

No caso do sertão dos Gerais, a relação com mercados mais abrangentes foi constante, apesar de indireta e não tão profunda quanto nas áreas em que a produção era especializada no mercado externo. Visto como economicamente pobre[141], sua situação abre a possibilidade de pensá-lo como um território que tem respondido às imposições capitalistas à sua maneira, resultando, contraditoriamente, numa realidade complexa, divulgada pelas ficções de Rosa. Com as tramas supostamente transcorridas entre fins do século XIX e meados do século XX, o autor trabalha a jagunçagem[142], a pobreza econômica, a provisoriedade, o medo e a desolação do habitante dessas paragens, junto à beleza da paisagem e do povo sertanejo, seus laços de solidariedade e outras características positivas, sem deixar de lembrar um sertão irremediavelmente mergulhado na modernização conservadora capitalista.

Quanto à modernização, Rosa deixa clara a perversidade com que ela se aprofunda no espaço sertanejo, procurando homogeneizar aquele rincão encravado no interior do Brasil em nome da produção econômica. O autor mostra, de maneira implícita, um sistema que atribui poderes mágicos a coisas e anula a existência dos homens enquanto livres, que se tornam vazios porque dominados pela mercadoria. Nota-se que a perversidade desse processo reside, especialmente, na tentativa de homogeneização econômica dos distintos territórios, utilizando para esse fim o poder e a violência como ferramentas que procuram destruir as particularidades dos lugares, enfatizando a barbárie inerente às relações capitalistas, conforme está nos capítulos referentes à análise dos contos rosianos.

> A própria noção de moderno, portanto, nasce como resultante de um imenso processo de depuração ou purificação que busca dar a idéia de que o mundo deveria ser um único lugar. Ademais, a partir dessa proposição é que a noção de progresso tem um sentido regressivo e naturalizador, buscando a barbárie da unificação de tudo a qualquer preço,

[141] A visão comum sobre a província de Minas Gerais no século XIX como economicamente pobre após o declínio da mineração, incluindo nesse quadro a porção norte, tem sido fortemente contestada por estudos historiográficos mais recentes, como aponta Alysson de Jesus (2007, 84-85). O autor destaca a dinâmica da economia de subsistência voltada ora para o autoconsumo ora para o mercado interno, o que dialoga com o trabalho de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997, 240), quando esta afirma a simultaneidade da produção direta de meios de vida e da produção mercantil no mesmo período.

[142] Visto que o jagunço é um sertanejo pobre e sem autonomia que se coloca a serviço de um coronel fazendeiro que impõe sua ordem no sertão, a fim de garantir os privilégios e a manutenção de sua propriedade privada, definição que discorda da colocada por Walnice Nogueira Galvão em todo o livro *As formas do falso – um estudo sobre a ambiguidade no Grande Sertão: Veredas* (1986): o jagunço aparece como o mesmo tipo social que o cangaceiro, exercendo as mesmas funções (Soares, 1968, 81).

> onde evoluir significa involuir, abolir o diverso e celebrar a unicidade a qualquer custo (Sousa Neto, 2008, 21).

Faz-se necessário ressaltar que não se opta pela visão determinista de que o sertão condiciona quem nele vive. Ao contrário, ele é um qualificativo dos lugares imposto pelo homem que, na maioria dos casos, não vive ali. O próprio termo sertão instiga reflexões sobre o que ele significa para a geografia, para as relações de poder, para as políticas públicas e, finalmente, para a literatura, em especial a de Rosa, que parece compreender esse território de maneira muito diferente de outros autores. Rosa aparenta possuir uma visão crítica e, por vezes, irônica em relação aos qualificativos que as elites impõem a esta área, questionando os rótulos impostos por determinadas camadas da sociedade[143].

As leituras sobre as ficções rosianas têm se desenvolvido a partir de um viés social, seguindo interpretações condizentes com os estudos de Walnice Nogueira Galvão (1972; 2008), Antônio José Pasta Júnior (1997), Heloísa Starling (1998), Luís Roncari (2004), Willi Bolle (2004), Ana Paula Pacheco (2006) e muitos outros, inspirados nos trabalhos precursores de Antonio Candido (1970; 2006), que relacionam literatura e sociedade ao longo da formação do Brasil como país independente. O ponto de partida para se pensar a geografia na literatura é ver como esta é a mimese da relação sociedade-espaço, buscando uma geografia espontânea e solta das amarras institucionais na ficção. Tal confluência revela as sobrevivências mais profundas do sertão rosiano, que é produzido de maneira particular, ao mesmo tempo que integrado aos países que comandam o sistema produtor de mercadorias.

5.2. Sertão: sem lugar, dentro da gente, do tamanho do mundo

> Você sabe, desde grande parte de Minas Gerais (Oeste e sobretudo Noroeste), aparecem os "campos gerais", ou "gerais" – paisagem geográfica que se estende, pelo Oeste da Bahia, e Goiás (onde a palavra vira feminina : as gerais), até ao Piauí e ao Maranhão.
> O que caracteriza esses GERAIS são as *chapadas* (planaltos, amplas elevações de terreno, chatas, às vezes serras mais ou menos tabulares) e os *chapadões* (grandes, imensas *chapadas*, às vezes séries de *chapadas*). São de terra péssima, vários tipos

[143] O papel de Rosa e a estética literária moderna cumprem uma função importante, pois é preciso dizer o impossível. A arte descobre melhor que as ciências humanas o caráter fetichista das relações sociais capitalistas: a coisificação não como *mera aparência* da circulação ou da consciência ideológica, mas como *determinação fundamental* da *produção social de mercadorias* e, como tal, alastrada pelo modo de vida e pela subjetividade sem substância dos homens ganhadores de dinheiro (Duarte, 2009, 8).

> sobrepostos de arenito, infertil. (Brasília é uma típica chapada...) E tão poroso, que, quando bate chuva, não se forma lama nem se vêem enxurradas, a agua se infiltra, rápida, sem deixar vestígios, nem se vê, logo depois, que choveu. A vegetação é a do *cerrado* : arvorezinhas tortas, baixas, enfesadas (só persistem porque teem longuíssimas raízes verticais, pivotantes, que mergulham a incríveis profundidades). E o capim, ali, é áspero, cresce incrustado de areia, de partículas de sílica, como se fosse vidro moído : e adoece por isso, perigosamente, o gado que o come. Árvores, arbustos e má relva, são, nas chapadas, de um verde comum, feio, monótono.
> Mas, por entre as chapadas, separando-as (ou, às vezes, mesmo no alto, em depressões no meio das chapadas) há as *veredas*. São vales de chão argiloso ou turfo-argiloso, onde aflora a água absorvida. Nas *veredas*, há sempre o buriti. De longe, a gente avista os buritis, e já sabe : lá se encontra água. A vereda é um oásis. Em relação às chapadas, elas são, as veredas, de belo verde-claro, aprazível, macio. O capim é verdinho-claro, bom. As veredas são férteis. Cheias de animais, de pássaros.
> As encostas que descem das chapadas para as veredas são em geral muito úmidas, pedregosas (de pedrinhas pequenas no molhado chão claro), porejando aguinhas : chamam-se *resfriados*. O resfriado tem só uma grama rasteira, é nítida a mudança de aspecto da chapada para o resfriado e do resfriado para a vereda. Em geral, as estradas, na região, preferem ou precisam de ir, por motivos óbvios, contornando as chapadas, pelos resfriados, de vereda em vereda. (Aí, talvez, a etimologia da designação : *vereda*.)
> Há *veredas* grandes e pequenas, compridas ou largas. Veredas com uma lagoa ; com um brejo ou pântano ; com pântanos de onde se formam e vão escoando e crescendo as nascentes dos rios ; com brejo grande, sujo, emaranhado de matagal (*marimbú*) ; com córrego, ribeirão ou riacho. (Por isso, também, em certas partes da região, passaram a chamar também de *veredas* os ribeirões, riachos e corregos – para aumentar nossa confusão. (No começo do "Grande Sertão : Veredas" Riobaldo explica).
> Em geral, os moradores dos "gerais" ocupam as veredas, onde podem plantar roça e criar bois. São os *veredeiros*. Outros, moram mesmo no alto das *chapadas*, perto das veredinhas ou veredas altas, que, como disse, também há, nas chapadas : estes são os "geralistas" propriamente ditos (com relação aos *veredeiros*, isto é, em oposição aos veredeiros). Mas o nome de *geralista* abrange, igualmente, a todos : os *veredeiros* e os *geralistas* propriamente ditos. Quem mora nos gerais, seja em vereda ou chapada, é geralista. Eu, por exemplo. Você, agora, também.
> Nas veredas há às vezes grandes matas, comuns. Mas, o centro, o íntimo vivinho e colorido da vereda, é sempre ornado de buritis, buritiranas, sassafrás e pindaíbas, à beira da água. As veredas são sempre belas ! (40-42; grifos, pontuação e acentuação do autor Guimarães Rosa).

A citação acima é do próprio Rosa, em carta ao tradutor de sua obra para o italiano, Edoardo Bizzarri (2003). Nela, o escritor explica para o estrangeiro o que é uma vereda, e a explanação acaba desaguando sertão adentro, com comentários sobre as variadas formas de ocupação humana sobre esse vasto espaço[144]. Um belo exemplo do olhar do autor sobre o sertão

[144] É interessante fazer a comparação entre a explicação do autor para vereda e a explicação geográfica para ocupação do sertão feita pela geógrafa Maria Geralda de Almeida: "Os cerradeiros ou geraizeiros e chapadeiros encontram-se localizados nas faixas de cerrados. Os caatingueiros, por sua vez, residem na área onde existiu ou ainda persiste uma floresta de caatinga arbórea. Por fim, os vazanteiros estão situados nas áreas de vazantes dos rios e lagos existentes no território regional, sendo que, os habitantes das margens do rio São Francisco são denominados barranqueiros". Segundo a autora, os cerradeiros ou geraizeiros ocupam as vazantes para as culturas mais exigentes. Nos tabuleiros, constroem suas moradas, plantam os quintais, criam pequenos animais e cultivam plantas adaptadas. Das chapadas e carrascos provêm frutas nativas, óleos, fibras, lenha, madeira e forragem para o gado (2008, 53-54; 62-63).

de seus livros, em sua fertilidade e esterilidade, beleza e feiura, harmonia e hostilidade, riqueza e miséria; um sertão que aparece como mais um espaço de contradições.

O escritor descreve a paisagem do sertão norte-mineiro, entendendo-a como produto da apropriação e transformação do meio pelo homem que o habita. Nela, estão presentes os significados simbólicos e as formas de como ele interioriza o espaço e o meio e os integra à sua própria cultura (Almeida, 2008, 47)[145]. Enquanto o capital territorializa os espaços destinados à produção de mercadorias, os homens que sobrevivem no sertão desenvolvem, concomitantemente a esse movimento, a sua territorialidade, presente na paisagem que constroem. A territorialidade, entendida como um conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural, reclama a necessidade de não se levar em conta apenas a dimensão material presente no território, visto que as relações sociais, a afetividade e a identidade, por exemplo, também são relevantes (Haesbaert, 2007, 73-74; 93)[146].

Se entre os sertanejos coexistem violência e laços de solidariedade, Rosa mostra bem esse convívio repleto de contradições e adaptações: a cultura que o sertanejo desenvolve vem do seu relacionamento íntimo com o meio, o que contribuiu, ao longo de mais de trezentos anos, para a construção de uma identidade fortemente enraizada no território e presente na paisagem do sertão, que se mostrava lugar também de esperança[147]. Quando ele prenuncia a vida errante de sertanejos fadados a abandonar a terra onde viveram, parece estar indagando o que está sendo rompido com o moderno.

Partilhando do mesmo ponto de vista de alguns teóricos que se debruçam sobre o seu trabalho (Bolle, 2004; Roncari, 2002; Wisnik, 1998; entre outros), é possível afirmar que o escritor produziu uma "história literária" (Roncari, 2002, 246-247) junto a uma "geografia

---

[145] "A paisagem é uma construção, um produto da apropriação e da transformação do ambiente em cultura. Assim, os seres humanos lhe atribuem um significado. Conforme já exposto em texto anterior, para nós, a paisagem é uma complexidade multiforme de realidades, de valores, de gestos e de vividos coexistentes (ALMEIDA, 2003). Essa compreensão de paisagem, contendo materialidade e também aspectos simbólicos, persiste na discussão sobre paisagens e identidades sertanejas" (2008, 47).

[146] Maria Geralda de Almeida comenta que a identidade se define por meio do território, o que justifica a territorialidade, que "considera tanto as questões de ordem simbólico-cultural como também o sentimento de pertencimento a um dado território" (2008, 59).

[147] "'Sertão', necessariamente, foi apropriado por alguns habitantes do Brasil colonial de modo diametralmente oposto. Para alguns degredados, para os homiziados, para os muitos perseguidos pela justiça real e pela Inquisição, para os escravos fugidos, para os índios perseguidos, para os vários miseráveis e leprosos, para enfim, os expulsos da sociedade colonial, 'sertão' representava liberdade e esperança; liberdade em relação a uma sociedade que os oprimia, esperança de outra vida, melhor, mais feliz." AMADO, 1995, 8.

poética" (Bizzarri, 2003, 136) sobre o sertão dos Gerais, e quiçá sobre o Brasil, dissimulando a história para melhor desvendá-la (Galvão, 1986, 53).

Tenta-se uma leitura geográfica da obra rosiana, que busque romper com os estereótipos sobre o sertão[148], visto que o apresentado pelo autor é outro, no qual as veredas são riachos que cortam os campos gerais, com vegetação composta pelo cerrado e pelas matas ciliares. Mas a atenção se volta mais a captar como Rosa percebe a modernização no dia a dia sertanejo, que desde tempos remotos oprime seus habitantes.

Complementando o que já foi exposto sobre a escolha das obras para esta análise, a seleção de dois de seus livros, *Sagarana* (2006c) e *Primeiras estórias* (2006b), se dá porque naquele, lançado em 1946, é possível identificar contos que se passam antes da Revolução de 1930, e os consequentes embates e enlaces entre a centralização do poder e o coronelismo. Neles, flagra-se um sertão onde os pastos carecem de fecho, povoado esparsamente por pobres vilarejos, arraiais e fazendas de gado, cheios de recados entre bandos de jagunços que, paus-mandados, impõem as regras aos capiaus por meio da violência. Ainda um sertão que guarda no dia a dia a cultura do povo, num convívio entre a herança material da exploração colonial – as rugosidades das fazendas em ruína, com suas senzalas abandonadas, tal como aparece em "Sarapalha" (2006c) – e o legado imaterial e metafísico contido na experiência antropológica não apenas do negro – como em "Corpo fechado", "São Marcos" e "A hora e vez de Augusto Matraga" (2006c) –, como também do homem livre pobre.

Em *Primeiras estórias*, publicado em 1962, o sertão rosiano se torna alvo de novos projetos com velhas ambições econômicas, como mostra o conto "As margens da alegria", que abre o livro. Ele descreve a construção "derrubadora" do cerrado para abrigar a grande cidade anônima. Não por coincidência, o livro encerra os vinte e um contos com "Os cimos", uma espécie de continuação do primeiro conto, onde o cenário e os personagens são os mesmos, apesar de o Menino já não ser, por dentro, o mesmo que aparece no texto inicial.

Dadas as condições preexistentes de cada parte do território, como os recursos materiais, as formas de organização, enfim, as condições de diferenciação de cada região, cada uma dessas

[148] Lembrando que "O discurso de estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e auto-suficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo" (Regina Sader e Magali Bueno, 2003, 50).

partes acaba por responder, à sua própria maneira, às imposições do capitalismo, absorvendo-as à sua maneira – e pagando, por isso, alto preço. Nos enredos de *Sagarana* e *Primeiras estórias* o sertão dos Gerais chega economicamente decadente à República Velha, mas seguindo integrado à unidade nacional, visto que os "coronéis", grandes latifundiários, eram a base política dos governadores, sobre os quais se assentava o poder centralizado do Estado. "Num país fortemente agrário, como era o Brasil naquele período, os chefes dos partidos tinham que estabelecer um acordo com os donos da terra, pois, na verdade, eram eles os chefes políticos locais" (Sader e Paulino, 1996, 170-171). O Estado, naquele momento, era visto e utilizado como "propriedade" do grupo social que o controlava, sendo legitimado e bem-vindo apenas quando os grupos dominantes recorriam a ele para solucionar seus problemas, mas, quando aparecia autônomo, sua interferência nas transações era indesejada.

A presença do Estado como estímulo às relações mercantis e sua utilidade pelos grupos dominantes marcavam profundamente, por sua vez, o seu desencontro com o homem livre pobre, pois "as dimensões essenciais da sociedade estiveram muito mais densamente encobertas para o homem comum do que o estariam caso apenas a ambição as velasse" (Franco, 1997, 149). A ordem do Estado e a presença da Justiça, quando apareciam pelos Gerais, muitas vezes eram estranhas ao sertanejo[149]. Rosa encena isso várias vezes em *Primeiras Estórias*, como no enredo de "Fatalidade", que trata da peleja de um capiau que decide recorrer à Justiça para se livrar de um valentão que desaforava a sua mulher, ou mesmo em "Os irmãos Dagobé", quando esperava-se no povoado a chuva de balas após um capiau matar um jagunço: "Tempos, estes. E era que, no lugar, *ali nem havia autoridade*" (73, grifo meu). E na seguinte fala de "Famigerado", do mesmo livro:

> – "Saiba vosmecê que, na Serra, por o ultimamente, se compareceu um moço do Governo, rapaz meio estrondoso... Saiba que estou com ele à revelia... *Cá eu não quero questão com o Governo*, não estou em saúde nem idade... O rapaz, muitos acham que ele é de seu tanto esmiolado..." (57, grifo meu).

[149] Sobre o papel da justiça na sociedade e sua transformação com a produtividade, o excerto explica: "Mas cuidado! Não é tanto o caso de idealizar justiça e direito. O mundo da civilização moderna, do Estado e da sociedade civil distanciou o direito da moral, isto é, a afastou o direito dos costumes, hábitos, da gratidão e das regras da conduta, tradicionais fundamentos do convívio entre pessoas. Diferentemente das sociedades pré-modernas, o mundo moderno ligou o direito à política, ao aparato estatal. Direito e lei são impostos de cima para baixo. Têm a função de manter ordem e controle, isto é, de garantir e regular os domínios que resultam de uma relação social, filha legítima da 'militarização' do mercado, do dinheiro, da concorrência e da competição. Naturalizando o social, Thomas Hobbes chamou esta condição de 'guerra de todos contra todos'" (Heidemman, 1998, 3).

A manutenção das regras de convívio que garantiam as posses dos coronéis era praticada pela valentia do jagunço, oriundo de um passado de insegurança e desobrigação do trabalho, mas preso pelo poder do latifundiário. Guerreando para manter a ordem em nome de outrem, ele usa a violência, sem muitas vezes saber que assim perpetua sua condição de miserável e de homem provisório, alienado num mundo onde a mercadoria impera. Ele põe em ação a regra da vingança, a qual vige num claro conflito de inimizades e alianças num mundo onde não vigora a lei, cumprindo determinações emanadas do poder central, para manter acima de tudo os interesses particulares de poucos (Wisnik, 1998, 182; 190). Diferentemente do que se costuma pensar, o jagunço faz parte de um sistema moderno, pois seu trabalho se resume apenas à imposição da violência para manter a ordem da região produtora, papel que segue cumprindo nos Novecentos.

O sertão dos Gerais ingressa no século XX pertencente à rede que o articula aos espaços mais valorizados pelo sistema capitalista, onde as imposições do capital condicionam crises do trabalho, fragmentação da dimensão espacial e do homem, e a provisoriedade e mobilidade que tanto marcam o sertanejo[150]. Em *Mimesis*, Erich Auerbach (2007) já atentava para certas características do romance moderno, em íntima relação com as transformações sociais. A ênfase em homens anônimos e seu dia a dia, a fragmentação espacial que adentra no ser, tornando tudo fluido e inconstante, tornando-o um "anti-herói", num mundo que se transforma violentamente, graças, sobretudo, à ciência, à tecnologia e à economia, que se reproduzem dispensando a ética e o acesso livre ao conhecimento. Como as mudanças não ocorrem uniformemente em toda parte, há estranhamento[151], esfacelamento e perturbação entre os homens, que vagam sem sentido, buscando o mínimo de sobrevida.

Em "Duelo" (2006c), conto em que o personagem Turíbio Todo por causa de mulher persegue seu inimigo e, ao mesmo tempo, foge dele, dois fragmentos exemplificam consequências da crise do trabalho oriundas do colapso da modernização no país. O primeiro trata da "vadiagem" do personagem, porque sua profissão de seleiro perde importância para a

[150] "É fácil constatar as consequências da 'guerra' e da crise estrutural do nosso sistema social, produtor de mercadorias. Miséria, desemprego, violência, fome, depressões psíquicas e a desordem de um vale-tudo econômico, social e cultural são cada vez mais motor da insegurança e também dos deslocamentos de pessoas." HEIDEMANN, 1998, 3.

[151] Estranhamento social da modernização que, sempre histórica e geograficamente desigual, marca a produção literária moderna desde o Realismo, como em Machado de Assis, no caso brasileiro (Duarte, 2009, 5-6).

construção da estrada de ferro e para a inserção do automóvel. O segundo trata do encontro no meio do caminho com baianos que migravam para São Paulo em busca de trabalho:

> Não tinha, porém, confiança nesses dotes, e daí ser bastante misantropo, e dali ter querido ser seleiro, para poder trabalhar em casa e ser menos visto. Ora, com a estrada-de-ferro, e, mais tarde, o advento de duas estradas de automóvel, rarearam as encomendas de arreios e cangalhas, e Turíbio Todo caiu por força na vadiação (153).
> Depois, uma turma de sujeitos alegres o interpelou. Iam para o sul, para as lavouras de café. Baianos são-pauleiros. E um deles:
> – Eh, mano veélho! Bâamo pro São Paulo, tchente!... ganhá munto denheêro... Tchente! Lá tchove denhêro no tchão!... (172).

Primeiras estórias retrata um momento importante para o Brasil. O país mergulhava na breve e conturbada experiência democrática, conhecendo o avanço da industrialização e da tecnologia, o desenvolvimento explosivo das cidades, a revolução da mídia, a expansão dos mercados e a exacerbação do imperialismo em duas guerras mundiais, a emergência das massas no cenário político e o despertar de uma consciência do "Terceiro Mundo" – que levou a uma revisão radical das relações entre o habitante dos centros do poder e "o outro", antigamente longínquo e "exótico" (Bolle, 2004, 34). É nesse momento que a razão dualista aparece motivadora de planejamentos regionais, culpando as distintas regiões pelo atraso e pelas "disparidades", devendo ser todas "ajustadas" para a otimização da produtividade nacional[152].

A construção da cidade que derruba o cerrado devasta também os lugares presentes no dia a dia ficcional e transforma a identidade do sertanejo, que, deslocado e posto a nu diante da fragmentação do território e de sua vida, se sente perdido e impelido a sair dali. Não é por acaso que o conto "O espelho", que trata das reflexões de um sertanejo urbanizado, encontra-se no meio do livro, projetando nos outros contos a melancólica sensação de perda de referenciais em meio à barbárie da destruição dos lugares, porque o progresso e a lógica da mercadoria se tornam mais importantes do que a vida[153]. Esse processo, que separa significante de significado, sujeito

[152] É interessante notar que o filme *Cabra marcado para morrer* (1984), de Eduardo Coutinho, cujas gravações começaram a ser feitas em 1962-1964 pelo Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), grupo jovem carregado de ideias preconcebidas e dualistas, apresenta, após dezessete anos de gravações interrompidas pelo regime militar, a surpresa de descobrir no sertanejo a capacidade de organização social e de ir contra a realidade opressora da qual faz parte, refutando a divisão do país entre litoral moderno e rico e sertão atrasado e pobre, revelando nas telas o universo do outro, que nada mais é do que parte da história e da realidade do país por inteiro.

[153] Neste caso, a melancolia é percebida como o desapego de tudo, concomitantemente a um único apego, a perda. Numa sociedade em que os sujeitos não conseguem se recompor, o próprio ego se torna vazio, o mundo do eu se torna desertificado. No caso do sertanejo rosiano, este se torna melancólico a partir do momento em que o trauma da

de objeto, aprofunda a crise no mundo moderno, com indivíduos que cada vez mais perdem seu sentido.

O sertão é destruído para ser transformado em cidade artificial e símbolo vertical do poder instituído do Estado, que cada vez mais perde força e se ancora na racionalidade do mundo da mercadoria que, dominando todas as esferas da vida, se impõe como uma totalidade totalitária e fatal[154]. A essa tarefa se unem em pacto os interesses dos latifundiários rurais e os da burguesia urbana industrial, repetindo a história das alianças de interesses desde o Quinhentos (Bolle, 2004, 311-312; Oliveira, 1977, 37). No projeto, vigora a promessa de aniquilar a violência – que em grande parte é oriunda do sofrimento imposto pelo capital –, valendo-se dela própria para isso. Nessa tela, desenha-se a imagem de uma sociedade que se criminaliza na medida em que avança mais um passo na modernização, recolocando, aberta até hoje, a questão formulada ainda no início da República brasileira: "Onde está o centro e onde está a periferia da barbárie?" (Starling, 1998, 172).

A ambiguidade e a contradição do sertão rosiano e dos sertanejos que o constroem deixam motes para se pensar os caminhos que o Brasil e seu corpo de intelectuais tomam ao debutar no século XXI. Refletindo sobre o problema do lugar, mais uma vez entendido como parte do espaço onde se constrói cotidianamente a vida, crê-se que, com a devastadora modernização recuperadora que abrange os Gerais e as imposições e o autoritarismo que marcam o atual contexto da globalização, os lugares desapareçam e, consigo, a memória do vivido, que fenece na fragmentação dos homens vitimizados pelo progresso, que vão se deslocando dali. Rosa dá a pista para a resistência dos lugares e da história do povo, por meio da memória narrativa, que migra junto com o sertanejo para as cidades[155]. Não seria por acaso que o seu discurso labiríntico, como Bolle (2004, 84) o classifica, seja uma costura de lembranças dos

---

transformação do seu espaço, sob o comando da lógica da mercadoria, retira dele a sensação de pertencimento, de identidade, pois, sem ter mais lugar, perde-se também a experiência.

[154] É nesse momento que as determinações do espaço abstrato – que giram em torno da divisão territorial do trabalho capitalista –, atuantes por trás do papel do Estado, impõem a fragmentação desigual, a homogeneidade comercial e a hierarquização política e econômica, criando contradições que só podem culminar na convulsão do próprio sistema. Recorrendo mais uma vez a Auerbach e sua análise do romance moderno, este coloca que o ritmo das mudanças provocadas pela lógica da mercadoria tem levado a sociedade em geral a um processo de equalização econômica e cultural, por mais que haja resistências e lutas. "Já não há nem mesmo povos exóticos", afirma o autor (498). Considerando o fato de Auerbach ter escrito exatamente durante a Segunda Guerra Mundial e que o capitalismo se desenvolve de formas variadas em cada parte, não se crê na homogeneização do sertanejo, principalmente na fase econômica da globalização, o que justifica as resistências e lutas da população pobre na contemporaneidade.

lugares e de sua gente, no qual a fragmentação do texto reflete a fragmentação da memória e da sensação de pertencimento ao lugar[156].

O sertanejo carrega a tiracolo o seu sertão memorável, bom e mau, para espaços distantes onde ele, o outro, se mistura à massa de gente que igualmente é preterida na gigante economia moderna, lutando contra a morte[157] e tentando se reproduzir socialmente[158]. Os homens pagam pela modernização o preço da indiferença do mercado pela origem das pessoas que nele vêm trocar mercadorias, deixando que suas possibilidades inatas sejam modeladas pela produção das coisas que se podem comprar, o que os torna iguais (Adorno e Horkheimer, 1985, 27).

No entanto, o sertão dos Gerais também é lugar de resistência às severas imposições da produtividade, pois abriga pessoas que portam sua cultura e sua identidade, o que quer dizer que interpretá-lo a partir do viés econômico é incorrer num olhar superficial sobre ele. Há o consenso de que no sertão predomina o ritmo dado pela natureza (Moraes, 2002, 11), porém, a diferença é que a relação do sertanejo com o lugar onde vive não é só de repulsa e hostilidade, mas também de harmonia. Rosa, ao não partilhar da visão dualista (Sperber, 1996, 117) e olhar o sertão a partir de dentro, revela claramente em suas obras a beleza de um território que se torna lugar para quem o habita, pois o sertão rosiano é construído a partir de memórias. Rende-se aqui à categoria lugar, sinônimo de uma porção do espaço apropriável para a (sobre)vida, por meio do corpo e dos sentidos. Os lugares são partes do espaço onde os sujeitos reconhecem sua história, suas experiências, seus conflitos e sobrevivências, despertando sensações de identificação e projetando ações no dia a dia[159].

Em Rosa, o sertão é uma fortuna de lugares. Apesar de o sertanejo estar preso a um modo de vida miserável – em que a regra é a lei e só tem vez aquele que tem posses, em que o homem livre pobre é vulnerável à violência, tanto como vítima quanto como agente, já que o demônio do

---

[156] No artigo "Sertão – a palavra e a imagem", Eidorfe Moreira bem define o sertão como paisagem e cultura que o sertanejo carrega consigo para onde for: "Para onde quer que formos, ela irá conosco espiritualmente. Tanto nas suas migrações coletivas como nos seus deslocamentos individuais os homens levam consigo suas paisagens interiores (...) Mas 'sertão' não está somente na alma, como estado ou paisagem introspectiva, mas também nos gestos, nas atitudes, nas ações e no comportamento dos que nele vivem ou viveram" (1959, 47-49).

[157] Uma das grandes preocupações de Henri Lefebvre em *O fim da História* (1971) é resgatar o sujeito nos vestígios do cotidiano opressor, pois ele ficou perdido e alienado nas forças homogeneizantes do capitalismo. É preciso resgatar sua capacidade de encarar a luta de morte para vencer a degeneração da vida, causada pelo fetiche da mercadoria, e a fragmentação do espaço, para construir um devir que lhe devolva o próprio sentido.

[158] Estando o sertanejo na condição de migrante, Haesbaert coloca que este "está em busca de integração – numa (pós) modernidade marcada pela flexibilização – e precarização – das relações de trabalho (2007, 238).

[159] Conforme já citado, o próprio autor, em entrevista concedida a J. Borba em 1946 (Lara, 1996, 28), declara ter começado a escrever pela saudade de Minas Gerais.

dinheiro[160] marca cruelmente os destinos das pessoas, alimentando a luta de morte em vidas que, despedaçadas, perdem seu sentido –, os textos rosianos contemplam "a emergência da pura graça em condições hostis e carentes" (Wisnik, 1998, 190), aparecendo personagens que são as vítimas descartáveis no mundo em crise, como loucos, crianças, velhos, etc., exatamente aqueles que Kurz coloca como os maiores prejudicados das convulsões econômicas. Em "Partida do audaz navegante" (2006a), num mundo rural distante, esquecido e embrutecido, a "trampa seca de vaca" (160) se transforma, pela imaginação das crianças, no navegante apaixonado que vai partir do mundo de margaridinhas, josés-moleques e douradinhas para "Ir descobrir outros lugares, (...) porque os outros lugares ainda são mais bonitos" (159). Que dizer do enredo de "Substância", quando o amor aparece em meio à dura lida da roça, no sofrimento do fabrico do polvilho, consagrando uma mulher condenada pelo destino?

A própria característica de anticlímax em muitos de seus contos também exemplifica a situação: quando o esperado sempre é a via da violência ou a aceitação de uma sina infeliz imposta como fardo, os desfechos surpreendem o leitor, impelido a refletir e a compreender o "outro", o sertanejo, que é, senão, a sua própria extensão. Esse jogo, em que tudo é possível, permite rever preconceitos e dicotomias e tratar o sertanejo não como portador de violência gratuita nem como pobre criatura determinada pelo meio depauperado em que vive, mas como sobrevivente de um espaço em que Bem e Mal se misturam, em que a dimensão ética pesa sobre as ações.

Adotar a leitura do sertanejo como não civilizado é incorrer também no dualismo Brasil moderno *versus* Brasil atrasado. Ela o rotula como homem violento e bárbaro, que não se adapta à cidade, lado oposto do sertão, esquecendo-se de que, sendo este misturado, o sertanejo também o é e traz consigo propriedades sensíveis e a possibilidade de desvio do sofrimento da realidade por meio da doçura que as frestas da vida também podem oferecer, buscando noutros espaços a

[160] Vale lembrar a associação que Karl Marx faz no primeiro volume d'*O Capital* (1985, 81) entre o dinheiro e a besta, citando um trecho do *Apocalipse* de São João: "Estes têm um desígnio e darão sua força e seu poder à besta. E que ninguém possa comprar ou vender a não ser aquele que tenha o sinal, ou seja, o nome da besta ou o número do seu nome". Em outra obra, *Grande Sertão: Veredas* (1956), Guimarães Rosa trata do pacto de Riobaldo com o Diabo para ascender socialmente, tornando-se chefe de jagunços e grande fazendeiro, numa alusão à ligação entre o demônio e o dinheiro, marcante na vida moderna. Esta torna os homens livres, porém totalmente dependentes da venda de sua força de trabalho para sobrevivência, situação que os anula e iguala os diferentes trabalhos no processo de troca da mercadoria, produto mágico que assume a independência e o domínio no processo econômico e social.

possibilidade do lugar existir[161], justamente em espaços onde há repressão e constrangimento é que existem as possibilidades do novo.

Alguns contos de *Primeiras estórias* sinalizam essa travessia do sertão rumo à cidade, e do sertão brotando de dentro da cidade: a cena de Soroco, que aguarda o trem que parte para Barbacena; a partida de todos para longe, excetuando o narrador-personagem, em "A terceira margem do rio"; os irmãos Dagobé, que deixam a vida jagunça em busca de outras possibilidades de vida na cidade; o discurso da "Benfazeja", solenemente dirigido aos cidadãos, etc., mostrando que o sertão é, também, dentro da gente.

Nas metrópoles, encontra-se o maior número de pobres, limitados à circulação dentro da grande cidade porque sobrevivem segregados em fragmentos. Porém, são nesses fragmentos que os laços de sociabilidade das pessoas se fortalecem, resistindo e superando, cotidianamente, o imperialismo severo do capital e dos objetos técnicos. Milton Santos (2001, 325) aposta na capacidade do lugar e do homem livre pobre de hoje (liberdade duvidosa) em subsistir às padronizações econômicas, fazendo seus protestos e revoluções, escrevendo a sua história e construindo o seu lugar no dia a dia. Nessa tarefa, não vale o uso da violência como única ação transformadora do devir, mas o uso do Bem, da ética que há muito acompanha o sertanejo migrante, para vencer o Mal que impregna os espaços da cidade e que vem de todos os lados, na construção de um mundo possível, no qual o Bem finalmente persevere – objetivo cada vez mais distante de ser alcançado: quanto mais os países pós-coloniais se especializam na produção de riquezas supérfluas voltadas para a exportação, mais se tornam vulneráveis a crises, o que aumenta a pobreza interna e cria forte tensão, que explode em violência incontrolável (Kurz, 1992, 163). Já para Robert Kurz, em seu livro *O colapso da modernização* (1992), não há outra saída a não ser a tentativa radical de romper com o sistema produtor de mercadorias rumo ao comunismo, possibilidade mais lúcida que se apresenta diante do colapso total da sociedade moderna.

Em Rosa, a realidade, a prática do sertanejo que procura resistir às forças opressoras em qualquer lugar que esteja, já está posta diante dos olhos do leitor. É preciso rever as teorias e os saberes, caso se deseje avançar rumo a um diálogo entre arte e conhecimento.

[161] Alysson de Jesus declara que no sertão norte-mineiro do século XIX a "violência e solidariedade foram elementos constituintes das relações sociais", pois "sobreviver não significava" – e não significa ainda hoje – "apenas enfrentamento; significava também adaptação, negociação, e esses homens sabiam muito bem disso" (2007, 23; 68).

Considerações finais – Sertão: “nonada”?

Desenvolveu-se esta pesquisa pensando sobre o quanto ler Rosa ainda hoje é importante. O autor, sertanejo nascido nos Gerais e depois migrante mundo afora soube dar, na sua “perspectiva rasteira” – nos dizeres de Willi Bolle –, voz ao povo sertanejo. Tal incumbência – a de dar voz a um povo que sempre foi massacrado pelos discursos prolixos das elites econômicas e pela esclarecida *intelligentsia* caçadora do sentido da formação do país – não foi ingênua. Ao querer transformar a literatura regionalista para além dos neologismos, Rosa mostrou ser um homem ambicioso, sacudido pela vaidade de transformar a ficção e de fincar seu nome entre os imortais da prosa brasileira, trazendo o ineditismo na forma como trata o sertão em seus textos. O escritor sabia bem o que estava fazendo, basta para isso uma leitura atenta às cartas que trocava com o pai e o tio[162].

Neste trabalho, buscou-se mostrar como o sertão é apresentado ao leitor por um escritor dos Gerais. Em um país onde o analfabetismo funcional é um grave problema, evidentemente associado à miséria que priva a população de tudo, presume-se que os textos de Rosa buscaram atingir essa camada letrada e distante do Brasil interior, repleto de sertões povoados por gente. Seu tema principal – o sertão –, revestido de uma linguagem que reproduz a fala do povo distante, virou enigma para quem ainda procura entender o país. Uns não gostam de suas ficções, justificando não entender essa linguagem sertaneja carregada de tempo e espaço, iludidos na dualidade de um Brasil que os afasta do “outro”; enquanto outros, mais sensíveis às mazelas *aparentemente* imorredouras do sistema produtor de mercadorias e sua modernização recuperadora, leem com nostalgia sobre um tempo e um lugar que, apesar de sofríveis, ainda deslumbravam sobre certo estado de graça e beleza.

Espera-se que este estudo tenha conseguido interpretar como os personagens rosianos revelam o sistema produtor de mercadorias que denuncia o sertão como território do capital e, portanto, moderno; como o sertão se transforma numa região especializada na produção pecuária abastecedora do mercado interno, que por sua vez, se vincula ao mercado externo; como no sertão a violência personificada no jagunço e no coronel foi eficaz para tornar o capiau em produtor de riqueza em uma terra que não era propriedade sua; como os laços de solidariedade

[162] As cartas que revelam essa vaidade estão no livro *Mínima mímica*, de Walnice Galvão.

entre os sertanejos permitiam sobreviver dentro de uma sociedade cruel, transformando o sertão hostil em lugar de beleza, abundância, identidade e mesmo milagres, mostrando entre essa gente miserável as qualidades sensíveis que contraditoriamente se diluem e persistem a cada passo que a modernização avança, desafiando as resistências e adaptações do sertanejo.

Considerando relevante o fato de o escritor ter lançado suas ficções entre as décadas de 1930 e 1960 e de ter acompanhado de perto a política centralizadora num momento de transição, acredita-se que sua obra possa integrar a estante de livros teóricos que abordam a formação do Brasil. Apesar desse ponto de vista, lançado por Willi Bolle – que se deteve em *Grande sertão: veredas* –, pensa-se que analisando o conjunto da obra rosiana, toda ela pode ser enquadrada nessa classificação. Porém, nota-se um Rosa questionador, duvidoso desse dualismo que incomodava os pensadores da experiência brasileira, a ponto de mostrar que o sertão podia ser alegoria do Brasil e do mundo, como uma particularidade integrada a um modo de produção que ampliava a sua escala de disseminação.

Para a geografia de hoje, a leitura de Rosa é mais importante ainda. Se esse conhecimento lida com o espaço, procurando denunciar os totalitarismos que se desenvolvem e são estimulados pelos objetos econômicos que há nele, a leitura desse conjunto de ficções deve ser atenta. Rosa, quem sabe desprovido de qualquer intenção, colocava nos contos o perigo em se continuar adotando a visão dualista do Brasil, pois, para atender à produtividade exigida pelo mundo capitalista, era preciso centralizar o Estado para organizar o território nacional e competir dentro do sistema. Ao adotar essa ótica, tudo deve ser homogeneizado a favor da mercadoria e seu fetiche, ficando sertanejo e sertão em último plano, fragmentados e mobilizados para o trabalho qualquer que aparecer e que lhes permita apenas sobreviver – o que parece ser o desfecho para os irmãos Dagobé. Toda ação modernizadora, que passa muitas vezes pela destruição e pela barbárie, se justifica em nome de algo que só tem sentido dentro da lógica do valor. Assim, o sertão tem a sua historicidade apagada, transformando-se em um espaço vazio sobre o qual a técnica moderna deve se instalar e produzir riqueza que o integre ao mundo.

Enquanto a geografia do século XXI aceitar a mais recente definição de sertão do IBGE – terras do semiárido, onde predomina a caatinga – e concordar com a asserção de que o sertão não é território, pois está fora dos circuitos políticos e econômicos, enquadrado como uma "ideologia", ela permanecerá contribuindo apenas com o seu papel de ciência institucionalizada, obediente ao sistema produtor de mercadorias, sem indagar criticamente o totalitarismo do

espaço funcional e suas ações incivilizadas sobre o povo. Indo na contramão dessa ideia, Rosa convida inclusive os geógrafos a pensarem sobre isso, sobre o sertão que é também o mundo.

Enquanto a geografia for solidária ao estatuto ontológico do trabalho como mediação que produz o espaço e o homem, dando preferência à discussão das ideologias que não contribuem para a libertação dos indivíduos da forma de sujeitos sujeitados e sofridos, ela, como ciência, permanecerá flutuando sobre o problema do fetiche e cumprindo o seu papel científico e institucional, apenas interpretando as contradições daquilo que mal consegue abarcar, corroborando as teorias acerca da modernização e sem propor outras alternativas ao seu fazer. A persistir seguindo esse caminho, continua-se estudando um espaço que não é produzido para a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento – fragmentos filosóficos*. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

AGAMBEN, Giorgio. *Estâncias – a palavra e o fantasma na cultura ocidental*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

ALMEIDA, Maria Geralda de. "Diversidades paisagísticas e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo". ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine da Costa (orgs.). *Geografia e cultura: a vida dos lugares e os lugares da vida*. Goiânia: Vieira, 2008.

_____. "Geografia e Literatura – a poética dos cantos sertanejos de Patativa do Assaré". *Anais do EGAL*. Montevidéu, 2009.

AMADO, Janaina. "Região, sertão, nação". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995, 145-15.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* (1ª ed.: 1711). Ed. Andrée Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, Terceira Parte, "Cultura e opulência do Brasil pelas minas do ouro", 223-231.

ARANTES, Paulo Eduardo. "Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo".

ARANTES, Otília Beatriz Fiori & ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira. Dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

ARAÚJO, Regina. "Do sertão aos pampas: o território da literatura nacional no século XX". *Terra Brasilis - Território*, anos III-IV, N. 4-5. Rio de Janeiro, 2003, 45-66.

AUERBACH, Erich. *Mimesis. A representação da realidade na Literatura ocidental.* São Paulo: Perspectiva, 2007.

BENJAMIN, Walter. "Experiência e pobreza" e "O narrador. Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov". *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BEZERRA, Marily da Cunha & HEIDEMANN, Heinz Dieter. “Viajar pelo sertão roseano é antes de tudo uma descoberta!”. *Estudos Avançados*, 20 (58), 2006, 7-17.

BIZZARRI, Edoardo. *João Guimarães Rosa: correspondência com seu tradutor italiano Edoardo Bizzarri*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

BOLLE, Willi. *Grandesertao.br. O romance de formação do Brasil.* São Paulo: Duas Cidades/34, 2004.

_____. “Um romance de formação do Brasil”. *Cadernos de literatura brasileira – João Guimarães Rosa*. N. 20-21. Instituto Moreira Salles, 2006.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico.* Apresentação e notas de FERRI, Mário Guimarães e tradução de JARDIM JÚNIOR, Davi. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.

CANDIDO, Antonio. “A personagem do romance”. *A personagem de ficção*. Série Debates/Literatura. São Paulo: Perspectiva, 2000, 10ª edição.

_____. “Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa”. *Vários escritos.* São Paulo: Duas Cidades, 1970.

_____. *Literatura e sociedade*. *Estudos de Teoria e História Literária.* Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008.

_____. “O homem dos avessos”. *Tese e antítese*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

CAPEL, Horacio. “A América no nascimento da Geografia moderna: das crônicas medievais às crônicas sobre as Índias, passando por Plínio e pelo descobrimento das novas terras”. *O movimento da ciência moderna e a América. O papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos técnicos no estudo do território.* Montevidéu: 1999.

CHIAPPINI, Ligia. “Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, 153-159.

COSTA, Ana Luiza Martins. “Veredas de Viator”. *Cadernos de literatura brasileira – João Guimarães Rosa*. N. 20-21. Instituto Moreira Salles, 2006.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos.* São Paulo: Alameda, 2005.

DIMAS, Antonio. *Espaço e romance*. São Paulo: Ática, 1985.

DUARTE, Cláudio Roberto. “Mau tempo para a poesia – espaço, alienação e morte na literatura moderna”. Mimeo: edição do autor, 2009.

FERREIRA JUNIOR, Fernando Afonso. *“Nonada” – o sertão no processo de formação do Estado nacional (1822-1862)*. Tese de doutoramento do DH/FFLCH/USP. São Paulo: 2009.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: UNESP. 1997.

GALETTI, Lylia da Silva. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. Tese de doutoramento/DH/FFLCH/USP, 2000.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *As formas do falso – um estudo sobre a ambiguidade no* Grande Sertão: Veredas. Coleção Debates. Editora Perspectiva. São Paulo, 1986, 2ª edição.

_____. “Matraga: sua marca”. *Mitológica rosiana*. São Paulo: Ática, 1978.

_____. *Mínima mímica – ensaios sobre Guimarães Rosa*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

_____. “O mesmo e o outro no sertão”. *Revista Imaginário – diversidade cultural*. USP, n. 9, 2003, 41-44.

_____. “Rapsodo do sertão: da lexicogênese á mitopoese”. *Cadernos de literatura brasileira – João Guimarães Rosa*. N. 20-21. Instituto Moreira Salles, 2006.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. “A produção do espaço: uma reaproximação conceitual da perspectiva lefebvriana”. *GEOUSP – Espaço e Tempo*. São Paulo, n. 23, 2008, 125-132.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HEIDEMANN, Heinz Dieter. “Nomadismos: dos pastos ao asfalto”. *Travessia*. Janeiro-Abril/1997.

_____. “O sonho, a nova técnica e a nova ética”. *Travessia*. Janeiro-Abril/1994, 3.

_____. “Tá legal? Tudo em ordem? Tudo sob controle?...”. *Travessia*. Janeiro-Abril/1998, 3.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

_____. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. “Introdução” e “Sertões do ouro e Sertões dos Currais”. *Atlas das representações literárias das regiões brasileiras – vol. 2 – Sertões.* Rio de Janeiro: 2009.

JANCSÓ, István & Pimenta, João Paulo Garrido. "Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)". MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira*. São Paulo: SENAC, 2000.

JESUS, Alysson Luiz Freitas de. *No sertão das minas: escravidão, violência e liberdade – 1830-1888*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.

KURZ, Robert. "A história como aporia. Teses preliminares para a discussão em torno da historicidade das relações de fetiche", 1ª e 2ª séries. *EXIT! Crise e crítica da sociedade das mercadorias*, 09/08/2006 e 04/09/2006. Trad. Boaventura Antunes, Virgínia Freitas e Lumir Nahodil. http://obeco.planetaclix.pt/. Acesso em julho de 2011.

_____. "Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria. O problema da práxis como *evergreen* de uma crítica truncada do capitalismo e a história das esquerdas". *EXIT! Crise e crítica da sociedade das mercadorias*, 4/2007. http://obeco.planetaclix.pt/. Acesso em julho de 2011.

_____. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Trad. Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. "Razão sangrenta: vinte teses contra o assim chamado Esclarecimento e os 'valores ocidentais'", "Ontologia negativa: os obscurantistas do Esclarecimento e a moderna metafísica da história" e "Dominação sem sujeito: acerca da superação de uma crítica social limitada". *Razão sangrenta. Ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais*. Trad. Fernando R. de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2010.

LARA, Cecília de. "Rosa por Rosa: memória e criação". *Revista do IEB*. São Paulo, nº. 41, 1996.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Tradução do grupo 'As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea". Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original *La production de l'espace*. Éditions Anthropos: Paris, 2000, 4ª éd.), 2006.

_____. *Critique of everyday life II. Foundations for a sociology of the everyday*. London/New York: Verso, 2002.

LE GOFF, Jacques. "O deserto-floresta no Ocidente medieval". *O imaginário medieval*. Série Nova História, São Paulo: Estampa, 13, 1994.

LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp, 2003.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ/UCAM, 1999.

LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: editora Ática, 1976.

MAGNOLI, Demétrio. "O Estado em busca do seu território". *Terra Brasilis - Território*, anos III-IV, N. 4-5. Rio de Janeiro, 2003, 27-42.

MARINHO, Samarone Carvalho. *Um homem, um lugar. Geografia da vida e perspectiva ontológica*. Tese de doutoramento DG/FFLCH/USP, 2011.

MARTINS, Élvio Rodrigues. "Geografia e ontologia: o fundamento geográfico do ser". *GEOUSP – Espaço e Tempo*. São Paulo, n. 21, 2007, 33-51.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política – vol. 1*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MELO, Adriana Ferreira de. *O lugar-sertão: grafias e rasuras*. Dissertação de mestrado em Geografia Humana. UFMG, 2006.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. "Prefácio", "A percepção holística da realidade do sertão a partir de um mosaico romanesco: *Corpo de baile*, de Guimarães Rosa" e "O espaço iluminado no tempo volteador – conjecturas sobre o conteúdo geográfico no sertão de Guimarães Rosa". *O mapa e a trama – ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas*. Florianópolis: UFSC, 2002.

MORAES, Anita Martins Rodrigues de Moraes. *Os limites da civilização na escrita do sertão; um estudo das categorias civilização e barbárie em alguns romances brasileiros*. Dissertação de mestrado da Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas*. São Paulo: Annablumme, 2008.

_____. "Sertão: um 'outro' geográfico". *Terra Brasilis - Território*, anos III-IV, n. 4-5. Rio de Janeiro, 200, 11-23.

_____. "Território, região e formação colonial – apontamentos em torno da Geografia Histórica da Independência brasileira". *Ciência e ambiente*, n. 33, 2006.

MOREIRA, Eidorfe. "Sertão – a palavra e a imagem". *Boletim Geográfico*, ano V, n° 52, 403. Belém, 1959.

MORETTI, Franco. *Atlas do romance europeu (1800-1900)*. Trad. Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2003.

MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra; a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamentos e conflitos de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Lívia de. "Sertão rosiano: percepção, cognição e afetividade geográfica". *Scripta*, vol. 5, n. 10, PUC Minas, 1º semestre/2002.

PACHECO, Ana Paula. *Lugar do mito: narrativa e processo social nas* Primeiras estórias *de Guimarães Rosa*. São Paulo: Nankin, 2006.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia – Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

PASTA JUNIOR, José Antônio. "O romance de Rosa. Temas do grande sertão e do Brasil". QUINT, Anne-Marie (org.). *La Ville – exaaltation et distanciation. Études de literature portugaise et brésilienne*. Centre de Recherche sur les Pays Lusophones – CREPAL. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 1997.

PRADO JUNIOR, Bento. "O destino decifrado – linguagem e existência em João Guimarães Rosa". *Alguns ensaios – filosofia literatura psicanálise*. São Paulo: Max Limonad, sem data.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

REGATIERI, Ricardo Pagliuso. "Introdução". KURZ, Robert. *Razão sangrenta. Ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais*. São Paulo: Hedra, 2010.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *As Minas setecentistas*, 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

RIBEIRO, Darcy. "O Brasil sertanejo". *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

RONAI, Paulo. "A arte de contar em *Sagarana*". ROSA, João Guimarães. *Sagarana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006c.

RONCARI, LUIZ. “Dez teses para o estudo de João Guimarães Rosa”. *Scripta*, vol. 5, n. 10, PUC Minas, 1º semestre/2002.

_____. *O Brasil de Rosa – o amor e o poder*. São Paulo: UNESP, 2004.

ROSA, João Guimarães. ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. “Guimarães Rosa por ele mesmo – o escritor no meio do redemunho”. *Cadernos de literatura brasileira – João Guimarães Rosa*. N. 20-21. Instituto Moreira Salles. 2006a.

_____. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006b.

_____. *Sagarana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006c.

ROSENFELD, Anatol. “Literatura e personagem”. *A personagem de ficção*. Série Debates/Literatura. São Paulo: editora Perspectiva, 2000, 10ª edição.

SADER, Maria Regina & PAULINO, Ana Maria. “A ordem e a desordem no sertão”. *Revista do IEB*. São Paulo, n. 41, 1996.

_____ & BUENO, Magali Franco. “Sertão, sertões: diferentes olhares sobre a paisagem”. *Revista Imaginário – diversidade cultural*. USP, n. 9, 2003, 45-56.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. “Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método”. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54. São Paulo: junho de 1977.

SCHILLING, Voltaire. “Os anos JK, otimismo e esperança”. *Caderno de História*, n. 12. Rio Grande do Sul, sem data.

SCHWARZ, Roberto. “Leituras em competição”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 75, julho/2006, 61-79.

_____. “Um livro audacioso”. KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Trad. Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

SOARES, Renan Monteiro. *Aspectos da pecuária nordestina*. Cadernos do Instituto de Ciências Políticas e Sociais, n. 8, Recife, 1968.

SOUSA, Eneida Maria de (org.). *Modernidades tardias*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. “Os ventos do norte não movem moinhos”. Goiânia: *Boletim Goiano de Geografia*, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro – a pobreza mineira no século XIX*. São Paulo: Graal, 1990.

SPERBER, Suzi Frankl. “Amor, medo e salvação: aproximações entre Valdomiro e Guimarães Rosa”. *Revista do IEB*. São Paulo, n. 41, 1996.

_____. *Caos e Cosmos: leituras de Guimarães Rosa*. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

SPOSITO, Eliseu Savério. *Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: UNESP, 2004.

SVAMPA, Maristela. *El dilema argentino: civilizacion o barbárie*. El Cielo Por Asalto: Buenos Aires, 1994.

STARLING, Heloísa. *Lembranças do Brasil – teoria, política, história e ficção em “Grande Sertão: Veredas”*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

TOLEDO, Carlos de Almeida. *A região das lavras baianas*. Tese de doutoramento do DG/FFLCH/USP. São Paulo: 2008.

UTÉZA, Francis. “Certo sertão: estórias”. *Scripta*, vol. 5, n. 10, PUC Minas, 1º semestre/2002.

WISNIK, José Miguel. “O famigerado”. *Scripta*, vol. 5, n. 10, PUC Minas, 1º semestre/2002.

_____. “Recado da viagem”. *Scripta*, vol. 2, n. 3, 1998.